

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Andrei Arthur Fahl

**GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL: INTERFERÊNCIA EXTERNA  
INDIRETA NOS PROCESSOS POLÍTICOS NACIONAIS NO SÉCULO XXI**

Santa Maria, RS  
2022

Andrei Arthur Fahl

**GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL: INTERFERÊNCIA EXTERNA INDIRETA NOS  
PROCESSO POLÍTICOS NACIONAIS NO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Graduação,  
apresentado ao Curso de Relações  
Internacionais, do Departamento de Economia  
e Relações Internacionais, Centro de Ciências  
Sociais e Humanas, da Universidade Federal de  
Santa Maria (UFSM, RS) como requisito  
parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em  
Relações Internacionais.**

Orientador: Prof. Dr. Bruno Hendler

Santa Maria, RS  
2022

Andrei Arthur Fahl

**GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL: INTERFERÊNCIA EXTERNA INDIRETA NOS  
PROCESSOS POLÍTICOS NACIONAIS NO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Graduação,  
apresentado ao Curso de Relações  
Internacionais, do Departamento de Economia  
e Relações Internacionais, Centro de Ciências  
Sociais e Humanas, da Universidade Federal de  
Santa Maria (UFSM, RS) como requisito  
parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em  
Relações Internacionais**.

Aprovado em 17 de Fevereiro de 2022



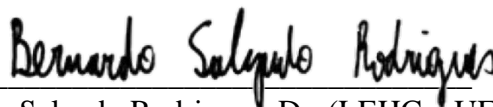
---

Bruno Hendler, Dr. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)



---

Júlio César Cossio Rodriguez, Dr. (UFSM)



---

Bernardo Salgado Rodrigues, Dr. (LEHC – UFRJ)

Santa Maria, RS  
2022

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a entidade superior que atendeu aos meus pedidos e conseguiu me colocar no curso em que eu sempre quis estudar. Compreendo que esse feito muito se deve as minhas próprias capacidades, no entanto, é sempre bom ter uma ajudinha extra.

Agradeço a minha família, que apoiou a minha decisão de cursar em uma universidade fora de minha cidade natal e foi uma de minhas bases durante a graduação. Décio, Débora, e Brenda, carrego vocês no meu coração para onde for. Obrigado por estarem comigo.

Agradeço a Dora, pela sua amizade inabalável que sempre esteve perto de mim para ouvir meus temores, anseios e desejos mais profundos. Levo cada música gostosinha em minha mente. Obrigado por compartilhar um vínculo tão profundo comigo, tão profundo ao ponto de tomar uma caipirinha radioativa em um galpão praticamente ilegal. Te adoro.

Agradeço a Gabriela, pelo seu companheirismo durante todo o curso de graduação, sempre sendo a minha dupla para trabalhos e para compartilhar as fofocas mais quentes no La Loba. Sentirei sua falta, mas saiba que carrego cada momento comigo.

Agradeço as minhas conterrâneas Julie e Camila por viverem a cidade comigo e por sempre me aguentarem durante os rolês. Julie, obrigado pela sua atenção, disposição e sinceridade comigo. Camila, agradeço pelo seu apoio, carinho e honestidade com a minha pessoa. Espero nunca deixar nossa amizade morrer. Amo muito vocês.

Agradeço também ao grupo de apoio emocional e acadêmico criado por mim e minhas queridas amigas Luiza, Thaís e Júlia. Sou eternamente grato pelo seu auxílio e ajuda durante todo esse período do trabalho de conclusão. Obrigado por ouvirem minhas angústias e sempre estarem ao meu lado, me incentivando e me apoiando. Todo o sucesso do mundo para vocês, que nós alcancemos as alturas.

Indo fora da curva, gostaria de agradecer o musical ‘Hamilton’ por me inspirar e me fazer acreditar que ainda é possível transformar o mundo. Especialmente a música ‘My Shot’ – eu realmente não desperdicei a minha oportunidade. Em mesmo sentido, gostaria de agradecer a música ‘Don’t Rain on My Parade’ por me fazer orgulhar de quem eu sou. Sempre tentando melhorar, mas nunca perdendo meus princípios e valores íntegros.

Agradeço a mim, por ter superado meus próprios obstáculos e ter chegado até aqui. Não foi uma tarefa fácil, mas valeu cada gota do esforço. As noites em claro deram resultado, e estou contemplado com a recompensa final que tive.

Por último, agradeço ao Brasil, por me fazer brasileiro. Ainda te amarei e lutarei por ti, meu Belo Brasil.

“Odeio os indiferentes. Como Friederich Hebbel acredito que ‘viver significa tomar partido’. Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.”  
(GRAMSCI, 1917).

“Existem inimigos que não são convencidos por palavras – você apenas deve soltar a fúria de seu coração [...] Protejam os seres vivos e as plantas deste mundo que eu tanto amei.”  
Androide 16.

## RESUMO

### GUERRAS HÍBRIDAS NO BRASIL: INTERFERÊNCIA EXTERNA INDIRETA NOS PROCESSOS POLÍTICOS NACIONAIS NO SÉCULO XXI

AUTOR: Andrei Arthur Fahl  
ORIENTADOR: Bruno Hendler

Este trabalho propõe-se a analisar o emprego da guerra híbrida no Brasil, compreendendo as condições, razões, ferramentas e tensionamentos que propiciaram o conflito híbrido no país e a influência e os interesses dos Estados Unidos da América no sucesso do fenômeno. É definido como hipótese central do trabalho de que a ascensão do Brasil como uma potência regional e global, em matéria econômica e geopolítica, fez despertar um sinal de ameaça potencial para os Estados Unidos, que por consequência, aplicou táticas de guerra híbrida no país com o propósito de conter a ascensão do Brasil e de preservar seus interesses estratégicos em âmbito da América do Sul. Como referencial teórico, utiliza-se as definições de Frank Hoffman e de Andrew Korybko para compreender o fenômeno da guerra híbrida, definindo-o como o novo conflito do século XXI, onde utiliza-se ferramentas regulares e irregulares para aplicar um conflito indireto com a finalidade de provocar uma troca de regime no Estado-alvo, mudando seu paradigma político para alinhar-se com os interesses estratégicos do Estado agressor. No trabalho, analisa-se o caso do Brasil, considerando que os eventos políticos recentes no país demonstram-se como expressões das ferramentas da guerra híbrida, que podem ser identificados por meio da revolução colorida, com a cooptação de manifestações populares das Jornadas de Julho de 2013 que causaram instabilidade política para as autoridades do país; e a aplicação do lawfare, através da instrumentalização da Operação Lava-Jato que gerou legitimidade para os propósitos da guerra híbrida e instaurou um estado de desorientação e ambiguidade na estrutura política e nas instituições do país. Neste contexto, a guerra híbrida gera uma troca de regime no governo brasileiro, havendo a deposição do Partido dos Trabalhadores do espectro da esquerda e a ascensão de um novo regime do espectro da direita, que resulta em uma mudança no paradigma político do Brasil que alinha os interesses nacionais com os interesses estratégicos dos Estados Unidos. É definido como problema-guia para o trabalho a seguinte indagação: Como os Estados Unidos empregou o fenômeno da guerra híbrida no Brasil e qual foi o efeito do fenômeno nos processos políticos nacionais recentes? A pesquisa deste trabalho fora desenvolvida através do método hipotético-dedutivo e da pesquisa qualitativa, buscando realizar uma revisão bibliográfica, teórica e documental sobre os elementos desenvolvidos no trabalho. A estruturação de mapas de fenômenos políticos que analisam seus impactos e consequências na sociedade civil, como proposta neste trabalho de conclusão, demonstra ser fundamental para compreendermos a realidade onde nos encontramos, a reformulação da estrutura política nacional, e nos auxilia a idealizar novas soluções possíveis para problemas político-sociais encontrados no Brasil e na América Latina.

**Palavras-chaves:** Guerras Híbridas; Revoluções Coloridas; Lawfare; Relações Estados Unidos e Brasil.

## **ABSTRACT**

### **HYBRID WARS IN BRAZIL: INDIRECT EXTERNAL INTERFERENCE IN NATIONAL POLITICAL PROCESSES IN THE 21ST CENTURY**

AUTHOR: Andrei Arthur Fahl

ADVISOR: Bruno Hendler

This work proposes to analyze the use of hybrid warfare in Brazil, understanding the conditions, reasons, tools and tensions that led to the hybrid conflict in the country and the influence and interests of the United States of America in the success of the phenomenon. It is defined as the central hypothesis of the work that the rise of Brazil as a regional and global power, in economic and geopolitical matters, raised a potential threat signal for the United States, which consequently applied hybrid warfare tactics in the country with the purpose of containing the rise of Brazil and of preserving its strategic interests in the ambit of South America. As a theoretical reference, the definitions of Frank Hoffman and Andrew Korybko are used to understand the phenomenon of hybrid warfare, defining it as the new conflict of the 21st century, where regular and irregular tools are used to apply an indirect conflict in order to provoke a regime change in the target State, changing its political paradigm to align with the strategic interests of the aggressor State. In the work, the case of Brazil is analyzed, considering that recent political events in the country are shown as expressions of the tools of hybrid warfare, which can be identified through the color revolution, with the co-option of popular demonstrations of the Jornadas de Julho 2013 that caused political instability for the country's authorities; and the application of lawfare, through the instrumentalization of Operation Car Wash, which generated legitimacy for the purposes of hybrid warfare and established a state of disorientation and ambiguity in the political structure and institutions of the country. In this context, the hybrid war generates a regime change in the Brazilian government, with the deposition of the Workers' Party from the left spectrum and the rise of a new regime from the right spectrum, which results in a change in Brazil's political paradigm that aligns national interests with the strategic interests of the United States. The following question is defined as a guiding problem for the work: How did the United States employ the phenomenon of hybrid warfare in Brazil and what was the effect of the phenomenon on recent national political processes? The research of this work was developed through the hypothetical-deductive method and qualitative research, seeking to carry out a bibliographic, theoretical and documental review on the elements developed in the work. The structuring of maps of political phenomena that analyze their impacts and consequences on civil society, as proposed in this conclusion work, proves to be fundamental for understanding the reality where we find ourselves, the reformulation of the national political structure, and helps us to devise new possible solutions for political-social problems found in Brazil and Latin America.

**Keywords:** Hybrid Wars; Color Revolutions; Right; United States and Brazil Relations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teoria dos Cinco Anéis: Modelo geral.....	30
Figura 2 – Teoria dos Cinco Anéis: Modelo das Revoluções Coloridas para a Sociedade.....	31
Figura 3 – Teoria dos Cinco Anéis: Modelo das Revoluções Coloridas para o Indivíduo Ocidental.....	32
Figura 4 – Estrutura Hierárquica de Cinco Níveis das Revoluções Coloridas.....	38
Figura 5 – Bonecos infláveis gigantes de Lula e Dilma, em caricaturas irônicas.....	96
Figura 6 – Cinco Anéis da Classe Média Brasileira.....	97



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Crescimento do PIB Anual - Brasil (2002 - 2010).....	63
--	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Os Pilares de Fundação do Conceito de Guerras Híbridas por Hoffman.....	25
--	----

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	<b>13</b>
<b>2. Da Guerra Híbrida: Apresentação Teórica e Evolução do Conceito</b> .....	<b>18</b>
2.1 A Guerra Clássica e Contexto do Conflito no Século XXI .....	18
2.2 A Insurgência da Guerra Híbrida no Século XXI: O Cenário Estadunidense .....	21
2.3. A Teoria de Guerra Híbrida: O Cenário Russo.....	26
2.3.1. Os Pilares Militares da Teoria da Guerra Híbrida.....	29
2.4. Embate e Acusações entre as Visões Estadunidense e Russa.....	33
2.5. As Ferramentas de Emprego da Guerra Híbrida.....	35
2.5.1 Revoluções Coloridas.....	36
2.5.2 Guerras Não Convencionais.....	43
2.5.3 Lawfare .....	46
2.6. Conclusão do Capítulo.....	50
<b>3. A Ascensão Político-Econômica do Brasil e a Vigilância Estadunidense</b> .....	<b>53</b>
3.1 Esfera Econômica: Neodesenvolvimentismo, crescimento econômico e novo estado de bem-estar social brasileiro .....	61
3.1.1 Vigilância Econômica Estadunidense: os interesses econômicos estadunidenses no território brasileiro .....	68
3.2. Esfera geopolítica: Autonomia pela Diversificação, Cooperação Sul-Sul e Brasil como Potência Regional e Global.....	71
3.2.1 Vigilância Geopolítica Estadunidense: os interesses geopolíticos na contenção do Brasil como potência regional e global.....	77
3.3 Conclusão do Capítulo.....	84
<b>4. A Guerra Híbrida em Curso no Brasil</b> .....	<b>87</b>
4.1 Revolução Colorida no Brasil: As Jornadas de Junho de 2013 e as ondas de manifestações sociais consequentes.....	90
4.1.1 Desarticulação do Pacto-Social Conciliatório: A Origem da Vulnerabilidade Social do Brasil .....	91
4.1.2 A Cooptação das Jornadas de Junho de 2013 para a Revolução Colorida.....	93
4.1.3 A Interferência Externa nas Ondas Precedentes das Jornadas de Junho.....	100
4.2 Lawfare no Brasil: A Operação Lava-Jato e a Fabricação de Legitimidade para a Guerra Híbrida .....	102
4.2.1 Operação Lava-Jato: Discurso Anticorrupção e Controle da Narrativa Política ...	103
4.2.2 Interesse Estrangeiros Mesclados com a Operação Lava-Jato.....	108
4.3 A Consumação da Troca de Regime no Brasil: A Ocupação de Temer no Poder e a Caçada dos Direitos Políticos do Ex-Presidente Lula da Silva.....	110
4.4 Conclusão do Capítulo.....	114

<b>5. Conclusão .....</b>	<b>117</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>122</b>

## 1. Introdução

O presente trabalho propõe-se em analisar o fenômeno da guerra híbrida no Brasil e a colaboração dos Estados Unidos da América no conflito híbrido nacional, identificando as condições e interesses que levaram o seu emprego, as ferramentas utilizadas para a sua aplicação, e a influência do fenômeno nos principais últimos eventos políticos do país. Considera-se que os Estados Unidos aplicou práticas de guerra híbrida no Brasil como forma de conter sua ascensão regional e global, preservando sua segurança regional e zona de influência da América do Sul. Da mesma forma, o emprego da guerra híbrida colabora para a realização de sua estratégia de Dominação em Espectro Total, que prevê retornar a unipolaridade ao sistema internacional, estabelecendo os Estados Unidos como a única superpotência existente.

No século XXI, a multipolaridade e o domínio de armas de destruição em massa restringiram o conflito regular direto entre os Estados, e com o alto custo da guerra e a probabilidade de vexame internacional, os Estados optam por invocar estratégias de guerra indireta para a realização de seus interesses – a dita guerra híbrida.

Em seu último século, a América Latina foi vítima de diversas intervenções externas e de ditaduras que se instalaram na região, recebendo patrocínio direto dos Estados Unidos. A guerra híbrida serve como uma substituta destas estratégias diretas, incorporando novas ferramentas irregulares que neutralizam o adversário de maneira remota, extinguindo os custos da guerra convencional e sem comprometer a credibilidade política do Estado agressor. Durante o século XXI, os Estados Unidos buscam empregar táticas de guerra híbrida na região da América do Sul para: (a) conter e despossar governos que não sejam favoráveis aos interesses estratégicos estadunidenses na região; (b) preservar a ordem estadunidense na região impedindo a expressão de autonomia dos Estados sul-americanos; (c) obter acesso ao controle de recursos naturais (commodities) para a exploração econômica; (d) impedir que potências estrangeiras expandam sua zona de influência a região, protegendo sua segurança hemisférica.

Quando o Brasil se direciona para ascender em matéria regional e internacional, possuindo como base uma nação autônoma e críticas ao modelo atual do sistema internacional, os Estados Unidos fica em estado de alerta. Mesmo que o Brasil possua contestações moderadas para o sistema internacional, os Estados Unidos observam a nova projeção externa do país como uma ameaça de potência emergente, que poderia contestar os interesses estratégicos estadunidenses e a sua hegemonia em nível regional e global. Em sua visão, os Estados Unidos

considera o Brasil uma ameaça devido: (I) o Brasil se apresentar como uma liderança regional da América do Sul, criando projetos e programas autônomos de aprofundamento da integração sul-americana; (II) o protagonismo do Brasil como dirigente das potências emergentes e a expansão de sua agenda de cooperação sul-sul; (III) a vinculação do Brasil com a nova ordem internacional representada pelas potências emergentes através do BRICS e de sua aproximação com a China e a Rússia; (IV) a política externa autônoma brasileira, a excelência de seu corpo diplomático e seu amplo alcance de projeção internacional para a efetivação de seu interesse nacional e de seus planos de desenvolvimento econômico social; (V) a divergência de interesses políticos com os Estados Unidos, firmando uma ordem multipolar, e de interesses econômicos, mantendo a exploração do Pré-Sal exclusiva nacionalmente.

Sobre essa perspectiva, esclarece-se que os Estados Unidos possuía interesse em conter a ascensão do Brasil como potência, havendo interesse estratégico no acesso aos seus recursos energéticos do Pré-Sal, preservação de sua ordem regional e prosseguimento no interesse de instauração de uma ordem internacional unipolar.

A estratégia da guerra híbrida empregada pelos Estados Unidos no século XXI tem fundamento em validar seus interesses estratégicos visando a troca de regime em Estados que possuem governos desalinhados ou desfavoráveis aos seus objetivos político-econômicos. Testemunha-se que através de ferramentas irregulares da guerra, que ascendem após a globalização, há maior facilidade em sabotar a autonomia dos Estados sul-americanos e violar sua soberania sem expor suas ações e interesses de maneira clara, preservando sua credibilidade política internacional. Domesticando a América do Sul, instituindo governos que sejam alinhados aos seus interesses, prevê-se que os Estados Unidos conseguem conservar a sua ordem regional e segurança hemisférica, possuindo um caminho livre para praticar a exploração econômica dos recursos naturais da região, impedir que Estados inimigos penetrem-se na região e perseguir seu objetivo de tornar o sistema internacional unipolar novamente.

O conceito de guerra híbrida surge primeiramente em documentos militares durante as operações dos EUA no Iraque e Afeganistão. Frank Hoffman (2007), pesquisador militar estadunidense, desenvolve o conceito de guerra híbrida definindo-o como o novo conflito do século XXI, caracterizado por ser dinâmico e adaptável, e convergir capacidades convencionais e inconventionais, visando a realização de interesses políticos específicos. Korybko (2018) avança nos estudos ao pesquisar os casos da Síria e Ucrânia, inserindo o conceito dentro da matéria de segurança internacional, expandindo e cristalizando o conceito de guerra híbrida como uma teoria da guerra. Para Korybko (2018), a guerra híbrida é definida como um conflito

indireto que abusa da combinação de ferramentas irregulares para efetivar uma troca de regime no Estado-alvo. Neste novo modelo de guerra através de mecanismos indiretos, busca-se desestabilizar o alvo internamente manejando a menor quantidade de recursos possível, e por isso, há o abuso de ferramentas que remetem a operações psicológicas e batalhas informacionais pelo inconsciente coletivo da sociedade.

As ferramentas irregulares empregadas no conflito híbrido mais presentes seriam as revoluções coloridas, que busca fraturar o Estado-alvo internamente ao evocar sua população contra suas próprias autoridades e instituições políticas; e as guerras não convencionais, que classificam-se como a ‘evolução’ das revoluções coloridas caso essa falhe, dispondo de forças desvinculadas a Estados (como forças especiais, mercenários e organizações terroristas) para realizar o interesse que lhes é ordenado por outro Estado. Ainda, caso a guerra não convencional falhe, é possível que o conflito evolua para uma guerra convencional direta, sendo caracterizadas como intervenção humanitária ou responsabilidade de proteger (KORYBKO, 2018). Em especial, na América Latina, nota-se que a guerra híbrida também pode incorporar mecanismos de lawfare, a instrumentalização da lei para fins políticos, para fornecer legitimidade ao processo híbrido e fomentar ainda mais as desavenças sociais, seguindo a lógica de desestabilização para a implosão indireta do adversário (PENIDO; STÉDILE, 2021).

No Brasil, nota-se que eventos políticos recentes podem ser identificados como expressões da guerra híbrida. As manifestações das Jornadas de Junho de 2013 podem ser interpretadas como revolução colorida, devido ao uso de operações psicológicas e guerra informacional, havendo o protagonismo de grupos de direita que incentivavam a população a ocupar as ruas para a deposição da Presidente Dilma Rouseff. De outra maneira, também se nota que a Operação Lava-Jato pode se enquadrar como lawfare, devido a instrumentalização da lei para fabricar provas contra o ex-Presidente Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores, relacionando-os com esquemas de corrupção da alta elite brasileira. Além disso, a Operação Lava-Jato legitimou a ocupação das ruas e disseminou discurso de anticorrupção, afirmando que o sistema político brasileiro estava corrompido pela corrupção sistêmica. Ressalta-se ainda que ambos os eventos políticos, seja as Jornadas de Junho de 2013 e a Operação Lava-Jato, obtiveram apoio externo de agentes vinculados aos Estados Unidos para realizarem seus objetivos específicos. Nessa pesquisa iremos investigar se tais eventos políticos recentes no Brasil podem ser considerados como expressões de guerra híbrida, assim como exploraremos seus interesses e condições que se deram para a sua aplicação em território nacional.

A guerra híbrida é um fenômeno político novo e inexplorado, e por isto é essencial que suas condições, ferramentas, variáveis e unidades políticas sejam examinadas para compreender como a união destes elementos proporcionou no emprego deste tipo de conflito contemporâneo no Brasil. A justificativa do trabalho é delimitada pelo pressuposto de que demonstra ser necessário investigar os impactos produzidos por eventuais fenômenos políticos no âmbito nacional para que possamos compreender, a partir de sua formulação e consequências, a realidade na qual nos encontramos atualmente.

Aprendendo sobre a aplicação da guerra híbrida no Brasil, é possível deslumbrar novos fenômenos, iniciativas e processos que podem servir como lentes para avaliar outras formas de aplicação de guerra híbrida em novos contextos. Atualmente encontra-se um vácuo na literatura sobre o emprego da guerra híbrida na América do Sul em perspectiva do campo de estudo das relações internacionais, havendo a necessidade de investigar a atuação de agentes exteriores e seus interesses na aplicação do fenômeno político na região. Como ainda há pouco diálogo sobre o fenômeno da guerra híbrida, bem como seus efeitos e consequências, este trabalho igualmente visa evidenciar a manifestação deste fenômeno em nossa realidade nacional, buscando alertar sobre a instabilidade social, esfacelamento político, e decadência econômica trazidas consigo.

Além do ordenamento dos impactos e consequências de fenômenos políticos como a aplicação da guerra híbrida e seus instrumentos de desestabilização demonstrarem ser essenciais para compreendermos a reformulação da estrutura política da região, bem como da sociedade civil, este ordenamento de fenômenos políticos também auxilia para a idealização de novas soluções para problemas político-sociais encontrados na América Latina, havendo a possibilidade de propormos novos mecanismos de defesa e barreiras auxiliares para a estabilidade e harmonização interna dos Estados do Sul Global.

Diante desta exposição contextual, o objetivo geral do trabalho constituiu-se no sentido de investigar a aplicação da guerra híbrida no Brasil e a influência dos Estados Unidos neste fenômeno, considerando que a guerra híbrida fora uma tática colaborada pelos Estados Unidos para conter a ascensão do Brasil como uma potência regional. Dentre os objetivos específicos, destaca-se: (I) Conceituar o fenômeno e as ferramentas de guerra híbrida, como as revoluções coloridas e o lawfare; (II) Esclarecer os últimos eventos no Brasil através da guerra híbrida, compreendendo as condições, ferramentas, variáveis e unidades políticas que influenciaram no emprego da guerra híbrida em território nacional; (III) Contextualizar a ascensão do Brasil como uma potência regional, considerando seus elementos econômicos e sua competência no



campo da geopolítica; (IV) Verificar os interesses dos Estados Unidos da América em conter a ascensão do Brasil como uma potência regional e seus benefícios pós-aplicação da Guerra Híbrida.

Como metodologia para este trabalho serão utilizados o método hipotético dedutivo e a abordagem qualitativa, utilizando bibliografia direcionada, documentos e reportagens para uma revisão teórica-conceitual e o levantamento de dados primários e secundários que fornecerão a base necessária para a produção de um texto coeso, contento o resultado das análises, suprimindo uma resposta para hipótese proposta inicialmente.

É definido como problema-guia para a pesquisa a seguinte indagação: Como os Estados Unidos empregou o fenômeno da guerra híbrida no Brasil e qual foi o efeito do fenômeno nos processos políticos nacionais recentes? Desta maneira, coloca-se a hipótese central de que a ascensão do Brasil como potência regional e global, em matéria econômica e geopolítica, fez despertar um sinal de ameaça para os Estados Unidos, que culminou na aplicação da guerra híbrida no país com o propósito de conter a sua ascensão ao fabricar uma troca de regime, mudando o paradigma político do país para estar alinhado com os interesses estratégicos dos Estados Unidos. O fundamento da guerra híbrida praticada pelos Estados Unidos no Brasil está na preservação de sua ordem regional e a proteção de sua segurança hemisférica de potenciais Estados inimigos, além do estabelecimento de acesso fácil à exploração econômica de recursos naturais da região e do prosseguimento ao seu objetivo de tornar o sistema internacional unipolar. Ao conter e alinhar o novo regime brasileiro aos seus interesses estratégicos, os Estados Unidos consegue consagrar seus objetivos políticos e econômicos em território brasileiro, expandindo-se para a região da América do Sul.

O desenvolvimento deste trabalho foi dividido entre três seções: a primeira seção trabalhará com a conceituação do fenômeno das guerras híbridas e de suas ferramentas, apresentando suas nuances e conflitos teóricos; na segunda seção será apresentado as transformações em matéria econômica e geopolítica do Brasil com a chegada do Partido dos Trabalhadores no poder e a discussão sobre os interesses estratégicos dos Estados Unidos no território brasileiro; na terceira e última seção será analisada a guerra híbrida em curso no Brasil, verificando os últimos principais eventos políticos no país e evidenciando o envolvimento dos Estados Unidos para a consagração da guerra híbrida em âmbito nacional.

## **2. Da Guerra Híbrida: Apresentação Teórica e Evolução do Conceito**

### **2.1 A Guerra Clássica e Contexto do Conflito no Século XXI**

Clausewitz (2008) afirma o evocativo de que “a guerra é a continuação da política por outros meios”, sendo a própria política uma “atividade voltada para identificar e promover os interesses de uma determinada sociedade perante outras” (DINIZ 2010). Tendo como base os estudos de Clausewitz, compreende-se que a guerra não é um fim em si mesmo, mas um fenômeno para a realização dos interesses de um ator. Desta forma, entendemos que a guerra é um fenômeno dotado de racionalidade devido os interesses e razões que envolvidos no seu emprego.

Clausewitz prossegue, enunciando que cada tempo-histórico possui sua própria concepção de guerra, e como um camaleão, a guerra pode ser adaptada segundo seu ambiente, campo de batalha, atores ou interesses envolvidos. O teórico da guerra salienta a imprevisibilidade do fenômeno por meio do desenvolvimento do conceito de fricção, que incorpora elementos de indeterminação ao fenômeno, como o perigo, o acaso, a sorte, incidentes, o aspecto cognitivo de seus líderes, e a necessidade da coesão política (o gênio) para superar as adversidades e realizar as vontades da guerra de maneira racional. No entanto, o aspecto indireto do emprego da guerra não é citado, por mais que o autor aborde a confusão e a ambiguidade que o fenômeno gera entre suas partes (HOFFMAN, 2007).

A contraparte oriental de Clausewitz, Sun Tzu, em seus escritos já expressava a importância do elemento indireto para subverter o inimigo e penetrar suas barreiras sem movimentar recursos essenciais da guerra: “O mérito supremo consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar” (TZU, 2017). Sun Tzu considera a convergência entre a esfera política e psicológica superior aos pensamentos essencialmente militares, compreendendo que o ator que dominar o fio condutor que interliga as duas esferas terá a capacidade de manipular o oponente segundo sua vontade, acudindo-o e ameaçando-o conforme sua conveniência – adquirindo a maestria da arte da guerra (TZU, 2017).

Para Sun Tzu, não existem eventos isolados na guerra, todos os planos do conflito estão interligados, desde o plano material, como o campo de batalha, e o plano abstrato, como a diplomacia e o conjunto de interesses adversários. Aquele que tiver dominado os múltiplos planos da guerra terá a vantagem sobre mudanças e impactos futuros, podendo conduzir o caminho da guerra segundo sua vontade e garantir a vitória (KISSINGER, 2012). Lembra-se que para Sun Tzu, a verdadeira vitória é alcançada quando o conflito armado se torna obsoleto

e os objetivos políticos são consumados sem a movimentação de tropas físicas, submetendo o adversário por meio da persuasão e do tabuleiro político. Sun Tzu cristaliza a arte de combater um inimigo sem ele saber que está sendo combatido – um elemento central da guerra híbrida.

Certos aspectos da guerra híbrida já se faziam presente em conflitos militares do século XIX e XX (FREIER, 2009), porém, o conflito híbrido somente foi cristalizado com o advento da globalização. O conflito com maior recorrência nos debates históricos é a Guerra do Vietnã (1950-1975), que se apresenta como um conflito com características híbridas ao agregar táticas irregulares pelos vietcongs e a ambiguidade de capacidades convencionais e não convencionais (FREIER, 2009; HOFFMAN, 2007). Voltando no tempo, as insurgências irlandesas (1919-1920), os Mujahideen no Afeganistão (1980), e a rebelião chechena (1958), podem ser identificados como protótipos de ameaças híbridas devido a seus atos de terrorismo e atividades de inteligência, porém, não são identificadas como ameaças híbridas de última geração por serem despossuídos de operações fluídas integradas, instrumentos multiníveis para emprego da guerra e controle total sobre a manipulação e difusão da informação (HOFFMAN, 2007).

Na 2ª Guerra Mundial o modelo de células descentralizadas e forças semiautônomas demonstrou ter grande eficiência no campo de batalha (LEIRNER, 2020a), e dentro do conflito total já havia um vislumbre da força das operações psicológicas através da propaganda, ainda lenta e de pouco alcance, mas servia para causar o caos e disseminar intrigas entre a população alvo e suas autoridades – vide as “bombas de panfletos” que Hitler lançava sobre território britânico.

No período da Guerra Fria, observou-se o crescente surgimento de atores não estatais, resultando em conflitos cada vez mais assimétricos e irregulares, e implantando operações psicológicas mais avançadas e sofisticadas (KORYBKO, 2018). O “Manual de Sabotagem da CIA para a Nicarágua”, de 1979, retrata como os atores envolvidos no conflito da guerra fria se empenhavam em produzir materiais de operações psicológicas para manipular a cognição e o comportamento da população alvo, disseminando sua propaganda ideológica e induzindo a população a cometer atos de sabotagem em favor de tornar o adversário vulnerável aos seus interesses políticos.

Há também a percepção militar russa, que interpreta que a queda da URSS foi organizada a partir de uma estratégia de guerra híbrida, visão compartilhada pelo General Gerasimov, que compreende que ocorreu a propagação de pressões complexas e multidimensionais sobre diversas frentes, como na esfera econômica, política, diplomática e

internacional, sendo promovidas por agências de inteligência e ONGs interligadas aos interesses ocidentais (NIKOLAEVICH, 2019).

Os eventos e aspectos históricos citados serviram para moldar o desenho da guerra híbrida no século XXI, que demonstra ser um conflito mais complexo e incorpora o elemento híbrido no centro de sua campanha. Diferente das protoexperiências híbridas, observa-se que o atual conflito híbrido é mais dinâmico, expansivo e fluído, possuindo características multidimensionais para o seu emprego, manuseando com eficiência ferramentas de controle psicológico e amplo domínio sobre as redes de informação. A guerra híbrida no século XXI é identificada pelas suas particularidades em ser um conflito assimétrico difícil de ser definido, invocando um ambiente de incerteza através da densa névoa da guerra que torna todo o seu fenômeno ambíguo, ocultando desde as unidades conflitantes até seus métodos de emprego da guerra, e o próprio estado de guerra e paz (HOFFMAN, 2007).

Após o fim da Guerra Fria, considerava-se que a hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional seria garantida pelo dito “Fim da História”, defendido por Francis Fukuyama (1992). Com o esfacelamento da União Soviética, os Estados Unidos se garantiam como maior potência política, com a disseminação do modelo neoliberal para países do sul global; potência econômica, tendo dólar como a moeda padrão corrente mundialmente e a centralização do capital financeiro mundial em Wall Street; potência cultural, reproduzindo o *american way of life* como modelo ideal de vida e sua ampla indústria cultural expandida diariamente através de produções cinematográficas, fonográficas e acadêmicas; e potência militar, possuindo domínio absoluto de armamentos e tecnologias bélicas, ocorrendo uma reformulação de orientação estratégica para mitigar atores caracterizados como novas ameaças (PENIDO; STÉDILE, 2021). Contudo, a hegemonia estadunidense foi dispersada após os ataques de 11 de Setembro, ocorrendo as subsequentes intervenções militares no Iraque e no Afeganistão que arruinaram a reputação internacional dos Estados Unidos. O sonho da hegemonia eterna não havia durado por tanto tempo.

Os conflitos armados adentraram uma nova era após os ataques de 11 de Setembro. Os atores políticos que protagonizaram o atentado não pertenciam a um Estado-nação, e o desenvolvimento de suas atividades é reflexo vívido da globalização, que impulsionou e materializou seus objetivos (HOFFMAN, 2007). Este episódio é marcado como o momento em que os efeitos da globalização começaram a impactar e moldar o escopo dos novos conflitos armados.

No início do século XXI, o fenômeno da globalização tomou conta das relações internacionais. Através da globalização foi capaz de encurtar as distâncias em escala mundial e criar redes dinâmicas de conexões sociais, econômicas, virtuais e ambientais (KEOHANE E NYE, 2001). A globalização do planeta resultou na maior interconexão de redes, fluidez constante de bens materiais e imateriais e no abuso da tecnologia como uma ferramenta onipresente na sociedade. Devido a intensa conexão entre as nações, a sociedade civil se tornou vulnerável a impactos internacionais, sofrendo maior intervenção direta dos tensionamentos do cenário internacional.

Neste cenário globalizado, é visto que os métodos de emprego da guerra sofrem uma espécie de mutação, elevando o fenômeno da guerra para um novo nível que não se assemelha aos conflitos armados tradicionais realizados entre os Estado-nação (HOFFMAN, 2007). O dinamismo do século XXI insere novos fatores para o emprego da guerra, como uma maior atenção as dimensões sociais, políticas, humanas e tecnológicas, e a difusão de novas estratégias psicológicas e informacionais que possuem a finalidade de subverter as vontades de determinado inimigo (MAGALHÃES, 2021). A guerra híbrida surge da unificação entre os elementos singulares introduzidos pela globalização do século XXI e o impulsionamento de meios não convencionais de promoção da guerra.

## **2.2 A Insurgência da Guerra Híbrida no Século XXI: O Cenário Estadunidense**

O termo guerra híbrida surgiu nos documentos militares estadunidenses durante o período dos anos 2000. Hoffman, em seu trabalho *Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Warfare* (2007), desenvolve o conceito para explicar os novos níveis de complexidade dentro de um conflito. Segundo o autor, a guerra híbrida pode ser definida como a convergência de variados modos de emprego da guerra, havendo a disponibilidade do uso de capacidades convencionais, a promoção de atividades estratégicas irregulares, abuso de atividades terroristas que instrumentalizam a violência e a coerção física, e a consumação de um estado de desordem social terminal (HOFFMAN, 2007).

Hoffman (2007), salienta que este tipo de conflito é difícil de ser identificado no momento em que está sendo empregado, possuindo atributos “multidimensionais, combinando medidas coercitivas e subversivas, usando ferramentas e táticas convencionais e não convencionais”. Por ser um fenômeno multidimensional, a condução da guerra híbrida pode ocorrer por unidades separadas ou uma única unidade integrada, que seguem operações e táticas

coordenadas para expandir suas capacidades no campo de batalha, conquistando vantagens materiais e psicológicas (HOFFMAN, 2007).

As guerras híbridas são observadas como fenômenos dinâmicos de rápida adaptabilidade, podendo transformar-se segundo as características particulares de seus adversários e dos interesses envolvidos no conflito (HAGELSTAM, 2018). Ademais, este novo método de guerra possui uma dimensão múltipla, ou seja, não se restringe a apenas uma maneira de emprego da força, mas se beneficia da variedade de ferramentas disponíveis para alcançar seus objetivos específicos – a origem de seu elemento híbrido. Desta forma, um enorme leque de ferramentas se abre a sua disposição, podendo abusar de táticas convencionais e não convencionais, processos coercitivos e subversivos, atividades militares e não-militares, sinergia entre a esfera física e psicológica, e ser executada por atores estatais e não estatais, que buscam a realização de seus interesses particulares (HOFFMAN, 2007).

A escola de pensamento das guerras de 4ª geração<sup>1</sup> profetizou novas formas de emprego da guerra e serviu como uma fonte sólida para que a guerra híbrida desenvolvesse seu aparato conceitual, fundamentando seus pilares principais (MAGALHÃES, 2021). A guerra híbrida bebe por completo das concepções das guerras de 4ª geração, e por isso, abre-se um espaço para apresentar as ideias primordiais que foram inseridas no conceito de guerra híbrida e foram desenvolvidas posteriormente.

O trabalho de Lind et al (1989), que apresenta a noção de guerras de 4ª geração, estabelece que os conflitos futuros seriam travados por meios indiretos, possuindo características assimétricas, irregulares e não definidas, sendo sua natureza inerentemente confusa, havendo incerteza na identificação entre as unidades civis e militares e entre o estado de paz e guerra – concepções presentes e adaptadas por Hoffman (2007).

Assim como a guerra híbrida, a razão das guerras de 4ª geração está fundada no objetivo de dismantelar o inimigo internamente, manipulando sua população para minar as bases sociais e políticas de seu adversário, tornando-o vulnerável e subvertendo sua vontade. Ainda que seus

---

<sup>1</sup>Lind considera que o fenômeno da guerra se divide em quatro gerações, com cada geração possuindo um período próprio e características únicas. As guerras de 1ª geração são caracterizadas pelo protagonismo dos grandes exércitos das potências europeias, ocorrendo o conflito formal e tendo como principal exemplo as guerras napoleônicas. As guerras de 2ª geração dão um salto de tecnologia e enfatizam o poder de fogo da artilharia para a vitória no conflito. Seu principal exemplo é a 1ª Guerra Mundial. As guerras de 3ª geração são identificadas pela mobilidade dinâmica das tropas oficiais, sendo capaz de vencer um conflito rapidamente, eliminando as formações militares lineares. A 2ª Guerra Mundial e as táticas de guerra relâmpago dos alemães são exemplos desta geração. As guerras de 4ª geração são as guerras assimétricas que abusam de toda a complexidade social, política e econômica para causar uma insurreição capaz de dismantelar o inimigo internamente. Seus exemplos são os ataques terroristas de 11 de setembro e a guerra do Afeganistão.

dispositivos tecnológicos não fossem tão desenvolvidos na época, Lind et al (1989) salienta que a televisão e outros aparelhos tecnológicos poderiam se transformar em armas capazes de afetar a integridade de um adversário alvo.

As operações psicológicas podem se tornar a arma operacional e estratégica dominante assumindo a forma de intervenção midiática/informativa [...] O principal alvo a atacar será o apoio da população do inimigo ao próprio governo e à guerra. As notícias televisionadas se tornarão uma arma operacional mais poderosa do que as divisões armadas.

Mattis e Hoffman (2005), consideram que a guerra híbrida possui um conjunto de táticas baseadas em operações psicológicas e sistemas de informação que servem como ferramentas centrais de seu inventário para causar o desmantelamento interno de seu adversário. Estas ferramentas servem para tomar posse da vontade de seu inimigo, causando fraturas internas e atacando seu reconhecimento cognitivo. No momento em que há controle sobre os aspectos psicológicos e redes tecnológicas de informação do adversário, são empregadas operações com o foco em moldar o inconsciente coletivo de uma sociedade segundo os interesses específicos dos atores envolvidos no conflito híbrida. Considera-se, assim, que as guerras híbridas são a evolução das guerras de 4ª geração (HOFFMAN, 2007; KORYBKO, 2018).

As campanhas de guerra híbrida são definidas por fornecem uma estratégia de conflito baseada na desestabilização interna do inimigo, buscando neutralizar seu adversário através de meios indiretos e fazendo-o implodir por si mesmo. A essência da guerra híbrida é centralizada em controlar a vontade de seu inimigo (LEIRNER, 2020b), criando instabilidades internas que forcem sua rendição e consumem os objetivos políticos. Dentre suas características para instaurar o estado de instabilidade permanente estão a promoção de divisão sociais, buscando intensificar divergências antecedentes na sociedade, e a erupção de instituições governamentais, contestando sua credibilidade política e buscando esfacelar o alvo por dentro (MAGALHÃES, 2021).

O conflito híbrido tem o propósito de invocar uma densa névoa da guerra, impedindo o alvo de realizar movimentos ou tomar decisões, deixando-o em um estado de confusão e vulnerabilidade que o torna suscetível a ataques imprevisíveis e de grande efetividade. As próprias definições sobre o campo de batalha (material/psicológico), as táticas aplicadas, as tecnologias difundidas, os atores envolvidos, e até mesmo sobre o estado de guerra e paz, são propositalmente ambíguas, pois a razão da guerra híbrida está fundada em uma ambientação de incerteza e obscuridade (HOFFMAN, 2007).

A ambiguidade do conflito híbrido impede que o ator agressor e seus objetivos políticos sejam revelados, impossibilitando seu adversário de conseguir processar informações, tomar decisões, organizar sua defesa e identificar o ator atacante (LEIRNER, 2020a). As circunstâncias de imprevisibilidade, complexidade e ambiguidade do conflito favorecem a execução da guerra híbrida ao causar a implosão de seu adversário, danificando severamente sua estrutura interna e induzindo sua rendição.

Os atores externos envolvidos no processo de implosão são camuflados pela densa névoa da guerra híbrida, que é invocada nesse ambiente de confusão e ambiguidade. Campanhas midiáticas, potencializadas pela Internet, demonstram-se como um campo de batalha favorável para capitalizar credibilidade social e política da população para a guerra híbrida, minando seu alvo através de campanhas difamatórias *online* e provocando rachaduras na estabilidade de suas instituições (MAGALHÃES, 2021). As novas tecnologias de comunicação, aliadas aos esquemas complexos de comportamento social, fornecem ferramentas imprescindíveis para o emprego da guerra híbrida, possibilitando que a subversão de vontades de seu oponente ocorra de forma remota e distante, sem ocorrer o envolvimento direto ou declaração clara do ator empregador da guerra (LIND et al., 1989).

Para a elaboração do conceito de guerra híbrida, Hoffman (2007) considera os estudos de cinco escolas estratégicas como base fundamental para a estruturação de seu conceito, compreendendo as guerras híbridas como a evolução destas contribuições. Hoffman retira da corrente de guerras da 4ª geração os aspectos da ambientação indefinida do conflito e a aplicação da violência por atores não relacionados com o Estado. Dos analistas chineses, extrai as ideias de conflitos omni-dimensionais e de convergências de aparato únicos. Incorpora também a teoria das redes, de John Arquilla e T.X. Hammes. As guerras compostas contribuem através do pensamento multinível da guerra, compreendendo a aplicação mútua de meios convencionais e inconventionais. E por fim, da escola australiana, aproveita-se as compreensões sobre a complexidade de operações fragmentadas e o modo oportunista do inimigo conquistar vantagem (HOFFMAN, 2007).



Os Pilares de Fundação do Conceito de Guerras Híbridas por Hoffman (2007)	
Escola / Corrente Teórica	Contribuições para as Guerras Híbridas
Guerras de 4ª Geração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflito indireto, assimétrico e ambíguo</li> <li>• Emprego de violência por atores não estatais</li> </ul>
Escola Estratégica Chinesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Omni-dimensionalidade e guerra além do conflito militar</li> <li>• Combinação de variáveis imprevisíveis</li> </ul>
Teoria das Redes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redes de organização multinível</li> <li>• Contato virtual fragmentado e imediato</li> </ul>
Guerras Compostas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização simultânea de táticas convencionais e inconventionais em um mesmo conflito</li> </ul>
Escola Estratégica Australiana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complexidade multi-operacional</li> <li>• Ímpeto de vantagem e fator surpresa</li> </ul>

(Quadro 1) Elaboração do autor. Fonte: HOFFMAN, 2007.

Hoffman possui como referência central para seus estudos as organizações terroristas Hamas e Hezbollah, que são identificadas como ameaças híbridas por incorporarem elementos de guerrilha, de células fragmentadas e aparatos tecnológicos de ponta, capazes de confrontar os armamentos bélicos de forças armadas ocidentais. É possível identificar que o conflito entre Israel e Hezbollah foi traçado na “área cinza”, onde os próprios oficiais israelenses não conseguiam distinguir os aspectos da guerras devido a metamorfose das células Hezbollah, que eram considerados “guerrilhas híbridas e tropas regulares” ao mesmo tempo (HOFFMAN, 2007).

O termo guerra híbrida é oficialmente incorporado na estratégia de defesa dos Estados Unidos através do “Manual para Guerras Não Convencionais das Forças Especiais dos Estados Unidos”, que define que: “o objetivo dos esforços dos EUA nesse tipo de guerra é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos EUA” (U.S. ARMY, 2010). Nota-se uma preocupação dos Estados Unidos em defender seus interesses estratégicos internacionais, e por tanto, a necessidade em conter as eventuais “potências hostis” que contestem ou prejudiquem a manutenção de sua ordem política (democracia liberal), econômica (neoliberalismo e capitalismo de livre mercado) e social (*american way* e cristianismo) (PENIDO; STÉDILE, 2021).

Em 2010, o momento da publicação deste manual, os alvos traçados na mira dos Estados Unidos eram os grupos terroristas em posse de armas tecnológicas e de ferramentas psicológicas persuasivas capazes de superar as capacidades militares estadunidenses (PENIDO; STÉDILE, 2021). Entre exemplos dessas unidades há o Hezbollah, no Líbano, como citado no trabalho de Hoffman (2007), e o Hamas, na Palestina. Entretanto, após os casos da Síria e Ucrânia, é possível observar que as táticas de guerra híbrida passarão a ser aplicadas em Estados-nação como um meio para efetivar os interesses geopolíticos estadunidenses em múltiplas regiões do globo.

O conceito de “ameaças híbridas” começou a ser incluído nos debates da OTAN em 2010. Na cúpula da OTAN na Escócia em 2014, estipulou-se o dever do bloco em desenvolver forças coordenadas capazes de envolver-se nas guerras híbridas, identificado como o novo formato de guerra. Em 2015, em sua cúpula de Ministros das Relações Exteriores, definiu-se a estratégia direcionada para as guerras híbridas, ocorrendo sua aprovação em 2016, na cúpula de Varsóvia (LEIRNER, 2020a).

Em outro contexto, a Comissão Europeia em conjunto com o Serviço Europeu de Ação Externa também introduziu as guerras híbridas a nível institucional (MAGALHÃES, 2021). As ameaças híbridas foram determinadas como “atividades convencionais e não convencionais, militares e não militares que podem ser utilizadas de forma coordenada por atores estatais ou não estatais para alcançar objetivos políticos específicos” (SEAE, 2018).

A incorporação do termo guerras híbridas em ambas instituições seguem as diretrizes de Hoffman (2007), considerando o conflito híbrido como o novo estágio da guerra no século XXI, sendo identificado por utilizar variados métodos e ferramentas para o emprego da guerra de maneira combinada em um ambiente multidimensional, podendo alcançar seus objetivos específicos através de meios militares ou não militares, instrumentos coercitivos ou não coercitivos, e táticas convencionais ou não convencionais.

### **2.3 A Teoria de Guerra Híbrida: O Cenário Russo**

Em contraposição com a visão estadunidense introduzida por Hoffman (2007) sobre as guerras híbridas, Korybko (2018) elabora percepções que expandem e aperfeiçoam o conceito, tornando-o uma teoria cristalizada sobre as guerras indiretas no século XXI. Korybko amadurece o fenômeno das guerras híbridas e expõe o processo de maneira clara.

Na teoria de guerra híbrida elaborado por Korybko (2018), há a incorporação de desenvolvimento teórico avançado, através de teorias geopolíticas e militares, evidências empíricas recentes, como no caso da Síria e Ucrânia. Da mesma maneira, o autor explora os contextos históricos e políticos para a realização do fenômeno, ressaltados pelo “domínio em espectro total” dos Estados Unidos, e explica com precisão as ferramentas empregadas durante a guerra híbrida, que podem ser identificadas em nossa realidade. A inserção das revoluções coloridas e guerras não convencionais como instrumentos para o emprego da guerra híbrida são reconhecidos como o trunfo da teoria, que consegue esclarecer com destreza o fenômeno da troca de regime através da intervenção indireta.

Para Korybko (2018), a guerra híbrida é definida como um conflito indireto que abusa da combinação de ferramentas irregulares (revoluções coloridas e guerras não convencionais) e regulares para efetivar uma troca de regime no Estado-alvo. Neste novo modelo de guerra através de mecanismos indiretos, busca-se desestabilizar o alvo internamente manejando a menor quantidade de recursos possível para a realização de seu objetivo principal: expandir sua influência e controle sobre um Estado-alvo.

Korybko introduz em sua teoria os conceitos de revoluções coloridas e guerras não convencionais, que são vistas como expressões e ferramentas para a execução da guerra híbrida e contemplam os objetivos de troca de regime. Primeiramente, as revoluções coloridas, identificadas como ‘golpe brando’, servem para evocar a população do alvo contra suas próprias autoridades e instituições políticas, manipulando com vigor operações psicológicas e disseminação de propaganda, fraturando o Estado-alvo internamente e deixando-o vulnerável para a efetivação de uma troca de regime favorável ao Estado agressor (KORYBKO, 2018).

Caso a revolução colorida venha a falhar, a guerra híbrida avança para seu segundo estágio, as guerras não convencionais, que são caracterizadas como ‘golpe rígido’ por dispor de caráter letal, algo não compartilhado pelas revoluções coloridas. As guerras não convencionais são praticadas por forças desvinculadas a Estados para realizar o interesse que lhes é ordenado, sendo suas forças identificadas de forma abrangente como forças especiais, combatentes híbridos, mercenários, organizações terroristas, milícias e movimentos de libertação nacional (KORYBKO, 2018; PENIDO; STÉDILE, 2021). Trata-se de uma influência indireta praticada pelos Estados para cumprir com a troca de regime desejada. Além de encobrir o Estado ordenador de culpa e vexame internacional, a guerra não convencional também é mais barata e econômica que a guerra convencional, podendo alcançar os mesmos objetivos através de um menor custo.

Ainda se a troca de regime não for realizada, prossegue-se para a intervenção militar direta, como intervenção humanitária ou responsabilidade de proteger<sup>2</sup>, apesar de ser difícil de ser concretizada devido a preferência dos atores em minar o alvo através de mecanismos indiretos de desestabilização (KORYBKO, 2018). Ambas as ferramentas, tanto a revolução colorida como as guerras não convencionais, serão mais exploradas adiante, em uma seção própria. Apesar da guerra híbrida ser marcada como o novo estágio de conflito internacional no século XXI, salienta-se que ainda há na contemporaneidade outras formas coercitivas de imposição da força e da vontade de um Estado sobre o outro. Entre seus exemplos estão as sanções econômicas e financeiras, o isolamento geopolítico, o constrangimento internacional, a neutralização do campo de projeção internacional do alvo, e narrativas e discursos de ataque que ferem a integridade social e política do Estado-alvo – todos estes exemplos também podem ser inseridos dentro do contexto da guerra híbrida.

Em contexto internacional, Korybko (2018) identifica que os Estados Unidos estão promovendo uma nova estratégia internacional baseada em guerras híbridas que ditará os rumos do século XXI. Os casos da Síria e Ucrânia são expressões claras da nova grande estratégia dos Estados Unidos, que possui a finalidade de efetivar trocas de regimes desfavoráveis ou que se apresentem como um empecilho para a preservação da ordem mundial estadunidense. As revoluções coloridas e as guerras não convencionais são as principais armas dos Estados Unidos nesse século, e sua busca pela desestabilização perseverará até que seus objetivos estratégicos sejam cumpridos. Tendo isto posto, se faz necessário que os Estados-nação vulneráveis a este novo modelo de guerra estudem e compreendam o fenômeno, para então criarem mecanismos de defesa que sejam capazes de bloquear o avanço de tais táticas desestabilizadoras e arrebatadoras de sua autonomia política e soberania nacional.

A razão da promoção do novo modelo de estratégia de conflito baseado na guerra híbrida está na dominação de espectro total aspirada pelos Estados Unidos (KORYBKO, 2018). Nesse sentido, a dominação de espectro total se resume em “ser persuasivo na paz; decisivo na guerra; proeminente em qualquer forma de conflito”, ou seja, objetiva-se ter o controle de todo o

---

<sup>2</sup> Intervenção humanitária refere-se à utilização de ferramentas coercitivas aplicadas por um Estado agressor contra outro Estado-alvo, com a finalidade de intervir no território do Estado-alvo, sem o seu consentimento, para interromper práticas de violação dos direitos humanos e de pactos universais. De outro modo, a responsabilidade de proteger centraliza-se na ideia da aliança universal das nações em impedir que práticas violentas sejam praticadas em âmbito internacional, como crimes de guerra, genocídio e crimes que violem a dignidade humana e seus direitos inalienáveis.

espectro em conteúdo bélico, além de abusar de princípios civilizacionais ocidentais para obter o domínio da narrativa internacional em conteúdo geopolítico (ENGDAHL, 2018).

F. William Engdahl (2009) salienta que as revoluções coloridas são vistas como ferramentas eficientes e úteis pelo governo estadunidense para a concretização de seus interesses em áreas politicamente sensíveis do globo. Para Korybko (2018), nota-se que “as revoluções coloridas visam a dominação intangível, e a guerra não convencional, à dominação tangível”. A dominação em espectro total pautada pelos Estados Unidos ainda utiliza a estratégia de liderança velada em plano internacional para desestabilizar adversários específicos, onde há a assistência militar estadunidense em conjunto com outros aliados e líderes regionais para o emprego de ferramentas indiretas através de guerras por procuração que possuem a finalidade de realizar os objetivos estratégicos e geopolíticos estadunidenses (COHEN, 2011).

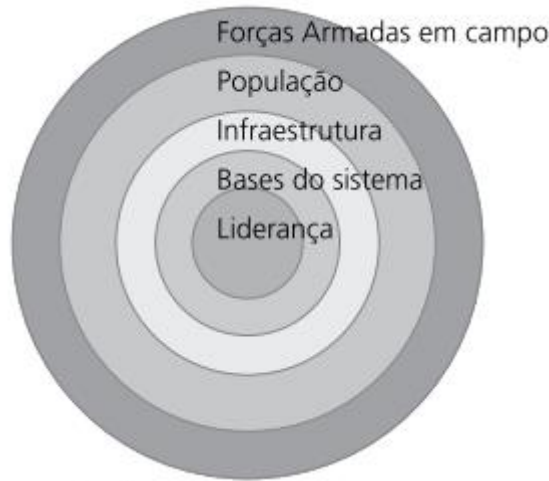
As expressões da guerra híbrida, como as revoluções coloridas e as guerras não convencionais, servem como uma ferramenta para a realização da dominação em espectro total por possibilitarem que o caos seja controlado segundo seus interesses. Segundo Korybko, ao obter controle sobre a dinâmica caótica padronizada que é instaurada pelas revoluções coloridas e pelas guerras não convencionais, o caos é alastrado por todo o sistema inimigo como um vírus que contagia toda a população alvo, sendo espalhada pelos próprios nacionais, causando uma convulsão política e social em que se faz necessário o “reboot do sistema”, a dita troca de regime, para a superação daqueles que são postos como inimigos e fontes do mal do sistema (KORYBKO, 2018).

### **2.3.1 Os Pilares Militares da Teoria da Guerra Híbrida**

Diversas teorias militares integram as guerras híbridas e sustentam a sua efetividade enquanto estratégia de emprego da força. Além das guerras de 4ª geração, que são citadas anteriormente pela sua assimetria e por evidenciar fatores que envolvem batalhas informacionais e operações psicológicas, a teoria dos cinco anéis é um dos pilares principais que sustentam as guerras híbridas pela capacidade de identificar os níveis internos do adversário, e dessa forma, ter conhecimento suficiente para implodir o alvo e defasar todas suas linhas de defesa internas, tornando o alvo vulnerável para a troca de regime.

Essencialmente, a teoria dos cinco anéis identifica cinco bases estruturais que fundamentam a união estável de uma unidade marcada como alvo (WARDEN, 1995). Para Warden, o idealizador da teoria dos cinco anéis, uma unidade adversária é dividida através em

cinco níveis interconectados, sendo eles: (I) a liderança, (II) as bases do sistema, (III) a infraestrutura, (IV) a população, (V) e os mecanismos de combate (referência na Figura 1).



(Figura 1) Teoria dos Cinco Anéis: Modelo geral. Fonte: Korybko, 2018.

A posição de importância dos níveis é inserida de dentro para fora, sendo o seu núcleo, ou seja, a liderança, o nível de maior importância, e os mecanismos de combate, ou seja, as forças armadas, o nível de importância mínima. Devido a interconexão entre os níveis, se ataques contra os níveis mais próximos do núcleo forem eficientes, suas consequências serão reverberadas para os outros níveis que fazem fronteira com aquele que foi atacado (KORYBKO, 2018). Posto em exemplo, se um ataque for feito contra as bases do sistema, é possível que o nível da liderança seja afetado, e deixando a unidade adversária em estado de vulnerabilidade para ataque. Se um ataque ocorrer somente contra as forças armadas, esse ataque será isolado e terá menos chances de reverberar contra os outros níveis que constituem as bases de união para a unidade adversária.

Em questão de guerras não convencionais, há um foco maior de ataque contra os níveis do meio (população, infraestrutura e bases do sistema) que constituem a união estável adversária (KORYBKO, 2018), isto devido a interconexão entre os níveis que facilita o alastramento do caos generalizado para os outros níveis que fazem fronteira com os níveis intermediários. No caso das revoluções coloridas, nota-se que há uma divisão entre a sociedade e o indivíduo, ocorrendo a identificação de seus próprios anéis que compõem sua estabilidade. Em perspectiva da sociedade, levando em conta a maior importância do núcleo até seu nível mais externo, seus anéis são divididos da seguinte forma: (I) liderança (importância máxima para a unificação), (II) forças armadas e polícia, (III) elite nacional, (IV) mídia, e (V) população (Figura 2) (KORYBKO, 2018).



(Figura 2) Teoria dos Cinco Anéis: Modelo das Revoluções Coloridas para a Sociedade.

Fonte: Korybko, 2018.

De acordo com o modelo, quando uma revolução colorida é iniciada, almeja-se a queda da liderança principal de uma sociedade em específico. Ao condicionar a população-alvo a voltar-se contra suas autoridades políticas, é possível perceber que o nível mais externo do anel tende a voltar-se para dentro tendo foco em atingir o nível mais interno, sua liderança. Caso o nível das forças armadas consiga impedir a concretização da revolução colorida de chegar ao nível da liderança, abre-se uma oportunidade para a realização de uma guerra não convencional, possuindo um maior grau de letalidade para a sociedade. Nota-se ainda nesse desenho dos anéis que a elite possui influência sobre a mídia e as forças armadas, mesmo que em menor nível nesta última. A mídia possui um efeito direto na população, e a credibilidade da mídia internacional pode afetar a percepção das autoridades sobre os ataques de uma revolução colorida enquanto a estabilidade de seu governo.

Quanto ao indivíduo, a revolução colorida tende a se dedicar ao máximo para explorar todos os valores morais, princípios culturais e o senso comum que compõe a população alvo, montando arquétipos únicos para persuadir cada sociedade singular a aderir aos seus movimentos que reclamam por uma transformação superficial no país da forma mais abstrata possível. Korybko contextualiza que cada sociedade terá um desenho único de seus anéis devido as variações culturais e regionais em que se situam, mas ainda assim o autor traz um desenho modelo que orienta as operações psicológicas que fazem parte das revoluções coloridas. Então, para o indivíduo, seus anéis que compõe sua estabilidade seriam divididos desta forma: (I) família (importância máxima), (II) trabalho, (III) vizinhança, (IV) religião, e (V) país (Figura 3) (KORYBKO, 2018).



(Figura 3) Teoria dos Cinco Anéis: Modelo das Revoluções Coloridas para o Indivíduo Ocidental. Fonte: Korybko, 2018.

Neste modelo, a família desempenharia o centro da vida do indivíduo, aquilo que ele mais preza. Possuindo a noção da importância deste núcleo, campanhas de operação psicológica podem ganhar maior intensidade e foco específico em atingir a cognição do indivíduo invocando discursos que deem a impressão que seu núcleo familiar está sendo ameaçado ou está correndo terrível perigo para persuadir o indivíduo a ingressar aos movimentos das revoluções coloridas. Há uma correlação extremamente precisa com o caso brasileiro, onde foram invocados discursos ligados ao núcleo familiar para remover um regime do poder e em seguida levantar a mesma bandeira da família, que estava sendo ameaçada pelo regime anterior, para a eleição de um novo regime que respeitaria a estabilidade e a ordem familiar.

O ciclo OODA também possui grande consideração para a estratégia de guerra indireta que se busca através das guerras híbridas. Primeiramente idealizada por John Boyd para pilotos aéreos de guerra, Robert Greene (2007) compreende que a lógica do ciclo OODA também pode ser reproduzida na vida cotidiana. Dessa maneira, os indivíduos tendem a realizar uma decisão depois de (O)bservar suas circunstâncias, (O)rientar-se ao processar as informações que captou, (D)ecidir a ação que irá tomar, para então (A)gir de maneira definitiva. Em contexto da guerra híbrida, todo o processo do ciclo OODA é neutralizado devido ao fenômeno da imprevisibilidade que impede que os indivíduos consigam processar as decisões de forma efetiva para então tomar uma ação final (KORYBKO, 2018). A desorientação e instabilidade que a guerra híbrida traz consigo é proposital para criar um estado de caos total em que o próprio processo de informações ocorre de forma confusa devido a névoa densa da guerra que impossibilita o reconhecimento sobre os propósitos do conflito, as unidades envolvidas, e a forma como ele está sendo empregado – além de esconder até mesmo que um conflito está em curso.



Além da teoria dos cinco anéis e do ciclo OODA, a teoria do caos tem um papel importante para a aplicação da guerra híbrida e a implosão localizada do alvo. Ao desenvolver a teoria do caos, Steve Mann (1992) não compreende o caos como algo desordenado, mas como uma dinâmica complexa e não linear, onde diversos processos diferentes estão a ocorrer de forma concomitante e que resultam em novos processos. Toda essa dinâmica ‘caótica’ segue um padrão que é ordenado segundo os interesses a serem realizados.

Mann (1992) salienta que é possível condicionar as vontades dos indivíduos de uma população alvo ao modificar o seu software, ou seja, seu sistema operacional. A forma de transformar as vontades individuais de membros de uma população alvo seria através da implantação de um vírus, e segundo suas palavras, “o que é a ideologia senão um vírus de software para seres humanos?”. A revolução colorida é capaz de metamorfosear como um vírus para adaptar-se segundo o contexto cultural e social de cada sociedade alvo, e como um vírus, ao contaminar um indivíduo e transformar seu sistema operacional para obedecer à promoção da guerra híbrida, a revolução colorida consegue desencadear uma ‘epidemia política’, contaminando uma população inteira com seu vírus (KORYBKO, 2018).

Na visão de Korybko (2018), “a guerra híbrida é o caos administrado”, e por isso a teoria do caos é tão efetiva no conflito híbrido. O fenômeno possui suas características de assimetria e de imprevisibilidade, e por meio de condicionamentos indiretos consegue subverter a vontade do adversário alvo. A teoria do caos consegue florescer no meio da imprevisibilidade, conduzindo o estado da situação segundo seus interesses, e sendo capaz de paralisar o ciclo OODA. Ao conseguir administrar um vírus político que gera uma epidemia em cadeia no Estado-alvo faz com que os métodos convencionais de guerra sejam abdicados para provocar a queda de um regime de maneira remota controlando sua própria população. Caso o vírus administrado pela revolução colorida não funcionar, ainda é possível aplicar o método de guerra não convencional, partindo para a violência física letal para remover um regime do poder. A união entre a revolução colorida e a guerra não convencional, os artifícios promulgados pela guerra híbrida, causa o caos sistêmico que é controlado e condicionado a padrões ordenados para a realização de interesses em específico (KORYBKO, 2018).

#### **2.4 Embate e Acusações entre as Visões Estadunidense e Russa**

Entretanto, enquanto prática real de emprego da guerra híbrida, os Estados Unidos e a Rússia se acusam mutuamente como fundadores do novo conflito no século XXI. A Rússia enquadra os estadunidenses de empregarem táticas de guerra híbrida na Síria em 2014, à medida

que os Estados Unidos enquadrar os russos por reproduzirem as mesmas táticas na Ucrânia no mesmo ano (PENIDO; STÉDILE, 2021). Como observado anteriormente, os elementos de guerra híbrida sempre foram presentes durante os conflitos armados, entretanto, a evolução dos conflitos para seu formato híbrido somente ocorreu no século XXI devido ao fenômeno da globalização, que forneceu ferramentas sofisticadas para efetivar táticas indiretas para a subversão da vontade de seu adversário.

As primeiras ameaças híbridas identificadas pelos Estados Unidos seriam grupos terroristas como o Hezbollah, no Líbano, e o Hamas na Palestina (HOFFMAN, 2007). Entretanto, conforme o desenvolvimento de estratégias geopolíticas, os Estados Unidos passam a acusar a Rússia de praticar a guerra híbrida em volta de seu entorno estratégico, em especial nas ex-repúblicas soviéticas, evocando revoluções coloridas para sustentar zonas de influência favoráveis para o interesse russo (LEIRNER, 2020a; PENIDO; STÉDILE, 2021). A RAND Corporation (*think thank* estadunidense) batiza as estratégias de propaganda contemporânea russa como “*firehose of falsehood*” (mangueira de fogo da falsidade), estratégias estas que visam conservar a influência russa em seu entorno geográfico e afastar a atuação da OTAN na região da Eurásia (CHRISTOPHER; MATTHEWS, 2016), ou seja, focam-se em atribuir culpa as estratégias russas.

Substituindo o conceito de guerra híbrida, Christopher e Matthews (2016) investigam a interferência russa nas eleições estadunidenses de 2016, e constatarem que o princípio da estratégia de “*firehose of falsehood*” é disseminar informações que provoquem instabilidades as instituições governamentais, para então, através da legalidade institucional, reorganizar o desenho político do país alvo sem necessidade de intervenção direta. A RAND faz parte de um grupo de *think thanks* e ONGs incorporadas a “estratégia de domínio total” dos Estados Unidos (ENGDAHL, 2018 *apud* LEIRNER, 2020b), que procura preservar a ordem estadunidense imposta ao sistema internacional e contemplar os interesses do *deep state* estadunidense. Dentre outros *think thanks* e ONGs incorporadas a esta estratégia, estão o Wilson Center, USAID, Open Society e Freedom House (LEIRNER, 2020a).

A criação do conceito de “*firehose of falsehood*” aparenta ser uma contra-ataque intelectual ao conceito de guerra híbrida aperfeiçoado pelos russos, que introduziram o conceito em sua estratégia militar e geopolítica desde a Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional em 2014. Nesta conferência, fora discutido sobre o avanço das revoluções coloridas sobre o entorno estratégico russo, sendo consideradas uma nova expressão de conflito

militar, e de como esse fenômeno pode ser caracterizado como um novo tentáculo da política externa estadunidense (KORYBKO, 2018).

O conceito de abordagem adaptativa fora apresentado por Valery Gerasimov, Chefe do Comando Geral das Forças Armadas da Rússia, instituindo que meios não militares, como as revoluções coloridas, podem evoluir para interferências militares diretas e agregar novas ferramentas coercitivas dependendo da efetividade dos meios não militares empregados inicialmente no Estado adversário (KORYBKO, 2018). Em 2014, a Academia do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Rússia já discutia o papel das revoluções coloridas e pincelava o conceito de guerra híbrida:

“A Academia do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Rússia trabalha no assunto desde o final de 2014 e agora está preparada para desenvolver um manual complexo de combate às ‘revoluções coloridas’, relata o jornal diário russo Kommersant. (...) Os especialistas também trabalharão no método do ‘soft power’ (impacto sem contato com o inimigo em potencial), operações assimétricas e medidas para fortalecer o sistema político da Rússia e a cultura política dos políticos, funcionários públicos, empresários e outros residentes do País” (SPUTNIK, 2015).

Assim, forma-se uma disputa entre o cenário estadunidense o russo sobre acusações mútuas sobre quem criou o termo e quem foi o primeiro Estado a aplicar o fenômeno na realidade concreta. Prosseguimos para compreender as ferramentas de emprego da guerra híbrida, e sobre como ela pode se expressar na realidade.

## **2.5 As Ferramentas de Emprego da Guerra Híbrida**

Nesta seção iremos explorar as principais ferramentas e expressões da guerra híbrida, prevendo compreender como a guerra híbrida é empregada em nossa realidade para efetivar uma troca de regime político. Desta maneira iremos abordar sobre as revoluções coloridas, as guerras não convencionais, e a prática do lawfare, entendendo-as como as principais manifestações de guerra híbrida na contemporaneidade.

Apesar de o caso brasileiro não manifestar a guerra não convencional, esta ainda é uma ferramenta importante para compreendermos a aplicabilidade das guerras híbridas e sua operação em nossa realidade, devido a guerra não convencional ser uma evolução das revoluções coloridas. A teoria das guerras híbridas não aborda o lawfare como uma ferramenta do conflito híbrido, no entanto, devido as particularidades socioeconômicas da América Latina, tal expressão pode ser considerada como uma manifestação da guerra híbrida, se fazendo presente no caso brasileiro.

### 2.5.1 Revoluções Coloridas

As revoluções coloridas são definidas como estratégias fundadas em operações psicológicas e mecanismos de informação que visam conquistar as mentes da população alvo para aderir manifestações em massa com o propósito de provocar uma troca de regime interna no Estado-alvo. As revoluções coloridas possuem um método de ação baseado em práticas não violentas, usufruindo de símbolos e discursos de apelo popular para cativar a população alvo. A reivindicação da troca de regime ocorre através da ocupação das ruas e da apropriação de domínios digitais, procurando constranger e subjugar as autoridades oficiais e a ordem política instituída (KORYBKO, 2018; MAGALHÃES, 2021; SCHERNER, 2015; SOUZA, 2020).

As primeiras expressões do fenômeno das revoluções coloridas foram identificadas durante a década dos anos 2000, nas regiões do Leste Europeu e na Ásia Central, principalmente na Ucrânia e na Síria (SOUZA, 2018). Nota-se que diversos movimentos surgiram de forma aparentemente espontânea, com o propósito de lutar pela liberdade do país e pela instituição de princípios democráticos em suas instituições, mas, no entanto, todos seus discursos eram rasos e dotados de uma superficialidade tremenda, havendo apenas a evocação de palavras de ordem que enunciavam o resgate de um sentimento nacional perdido ou de um progresso abstrato sem substância. Desta maneira, as manifestações não apontavam diretamente suas demandas, como elas poderiam ser realizadas e como seus objetivos poderiam melhorar a sociedade em questão.

O despertar das revoluções coloridas foram diretamente influenciadas pelas táticas enunciadas nos manuais de Gene Sharp, que salientam a realização de movimentação direta da população contra suas autoridades através de métodos pacíficos e não violentos (KORYBKO, 2018; MAGALHÃES, 2021). Gene Sharp possui uma relação próxima e cordial com Estados Unidos, tendo a agência Voice of America, financiada pelo governo estadunidense, atribuído o sucesso da Primavera Árabe as estratégias de desestabilização propostas por Sharp, e também havendo a colaboração do ex-coronel estadunidense Robert Helvey no desenvolvimento do conceito de “desobediência política em massa” de seu livro “Dictatorship to Democracy”.

Em seus trabalhos, Gene Sharp enfatiza a utilização de ferramentas irregulares da guerra para causar uma troca de regime de maneira pacífica, compreendendo o poder do conflito híbrido em utilizar múltiplos elementos para seus objetivos políticos. Sharp destaca que: “A luta não violenta é um meio muito mais complexo e variado que a violência. Em vez disso, a luta é travada por armas psicológicas, sociais, econômicas e políticas aplicadas pela população e as instituições da sociedade” (SHARP, 2010).

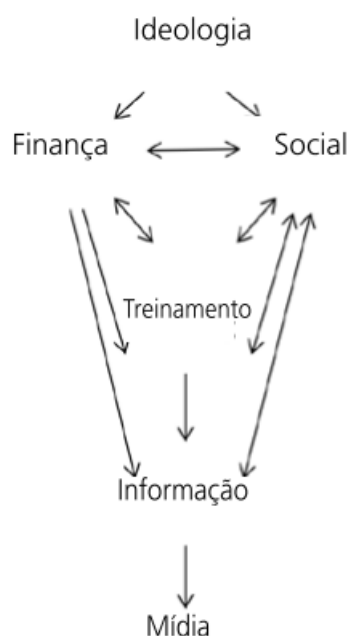
Para alcançar seu sucesso, as revoluções coloridas devem fabricar um consenso entre a população alvo, enfatizando que seu governo demonstra-se inoperante e portanto deve ser substituído por um novo regime que consiga contemplar todas as demandas populacionais (KORYBKO, 2018). A propaganda possui um papel essencial no curso da revolução colorida, pois é através da projeção de mensagens, discursos e imagens que a população será cativada e convocada a integrar-se no movimento que promove a troca de regime.

Bernays, o pai das relações públicas, em seu livro ‘Propaganda’ (1928) salienta que ao compreender a estrutura do pensamento de um indivíduo, seus princípios sociais, culturais e civilizacionais (os ‘anéis’ internos que são observados através da teoria dos cinco anéis), é possível manipulá-lo para agir coletivamente com outra massa de indivíduos, e por fim, condicioná-los a realizar a vontade de certo ator sem que os mesmos não percebessem (BERNAYS, 1928). As revoluções coloridas seguem esta mesma base para conseguir capturar as mentes da população alvo para seu movimento de troca de regime.

Para o consenso ser admitido entre a população ele deve transmitir racionalidade, elencando palavras de ordem, discursos persuasivos e imagens de impacto para que a sociedade passe a validar o movimento como legítimo e condenar as atitudes de suas autoridades políticas (BERNAYS, 1955). Ao gerar consenso e estas informações serem internalizadas em sociedade, os indivíduos irão julgar que chegaram as conclusões que seu governo é ineficiente de maneira orgânica, sem perceber que foram condicionados a pensar daquela forma por agentes externos (KORYBKO, 2018). Ao concluir que seus pensamentos são válidos e atitudes devem ser tomadas, os indivíduos começarão a compartilhar estas ideias em todos os seus círculos sociais, causando o alastramento dos ideais da revolução colorida por todo o território nacional e provocando a troca de regime almejada pelo movimento.

Na visão de Korybko (2018), para que a troca de regime seja efetivada, a revolução colorida incorpora um modelo hierárquico de interação entre múltiplas variáveis para que seu movimento ganhe força e ímpeto para realizar a mudança desejada. Neste modelo, ocorre a integração entre a (a) ideologia, sendo o conjunto de ideias que irá gerar comoção para o movimento; (b) o âmbito financeiro, que transforma as ideias em práticas reais apoiando projetos e atividades; (c) o âmbito social, que recruta simpatizantes para expandir a influência do movimento e compor suas células descentralizadas; (d) o treinamento, que orienta os indivíduos fundantes do movimento para concretizar os objetivos da revolução colorida; (e) a informação, que é fundada na lógica de disseminação da ideologia e propaganda da guerra híbrida no campo físico e virtual; e (f) a mídia, que consegue legitimar o conflito híbrido e

projetar o movimento a nível internacional para lhe conceder maior credibilidade e apoio político (KORYBKO, 2018). Adiante, na figura 4, é possível observar a estrutura hierárquica do modelo das revoluções coloridas.



(Figura 4) Estrutura Hierárquica de Cinco Níveis das Revoluções Coloridas.

Fonte: Korybko, 2018.

A ideologia é o ponto inicial das revoluções coloridas e está fundada nos valores liberais democráticos que instituem como a missão de seus movimentos a luta pela liberdade e o fim do autoritarismo de seus Estados, seguindo a lógica de democracia liberal contemporânea em condenar modelos político-econômicos que sejam diferentes ao seu, categorizando-os como violentos, autoritários, incivilizados e tirânicos. No âmbito financeiro, é possível observar que muitas revoluções coloridas captaram apoio econômico estrangeiro para seus movimentos, como a Primavera Árabe, formando instituições e organizações que dão suporte ao emprego da guerra híbrida (KORYBKO, 2018). A interação vista entre o âmbito financeiro, social e treinamento, é considerada como o cerne das revoluções coloridas devido a sua interconexão com os outros degraus do modelo, sendo esta interação nomeada como triângulo profano. A intensidade do triângulo profano ditará o nível de potência do movimento e sua capacidade em concretizar seus objetivos políticos (KORYBKO, 2018).

O acontecimento e a infraestrutura física colaboram igualmente para o sucesso das revoluções coloridas. O acontecimento é a faísca das revoluções coloridas, o evento de ponto

de virada que torna as manifestações públicas (KORYBKO, 2018). Sua natureza deve ser controversa e polêmica, e o movimento deve empenhar-se em campanhas de informação para absorver o acontecimento para sua causa, induzindo a população alvo a tomar uma atitude prática diante do evento. Dentre exemplos de acontecimentos estão: a prisão de líderes da oposição, fraude eleitoral, aprovação de leis antipopulares, e a exclusão de acesso a direitos sociais.

De outra maneira, a infraestrutura física serve para a população alvo expressar seu apoio ao movimento, expressando as demandas da revolução colorida através de objetos físicos e lugares estratégicos (KORYBKO, 2018). É possível observar entre exemplos do uso da infraestrutura física os atos de ocupação, aglomerações, manifestações e protestos, a utilização de palcos, megafones, bandeiras, símbolos, cartazes, etc. Para conseguir movimentar seu enxame, as revoluções coloridas tendem a persuadir a juventude para integrar ao seu movimento, lhe atribuindo assim uma imagem juvenil e contemporânea, servindo para a construção da narrativa de uma nova ordem política contra a velha ordem política decadente.

Dessa forma, é possível observar que as revoluções coloridas seguem um formato de organização em rede, onde um conflito social é organizado de maneira assimétrica, sem uma estrutura hierárquica clara e sem líderes materiais (KORYBKO, 2018). A era da informação permite que este formato de conflito seja eficiente devido o domínio sobre os mecanismos de informação, que possibilitam que múltiplas organizações consigam se comunicar e coordenar suas operações de maneira remota. As guerras em rede possuem foco no poder brando, na subversão do adversário de maneira indireta. Segundo, John Arquilla e David Ronfeldt, os criadores do termo, a guerra em rede seria destacada como:

um modo emergente de conflito (e crime) nos níveis sociais, salvo guerras militares tradicionais, em que os protagonistas usam formas de organização em rede e doutrinas, estratégias e tecnologias relacionadas afinadas com a era da informação. Esses protagonistas provavelmente serão organizações dispersas, pequenos grupos e indivíduos que se comunicarão, coordenarão e conduzirão suas campanhas de uma maneira conectada via Internet, geralmente sem um comando central preciso (ARQUILLA; RONFELDT, 1996).

Os padrões formados pela guerra em rede geram o caos administrado, que pode ser controlado para atingir o adversário em seus pontos vulneráveis. Quando a rede está em sua operação máxima, havendo a integração da rede na sociedade e ocorrendo contatos rápidos entre a rede externa e interna, a rede tornar-se “uma só mente” que opera com o único propósito de realizar a troca de regime.

As revoluções coloridas também incorporam o conceito de guerra neocortical, elaborado por Richard Szafranski, para compreender como é possível moldar o pensamento em sociedade para realizar certos comportamentos em específico (KORYBKO, 2018). Segundo Szafranski, a cognição de um indivíduo pode ser controlada a partir de impulsos de informação, que reformulam o padrão lógico de seus pensamentos e passam a condicionar seus comportamentos segundo interesses de agentes externos, confundindo o ciclo OODA interno do indivíduo e fornecendo a ilusão de que os novos pensamentos dos indivíduos são válidos e legítimos (SZAFRANSKI, 1994)

Apesar de Szafranski desenvolver este conceito pensando na dissuasão de conflitos a partir do controle da mente de líderes adversários, o conceito também se encaixa nas revoluções coloridas devido a lógica de influência e condicionamento de comportamento, que pode ser aplicado em populações alvo para induzi-las a provocar uma troca de regime. Como explorado anteriormente, as estratégias de moldagem de comportamento são mais efetivas quando se há conhecimento dos cinco anéis internos do adversário, que constituem as ações e atitudes do indivíduo em sociedade (KORYBKO, 2018).

Além de utilizar o terreno físico, as revoluções coloridas adicionam o terreno virtual para dinamizar ainda mais o fenômeno da guerra híbrida (LEIRNER, 2020a). Os meios de comunicação modernos potencializam a aplicação de operações psicológicas, servindo como uma plataforma para promover a ideologia da guerra híbrida, disseminar propaganda antigovernamental, expandir sua base de simpatizantes, transformar indivíduos comuns em emissores de suas ideias, e desestabilizar a ordem política local ao minar as rachaduras sociais da sociedade alvo. A convergência destes elementos no campo virtual fabrica um consentimento social que é a base das manifestações populares das revoluções coloridas, que possuem o objetivo de subversão do atual regime político. As mídias sociais modernas funcionam como um ponto de encontro central para simpatizantes interagirem, cooperarem, e se organizarem, visando tomar ações que ampliem o campo de influência da revolução colorida e concretize seu objetivo político (KORYBKO, 2018).

Destaca-se o papel do Facebook como a mídia social atual com o maior potencial como ferramenta de revoluções coloridas e aplicação de operações psicológicas em ampla escala. Devido ao seu grande banco de dados, que contém informações específicas sobre seus usuários, e a engenharia social que é aplicada na plataforma para ampliar a atividade em rede, o Facebook consegue projetar publicidades e propagandas específicas para seus usuários, influenciando seu



comportamento e propagando essa prática para seus círculos sociais próximos (KORYBKO, 2018).

A agência Russian Telegraph constata que o Facebook realizou uma pesquisa secreta sobre meio milhão de usuários que integram sua plataforma para identificar a potencialidade da transmissão de sentimentos e convicções sobre determinados assuntos, com o nome de “Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks” (TV-NOVOSTI, 2014). A conclusão do experimento salienta que sentimentos e convicções impactantes conseguem se alastrar em grande escala através de plataformas de redes interconectadas, havendo assim, uma margem clara para a aplicação de operações psicológicas que induzam os usuários da rede a reproduzir um comportamento que impulse as revoluções coloridas e faça com que outros usuários juntem-se ao movimento (KORYBKO, 2018; TV-NOVOSTI, 2014).

A investigação da Russian Telegraph evidencia que os autores e instituições envolvidas no experimento realizado pelo Facebook estão interligados com a “Iniciativa de Pesquisa Minerva do Pentágono”, que realiza projetos e pesquisas no campo das mídias sociais e de sua influência em manifestações populares. Jeffrey Hancock, um dos idealizadores do estudo, dirige seus estudos para a análise de como dinâmicas psicológicas ligadas a plataformas em rede podem fundar movimentos de transformação sociais, e inclui-se como um dos pesquisadores de longa data da Minerva. Sua integração ao experimento evidencia os objetivos de sua aplicação para o desenvolvimento das operações psicológicas, podendo as redes sociais serem utilizadas como ferramentas de molde para o comportamento e conjunto de ideias da população alvo (KORYBKO, 2018).

Além da Minerva, a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (Darpa) do Pentágono possui um programa voltado para Mídias Sociais e Comunicações Estratégicas (SMISC), com o foco em entender como as mídias sociais podem ser influenciadas por outros atores. A agência salienta que seu programa é voltado para contra-atacar campanhas de desinformação distribuindo informações verdadeiras para a população (QUINN; BALL, 2014). No entanto, o conteúdo das informações julgadas como “verdadeiras” pode ser muito volátil, e a agência pode facilmente utilizar as mídias sociais para inserir ideias antigovernamentais e intensificar manifestações populares manipulando-as de acordo com a tendência de seus interesses.

Em seu funcionamento, é possível observar que ao utilizar o campo físico e virtual para gerar consentimento social com a guerra híbrida, as revoluções coloridas formam uma “mente de colmeia”, que direcionada através de estratégias de enxame social visa desestabilizar as instituições e autoridades alvo para provocar a troca de regime. A “mente de colmeia” transforma a sociedade em um enxame caótico, que através da lei da aglomeração e do efeito manada, manipula e influencia a sociedade a aderir ao movimento da revolução colorida para a subversão da ordem política atual (KORYBKO, 2018), advogando que este seria o único meio para a reparação da sociedade e da nação. Segundo Arquilla e Ronfeldt:

Os enxames são aparentemente amorfos, mas são uma forma deliberadamente estruturada, coordenada e estratégica para atacar de todos os lados, através de uma pulsação sustentável de força e/ ou fogo tanto de perto quanto de longe. Eles funcionarão melhor – quiçá só funcionarão – se forem desenvolvidos principalmente em torno da mobilização de unidades de manobra inúmeras, pequenas, dispersas e interconectadas (o que chamamos de “bandos” organizados em “aglomerados”). (ARQUILLA; RONFELDT, 1996).

As mídias modernas potencializam a formação da “mente de colmeia”, possibilitando que organizações de inteligência externas consigam moldar a mente da sociedade alvo para adotar um comportamento de enxame, pretendendo viralizar a revolução colorida e expor o movimento a nível internacional, conseguindo infiltrar-se remotamente em países que residem seus interesses estratégicos (KORYBKO, 2018). Observa-se que a estratégia de enxame é caótica, porém, organizada, possuindo a sua disposição ferramentas para a coordenação e efetivação de seus objetivos políticos específicos – o ápice da teoria do caos em realidade social.

A formação de enxames sociais, sendo regidos pela “mente de colmeia”, consegue fazer com que a sociedade recaia sob o manto da guerra híbrida, manipulando a população em uma onda única para provocar a desestabilização de suas autoridades e instituições políticas, e dessa forma, abrindo espaço para aplicação de uma troca de regime que beneficie os interesses do Estado empregador da guerra híbrida.

Em suma, as revoluções coloridas são o resultado de uma intensa campanha de operações psicológicas e compartilhamento massivo de desinformação, que fazem com que a população alvo seja cooptada para atacar suas próprias bases institucionais, imobilizando e desorientando o Estado-alvo. A espontaneidade fabricada do fenômeno coopera para tornar o discurso de liberdade política do movimento das revoluções coloridas como legítimo e autêntico, encobrendo os interesses de atores externos na realização de uma troca de regime. A fusão entre a disseminação de propaganda, a ocupação das ruas, e o domínio do terreno virtual das redes da comunicação, torna a revolução colorida uma ferramenta poderosa para a

concretização da guerra híbrida, possibilitando ataques remotos que provoquem a implosão do alvo. Devido ao seu caráter remoto e seu baixo custo, as revoluções coloridas conseguem ocultar o Estado empregador do conflito híbrido e proporcionam um leque de oportunidades diverso e acessível para o sucesso da troca de regime.

### **2.5.2 Guerras Não Convencionais**

Nesta seção serão abordados os principais tópicos referentes as guerras não convencionais, no entanto, não iremos nos estender sobre seus componentes devido a este instrumento da guerra híbrida não se expressar no caso brasileiro. Ainda assim, se considera válido apresentar o fenômeno neste trabalho devido a sua importância dentro do conceito de guerra híbrida e de sua aplicabilidade em outros fenômenos de conflito híbrido, inclusive na região da América do Sul.

As guerras não convencionais são definidas como um fenômeno derivado de um conflito já existente, sendo praticada por forças militares desvinculadas de um Estado-nação que seguem ordens de um Estado em específico para realização de seu interesse estratégico (PETIT, 2012). Suas forças militares são identificadas como forças clandestinas ou irregulares que não possuem ligação explícita com uma entidade política convencional, tendo como exemplo forças especiais, combatentes híbridos, mercenários, organizações terroristas, milícias, movimentos de libertação nacional, e outros grupos que vendam seu emprego de força para entidades políticas (KORYBKO, 2018). Por não utilizar elementos formais da guerra, as guerras não convencionais são vistas como assimétricas, imprevisíveis e caóticas, sendo conduzidas a aplicar danos tangíveis ao adversário alvo.

Dentro do fenômeno da guerra híbrida, as guerras não convencionais são consideradas como uma evolução das revoluções coloridas, sendo aplicadas após a falha dos movimentos de libertação nacional organizados pelas revoluções coloridas. Enquanto as revoluções coloridas são caracterizadas como ‘golpe brando’, por não gerar danos materiais ao adversário alvo, as guerras não convencionais são consideradas como o ‘golpe rígido’ do conflito híbrido, possuindo caráter letal em sua aplicação e potencial para a violência sistemática (KORYBKO, 2018; PENIDO; STÉDILE, 2021).

O histórico da guerra não convencional não é recente, ela fora amplamente empregada durante a Guerra Fria. Os Estados Unidos financiaram grupos paramilitares no Tibete e na Nicarágua para efetivar trocas de regimes (LEIRNER, 2020a). Além disso, a CIA realizou mais de cinquenta operações para golpear governos não favoráveis aos interesses estadunidenses

(BLUM, 2004). Em 1980, os Estados Unidos apoiaram através de recursos bélicos e econômicos grupos anticomunistas na Angola, Etiópia e Afeganistão (KORYBKO, 2018).

Na contemporaneidade, com o fim da Guerra Fria, é possível observar que a atividade de grupos terroristas cresceu no cenário internacional. Isso deve-se aos impactos da globalização e do acesso a tecnologias de ponta *open-source* (ARASLI, 2011). Além dos terroristas, empresas privadas que prestam serviço militar, considerados como mercenários, igualmente tiveram um crescimento no pós-guerra fria e encontram-se presente em conflitos contemporâneos, como nos casos da Síria e da Ucrânia (DUE-GUNDERSEN, 2013; KORYBKO, 2018).

Atualmente, os Estados se direcionam a utilizar cada vez mais instrumentos e forças militares irregulares para realizar seus interesses. Nota-se que o Pentágono, no presente momento, está redirecionando seus recursos para os departamentos de inteligência e de forças especiais, estabelecendo conexões com empresas militares privadas, e por consequência, diminuindo sua capacidade militar convencional para tempos de Pré-Segunda Guerra Mundial, reduzindo o tamanho de seu exército e colocando à disposição tropas para o emprego de campanhas regulares (ISENBERG, 2009; SHANKER; COOPER, 2014).

As guerras não convencionais possuem certas vantagens que a destacam como uma ferramenta precisa e eficiente para empregar os objetivos estratégicos promovido pelos Estados na contemporaneidade (KORYBKO, 2018). Primeiramente, ela é um recurso indireto, ou seja, as guerras não convencionais conseguem ocultar a ligação entre o Estado promovedor do conflito e as forças militares que realizam efetivamente a troca de regime. Dessa forma, o Estado poupa-se do vexame internacional e consegue proteger sua imagem política. Em segundo ponto, as guerras não convencionais são mais baratas e econômicas, exigindo poucos recursos para a sua execução. As guerras não convencionais substituem as intervenções militares convencionais, possibilitando o envio de grupos por procuração que resulta em na economia de uma grande quantia que seria gasta caso ocorresse o deslocamento de tropas formais. Por último, a guerra não convencional é uma expressão da guerra híbrida, e por isso lhe é concedida atributos de imprevisibilidade e de caos organizado, lhe fornecendo iniciativa no conflito contra o alvo adversário (KORYBKO, 2018).

As teorias militares servem como orientação para a efetividade da guerra não convencional em campo, visando a efetivação material da troca de regime. A utilização de grupos militares irregulares, como guerrilheiros, insurgentes e soldados híbridos, serve de

forma exímia para atacar os pilares centrais dos cinco anéis do adversário (KORYBKO, 2018). Dessa maneira, pode-se dirigir as tropas a investir contra os anéis externos, como a infraestrutura e as forças armadas, e também mirar contra os anéis internos, como a população e a liderança política. Por estarem atuando em campo, as tropas irregulares podem se camuflar através da população alvo, dificultando sua localização e borrando as fronteiras entre o civil e o militar (KORYBKO, 2018; LIND et al., 1989).

Devido a sua imprevisibilidade, assimetria e metamorfismo, a guerra não convencional prejudica a estrutura do ciclo OODA de seu adversário e seu posicionamento em desvantagem no conflito (KORYBKO, 2018). Ao neutralizar a sua orientação e margem de ação, a guerra não convencional consegue ter iniciativa estratégica sobre o alvo, possibilitando que a troca de regime ocorra de forma eficiente e rápida, impedindo que seu adversário responda diretamente os ataques a sua integridade física e política. A teoria do caos no auxilia a compreender o fenômeno através da conexão entre as tropas irregulares e configuração do medo e terror na sociedade, que implanta a incerteza e imobiliza o inimigo tornando-o vulnerável para sofrer a troca de regime (KORYBKO, 2018; MANN, 1992).

Ao contrário das forças tradicionais, a guerra não convencional possui foco em instaurar o desequilíbrio interno no adversário e construir oportunidades para seu golpe fatal, que implementa a troca de regime. A guerra não convencional tende a ser um conflito longo e que perdura durante mais tempo que os conflitos convencionais, e por isso, a medida em que a derrota é evitada, a vitória com a implementação de um novo regime é colocada dentro do horizonte possível (SCALES, 1999).

Em 2012, o documento “Forças Especiais da Guerra Não Convencional”, ou TC 18-01, foi publicado pela agência NSNBC Internacional (NSNBC, 2010). Este manual expressa evidências de que os Estados Unidos da América estão orientando seu exército nacional para efetivar estratégias de guerra não convencional para a realização de seus interesses estratégicos em países e regiões específicas. A agência relata que o manual foi uma peça essencial para auxiliar na subversão do governo sírio através de levante armado.

Segundo o manual TC 18-01, há duas formas que os Estados Unidos travam uma guerra não convencional, sendo uma considerada um cenário de guerra geral, onde as forças militares estadunidenses esperam para agir oficialmente (como no caso sírio), e o cenário de guerra limitada, onde os Estados Unidos buscam formas irregulares para pressionar o adversário (como no caso ucraniano) (KORYBKO, 2018). Ao definir uma campanha de guerra não convencional

no país alvo, os Estados Unidos buscam analisar e compreender as condições sociais e políticas que se encontra o adversário. O manual salienta a importância de operações psicológicas que visem cativar a cognição da população alvo, expressando que:

Atividades de informação que aumentam a insatisfação com o regime ou governante hostil e que retratam a resistência como uma alternativa viável [são] ingredientes importantes ao esforço de resistência [...] essas atividades podem aumentar o apoio à resistência através de mensagens apelativas que geram simpatia entre as populações (NSNBC, 2010).

As campanhas de guerra não convencional ainda são fundadas nas informações de pesquisas psicológicas e sociológicas sobre os seus adversários (NSNBC, 2010). Essas informações são fundamentais para que a unidade agressora possua controle sobre seu adversário e consiga manipulá-lo segundo a sua vontade. O manual TC 18-01 destaca que atividades paralelas as campanhas de guerra não convencional devem ser aplicadas para que estas alcancem o sucesso, como: a determinações de elementos psicológicos fundamentais do ambiente adversário; a identificação de estratégias que possam transformar os comportamentos da população alvo; inserir ideias que possam moldar o pensamento da população alvo para apoiar a guerra não convencional; e contra-atacar campanhas de difamação que possam afetar o processo da guerra não convencional (KORYBKO, 2018; NSNBC, 2010).

Em síntese, a guerra não convencional é a evolução letal das revoluções coloridas. Como instrumento da guerra híbrida, a guerra não convencional utiliza de tropas militares irregulares para causar dano físico e material ao adversário alvo, buscando efetivar diretamente uma troca de regime que beneficie o Estado empregador da guerra não convencional e responsável pelo direcionamento das tropas militares irregulares.

Assim como as revoluções coloridas, a guerra não convencional segue os padrões das teorias militares para provocar a troca de regime, orientando-se em permanecer imprevisível, assimétrica e mutável, para conseguir conter e neutralizar seu adversário. O manual TC 18-01 dos EUA comprova que a estratégia da guerra não convencional já fora aplicada em conflitos regionais específicos e nos auxilia em compreender como ela é organizada e empregada. Além disso, o manual salienta a importância dos domínios sobre as redes de informação e operações psicológico, que são fundamentais para o sucesso do fenômeno em efetivar uma troca de regime que beneficie o Estado empregador da guerra não convencional.

### **2.5.3 Lawfare**

Nesta seção, iremos abordar sobre o lawfare e sua utilização como instrumento da guerra híbrida. Diferente das ferramentas anteriores, o lawfare apenas se expressa dentro do contexto

latino americano ou de países do sul global, onde suas bases institucionais não se apresentam firmes e sua elite se direciona apenas para benefício próprio, sem pôr em respeito ao desenvolvimento nacional e o bem estar da população. O lawfare trabalha melhor na atualidade como forma de legitimar o processo de guerra híbrida, validando juridicamente os ataques contra autoridades políticas e instituições político-sociais do país, abusando da mídia e das redes de informação para viabilizar a troca de regime.

Integralmente, o lawfare se refere a prática da manipulação da lei e de aparatos judiciários para alcançar fins políticos específicos. É percebido como uma das ferramentas para o emprego da guerra híbrida (ZANIN, C., MARTINS, V. AND VALIM, 2019) pois facilita o controle da cognição coletiva do público a partir da legitimação atribuída aos processos judiciários, abrindo oportunidade para o emprego de operações psicológicas e disseminação de notícias falsas que colaboram para que certo objetivo político seja consumado na realidade (MAGALHÃES, 2021). A prática de lawfare é utilizada como forma de contestação política, atingindo rachaduras internas do alvo e abusando de sua vulnerabilidade para então defasar suas capacidades positivas, como sua credibilidade política, tornando-o frágil e suscetível a ataques externos, sendo resignado a cumprir os interesses do ator contestador (PENIDO; STÉDILE, 2021; ZANIN, C., MARTINS, V. e VALIM, 2019).

Segundo Charles Dunlap, o precursor da popularização do termo, lawfare é compreendido como “a estratégia de utilização – ou abusar – da lei como substituto dos meios tradicionais militares para alcançar um objetivo operacional” (DUNLAP, 2008). Como bem delimitado pelo autor, lawfare faz parte de uma nova etapa dos conflitos militares, onde as unidades passam a abusar de meios não convencionais para sobrepujar seus alvos a realizarem seus interesses em específico. Como um fenômeno não convencional, o lawfare também possibilita a invocação da névoa da ambiguidade, que provoca a sensação de imprevisibilidade e confusão no inimigo, que impossibilita uma leitura clara da situação provocando instabilidade em sua matriz, e ao usurpar sua legitimidade jurídica, o alvo fica totalmente vulnerável a ataques exteriores que almejam destruir sua estrutura interna (PENIDO; STÉDILE, 2021).

Seguindo de Dunlap, Kittrie (2016) realiza uma sumarização sobre o tópico de forma abrangente, e institui duas definições essenciais para identificar o fenômeno de lawfare: (I) utilização de mecanismos legais para obter a mesma resposta (ou similar) do emprego de meios militares tradicionais, afetando de forma significativa o processo de tomada de decisão interno do alvo e suas capacidades administrativas; e (II) processo em que busca, por meio do uso da

lei desestabilizar o alvo internamente enfraquecendo-o e tornando-o vulnerável a pressões da unidade que aplica o lawfare (KITTRIE, 2016 APUD MAGALHÃES, 2021).

Na visão de Kittrie (2016), o lawfare opera como uma arma ofensiva de ataque interno, que visa minar as estruturas do alvo tornando-o obsoleto e frágil. Através da danificação de seus pilares de sustentação, torna sua base instável, e logo sua credibilidade é contestada e caçada, realizando os interesses da unidade que promoveu e direcionou a prática de lawfare. Este tipo de prática pode ser utilizado por atores estatais e não estatais, podendo ser aplicado em qualquer área administrativa do governo, como no executivo, legislativo e judiciário (KITTRIE, 2016).

Pode-se observar que o lawfare, assim como as revoluções coloridas, deslocam o campo de batalha militar convencional para um outro domínio, transferindo suas capacidades para um novo território inesperado que possibilita que o ator ofensivo retire proveito da situação ao cercar o alvo com armas à postos para pressionar sua deposição. No caso do lawfare, a prática da guerra se expande para o domínio jurídico, um tabuleiro onde a própria noção sobre a guerra é legitimada através de advogados e entes jurídicos, que instituem uma noção comum de ordem e desordem (JONES, 2016).

Gloppen (2017) considera que a própria institucionalização de um Estado de Direito delimita em si aquilo que é consoante perante suas normas legais e aquilo que é considerado ilegal. A delimitação desses aspectos é baseada em orientações políticas que justificam fins de dominação e disciplina (GLOPPEN, 2017) e que são contestados em nossa realidade por múltiplos projetos divergentes. A promoção do lawfare indica a utilização estratégica do direito, leis, normas jurídicas, e brechas judiciárias para consumir um objetivo político e social em nossa realidade, superando a promoção dos objetivos de outros projetos políticos e fazendo com que o resultado da disputa jurídica impacte sobre toda nossa realidade subvertendo-a aos interesses consumados pelo lawfare (GLOPPEN, 2017).

A mídia possui um papel fundamental para a consumação do fenômeno do lawfare em nossa realidade pois fornece um palco versátil para a construção de narrativas que possibilitem a criação de arquétipos teatrais – do vilão ao herói, da causa nobre contra a perversidade impura, da busca pela integridade moral contra a corrupção maléfica –, elaborando um local fértil para a consumação do lawfare na materialidade, ou seja, o abuso irrestrito da lei para fins políticos (TIEFENBRUN, 2011). Apelar para o melodrama televisionado serve para cativar a opinião pública tornando-a maleável para exercer um papel como instrumento de legitimação da



perseguição legal (MAGALHÃES, 2021), aceitando que tal contestação jurídica é válida e legal, mesmo quando os agentes transpassam e abusem da lei apenas para garantir seu interesse.

Na modernidade, as tendências da opinião pública são facilmente moldadas através de nossos meios de comunicação tecnológicos, que permitem a promoção de operações psicológicas pela propaganda e a disseminação da desinformação em rede (TIEFENBRUN, 2011). Estas táticas servem para vulnerabilizar o alvo, cooptando sua própria população a torcer pelo sucesso do processo jurídico que legitima o conflito híbrido, prejudicando o bem-estar nacional ao ter sua vontade subvertida à interesses externos. A mídia colabora diretamente na criação da névoa densa da ambiguidade do fenômeno da guerra híbrida, que causa sentimentos de confusão e desestabilidade no alvo ao ver sua população exonerando a sua credibilidade política, tornando suas instituições suscetíveis a ataques jurídicos formalizados pelo lawfare (TIEFENBRUN, 2011).

Em contexto latino-americano, o lawfare tende a se expressar com maior evidência na região devido a aptidão das elites político-econômicas locais em respaldar movimentos de desestabilização interna de seus Estados, considerando que estes movimentos venham a lhes beneficiar individualmente (PENIDO; STÉDILE, 2021). A lógica de pensamento das elites latino-americanas está ligada as suas características de submissão e dependência aos interesses externos, possuindo uma posição de conveniência com a situação de subdesenvolvimento de sua localidade e julgando sua realidade como naturalmente inferior ao que se testemunha no exterior – o popularizado “complexo de vira-lata” (FERNANDES, 2015). A instrumentalização do lawfare pelo poder judiciário latino-americano serve para fornecer legitimidade a guerra híbrida e fomentar ainda mais as desavenças sociais internas, seguindo a lógica de desestabilização para a implosão indireta de seu adversário.

Em síntese, o lawfare é identificado como a expansão dos domínios da guerra híbrida para o campo jurídico, onde o Estado contestador do conflito abusa do direito e da lei para a realização dos seus interesses estratégicos que levam para a troca de regime. Ao ter domínio sobre o campo jurídico, é possível sufocar o Estado-alvo por meio da cortina complexidade, imprevisibilidade e ambiguidade, neutralizando-o e tornando-o suscetível a ataques que expõem suas vulnerabilidades e que prejudicam integralmente sua estabilidade interna.

Além disso, ao integrar em seu processo táticas de operações psicológicas e da disseminação de desinformação, o lawfare possibilita a cooptação da população do Estado-alvo, moldando sua perspectiva, opinião e convicção, fazendo-a desacreditar em suas autoridades.

No momento em que a população se volta contra seu governo, instaura-se um estado de vulnerabilidade social propenso para a realização dos interesses políticos da guerra híbrida.

Em retrospecto, o lawfare provoca a desestabilização social interna e a mudança de paradigmas políticos sem a necessidade de operações militares convencionais e o emprego de força material, abusando apenas da lei e de processos jurídicos para a consumação dos interesses políticos postos em perspectiva pela guerra híbrida.

## **2.7. Conclusão do Capítulo**

Em panorama geral, percebe-se que as guerras híbridas são a nova estratégia de conflito para o século XXI, que ascenderam no campo internacional devido ao fenômeno da globalização que inseriu novas tecnologias e mecanismos integrados com a sociedade civil, possibilitando operações fluídas, controle sobre a circulação da informação e o acesso a instrumentos multiníveis. Em razão da multipolaridade no cenário internacional e do domínio de múltiplas armas de destruição em massa, os Estados adotam a estratégia de conflito híbrido devido ao seu baixo custo de emprego e pelo seu caráter indireto que preserva sua imagem internacional positiva.

De forma definitiva, as guerras híbridas compreendem-se como conflitos indiretos que se utilizam de ferramentas regulares e irregulares para provocar uma troca de regime, mudando o paradigma político interno para que beneficie os interesses do Estado empregador do conflito híbrido. O objetivo do conflito híbrido é causar a implosão interna do adversário através de métodos de desestabilização indiretos, abnegando os instrumentos formais de emprego da guerra que envolvem o deslocamento de tropas militares oficiais e a mobilização de uma alta quantidade de recursos.

A desestabilização promovida da guerra híbrida pauta-se em sua primeira fase através das revoluções coloridas, que visa conquistar a população alvo a virar-se contra suas autoridades políticas para concretizar uma troca de regime que favoreça o Estado empregador do conflito híbrido. Caso essa fase não venha a ser concretizada, as revoluções coloridas evoluem para as guerras não convencionais, onde forças militares não convencionais são contratadas para efetivar a troca de regime através da coerção física e do alastramento do terror social. Se as duas tentativas não obtiverem sucesso, a estratégia é remodelada e operações militares baseadas na responsabilidade de proteger/intervenção humanitária são promovidas para a efetivação da troca de regime, havendo uma transição para um conflito convencional.

A instrumentalização da lei pela política, o dito lawfare, serve para realizar manobras jurídicas que minem a credibilidade das autoridades da sociedade alvo e gerem instabilidade social interna ao ponto de deixar o adversário em estado de vulnerabilidade para a efetivação da troca de regime. O lawfare serve como um instrumento de apoio as guerras híbridas, que gera legitimidade ao conflito elencando-o como uma causa nobre ou moral. A expressão do lawfare possui maior propensão a ocorrer em contexto latino americano devido a submissão das elites internas perante ao capitalismo dependente e aos interesses externos, além de suas características intrínsecas ligadas a conivência e comodidade com a situação de subdesenvolvimento de seu país.

As novas tecnologias e mecanismos inseridos pela globalização auxiliam as guerras híbridas a terem maestria sobre as operações psicológicas e controle direto sobre sistemas de informação. As guerras híbridas geram uma dinâmica de caos condicionado onde é possível manipular os eventos e resultados do conflito ao compreender as características que compõe a sociedade alvo.

A complexidade do conflito híbrido deve-se as múltiplas tecnologias e táticas que são empregadas pelo seu sucesso e os diversos processos que ocorrem concomitante ao conflito híbrido. Sua imprevisibilidade ocorre devido a evocação da névoa densa da guerra que gera desordem e serve para desestabilizar o alvo internamente, neutralizando seu processo de tomada de decisão e impossibilitando a identificação do Estado agressor do conflito, que consegue preservar sua credibilidade internacional. A ambiguidade ocorre em razão da falta de definição entre as unidades envolvidas no conflito, as táticas aplicadas, as tecnologias utilizadas, e do próprio estado de guerra e paz, que provoca um ambiente de incerteza e torna o alvo suscetível a ataques inesperados.

A convergência dos fatores ligados entre as múltiplas ferramentas usadas no emprego da guerra híbrida, as táticas de operações psicológicas e o controle de sistemas de informação, as circunstâncias potenciais de complexidade, imprevisibilidade e ambiguidade do fenômeno, além da aplicação da teoria do caos organizado sobre o conflito, consolida a guerra híbrida como uma das armas mais potentes do século XXI.

A guerra híbrida transcende outras estratégias militares, sendo capaz de subverter a vontade de seu adversário de maneira indireta manejando uma pouca quantidade de recursos. A multidimensionalidade do conflito híbrido permite o emprego das mais diversas táticas, ferramentas e recursos, tudo para que a troca de regime seja efetivada com sucesso e os

objetivos políticos e econômicos do Estado empregador da guerra híbrida sejam consumados na realidade concreta.

Neste trabalho, utilizaremos a lente de Korybko sobre as guerras híbridas para compreendermos a expressão deste fenômeno em território brasileiro. Além das ferramentas elencadas pelo autor, como as revoluções coloridas e a guerra não convencional, também levaremos em conta o lawfare como uma ferramenta do conflito híbrido – onde todas as ferramentas seguem a lógica de subversão da vontade do Estado-alvo por meios indiretos. Com auxílio destes recursos, será possível compreender o fenômeno da guerra híbrida em sua totalidade, evidenciando os últimos eventos que se sucederam no Brasil e provocaram a uma mudança em seu paradigma político.

### 3. A Ascensão Político-Econômica do Brasil e a Vigilância Estadunidense

Nesta seção, iremos abordar as principais mudanças políticas e socioeconômicas no Brasil deste século, que fizeram a sua imagem ascender em matéria regional e internacional e configuraram a conjuntura para a execução da guerra híbrida. Da mesma forma, em contrapartida, iremos elencar os principais interesses dos Estados Unidos e de seus agentes no território brasileiro, assim como as razões que levaram a ordem estadunidense entrar em sinal de alerta e se sentir ameaçada em relação a ascensão do Brasil. Evidenciando essas questões, será possível entender a conjuntura que resultou na execução de táticas de guerra híbrida no Brasil com o propósito de provocar uma mudança em seu paradigma político, neutralizando sua ascensão e modificando seu paradigma político de maneira que ficasse alinhado com os interesses estratégicos dos Estados Unidos e de seus agentes políticos.

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) chegava à presidência do Brasil, sendo liderados pela figura carismática e popular de Luis Inácio Lula da Silva. Após dois mandatos excelentes, onde houve a promoção de crescimento do PIB brasileiro de mais de 7.5% e aprovação popular de 87% em seu segundo mandato, Lula teve seu cargo sucedido em 2011 pela sua companheira de partido, Dilma Rousseff (BONIN, 2010). Dilma finalizou seu primeiro mandato com 59% de aprovação popular (BBC BRASIL, 2016), entanto, sua reeleição foi conturbada devido as manifestações populares contra a ordem política atual no país e operações anticorrupção que colocavam o Partido dos Trabalhadores no centro de sua mira. Mesmo nesse cenário turbulento, Dilma conseguiu vencer seu candidato adversário, Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira<sup>3</sup> (PSDB), por uma margem de apenas 3% dos votos totais da eleição (BENITES; BORGES, 2016).

Devido as pressões sociais que o governo dos trabalhadores estava sofrendo nas ruas, em conjunto com a sensação de ceticismo em meio as operações anticorrupção, o Congresso Nacional tornou-se majoritariamente conservador, não havendo espaço de governabilidade para Dilma (SOUZA; CARAM, 2014). Em meio à crise econômica, o cenário internacional instável, e as pressões políticas e sociais internas no país, Dilma sofreu impeachment, levando o seu afastamento do cargo e a transferência do mesmo para seu vice-presidente, Michel Temer, do

---

<sup>3</sup> Apesar de seu nome, o partido não possui relações com a social-democracia conhecida nos países nórdicos. Sua ideologia está ligada a democracia-liberal cristã, redução de responsabilidades do Estado, a racionalidade política (tecnocracia), e a instituição de uma economia de mercado livre, onde empresas privadas e o mercado internacional possam fluir sem amarras institucionais.

PMDB, que implantou uma nova agenda política e econômica que descontinuava os governos do Partido dos Trabalhadores (SANTOS, 2017).

O Partido dos Trabalhadores emergiu no período do Regime Militar Brasileiro (1964-1985), que foi marcado pela repressão política, censura da mídia, e atrocidades hostis cometidas pelo Estado brasileiro contra a sua própria população (MOTTA, 2021). Em 1970, o governo militar começou um processo gradativo de transição para a democracia liberal, e foi durante essa brecha de tempo que o Partido dos Trabalhadores ganhou força, integrando a força de grupos sindicalistas e de movimentos sociais, além de contar com uma base intelectual progressista que visava a mudança social através da superação do dogmatismo populista e comunista e da dependência econômica externa do país (SANTOS, 2017).

Assim como o partido, Lula emergiu das trincheiras da ditadura militar brasileira, sendo um líder sindical que organizava greves massivas como formas de pressionar o regime militar e defendia veemente o movimento “Diretas Já”, que demandava por eleições livres e diretas. Com a queda do regime militar e a institucionalização de um sistema eleitoral, em 1988 foi realizado a Assembleia Constituinte da Constituição Federal de 1988, que instituiu o sistema presidencialista com direito a voto direto, a expansão dos direitos fundamentais e garantias sociais para a população, a separação dos poderes do Estado respeitando os freios e contrapesos institucionais e o fortalecimento do poder Judiciário e da ordem judicial (PAHNKE; MILAN, 2020).

Apesar de ter um líder emblemático, e ter conquistado vitórias políticas de grande importância, o Partido dos Trabalhadores falhou durante quatro eleições em eleger Lula como chefe de Estado do Brasil. Diante desse contexto, o partido observou que era necessário mudar sua estratégia, e passou a adotar uma tática de coalização com outros partidos do espectro político de direita, antagonista aos seus desejos de mudança social. Além disso, o discurso de Lula foi remodelado, apresentando uma imagem mais pacífica e conciliatória, buscando um diálogo pragmático com a elite política e econômica para a estabilidade do país (SANTOS, 2017).

Em sua “Carta ao Povo Brasileiro”, Lula declara seu compromisso com a estabilidade financeira, o mercado internacional e o diálogo com o mercado interno, além de fazer um balanço com as mudanças estruturais, carregadas pelo histórico político do partido, necessárias para o desenvolvimento do país, a justiça social e a estabilidade da soberania nacional. A “Carta ao Povo Brasil” é o exemplo perfeito que evidencia o interesse de Lula em conciliar os

interesses do mercado internacional e das elites brasileiras e os anseios das classes sociais baixas em relação a inclusão à sociedade e justiça social.

O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública (LULA, 2002).

Sobre o regime do presidencialismo, para que a Presidência da República obtenha governabilidade no Brasil, é necessário que se alcance a maioria nas eleições legislativas ou realizar coalizões com demais partidos políticos, permitindo que a agenda presidencial passe a ser debatida no Congresso Nacional e forneça oportunidade para a aprovação das políticas de governo (GUIMARÃES, 2020). A governabilidade é essencial para que o governo eleito consiga realizar manobras capazes de aprovar seus tópicos em sua agenda, e devido ao desenho institucional brasileiro, ela somente pode ser alcançada através da atribuição de outros partidos na máquina administrativa do Estado, como ministérios e órgãos públicos e da cessão de emendas parlamentares que visem a aprovação das políticas de interesse do Presidente (MAGALHÃES, 2021).

Quando eleito, o Partido dos Trabalhadores seguiu precisamente o modelo tradicional da política brasileira que os partidos conservadores já realizavam para manter a sua governabilidade. Os ministérios foram divididos entre indivíduos da base do Partido dos Trabalhadores e indivíduos que atendiam os interesses do mercado internacional e das elites política e econômica brasileira.

A composição do governo revelava uma divisão dos ministérios entre o capital e as diferentes frações do partido, muitas vezes identificadas com os setores populares: Roberto Rodrigues, um homem do agronegócio, na Agricultura, e Miguel Rosseto, do partido, no Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para Luiz Fernando Furlan, do capital, e Meio Ambiente para Marina Silva, então do partido e da ecologia; Antonio Palocci, do partido, na Fazenda e Henrique Meirelles, do mercado financeiro, no Banco Central. Pequenos ministérios e secretarias, como Cidades, Direitos Humanos, e Economia Solidária, contemplaram outros setores da base partidária, enquanto o PMDB tinha a sua cota, que daí em diante só se expandiria (SANTOS, 2017).

No momento em que foi revelado por meio do Escândalo do Mensalão que o Partido dos Trabalhadores também abusava de táticas de suborno para viabilizar sua agenda política, assim como os partidos conservadores que estavam no poder anteriormente, a opinião pública passou a questionar os méritos de um governo de esquerda no poder, realizando um julgamento desproporcional em relação a outros partidos conservadores que nunca foram questionados sobre suas táticas de governabilidade (DARIE, 2018). Nota-se que, quando em poder, os

governos de esquerda possuem uma reputação mais sensível a zelar do que qualquer outro governo de direita anterior, mesmo quando estes sigam as diretrizes das elites e dos interesses do mercado internacional, conseguindo promover o desenvolvimento econômico.

Essas circunstâncias mostram que o governo do Partido dos Trabalhadores, a partir da percepção de que não haveria possibilidade de se eleger caso seu perfil possuísse uma tendência de ruptura com a ordem presente, reformula seu discurso para se encaixar dentro da ordem conservadora, procurando realizar reformas estruturais dentro da ordem. Dessa maneira, o partido abdicou-se de seu caráter social histórico, em busca da mudança social estrutural, e manteve seu foco apenas nas margens, realizando reformas superficiais que não atingiam as raízes dos problemas socioeconômicos brasileiros, como a má distribuição de renda, a acumulação desenfreada de capital e a dependência econômica externa (SANTOS, 2017).

As mudanças sociais executadas pelo Partido dos Trabalhadores foram tímidas, concentrando-se somente em garantir que as classes baixas da sociedade possuíssem acesso a bens de consumo por meio do aumento do poder de compra de sua renda, reduzindo a pobreza e garantindo certo nível de inclusão social (MIGUEL, 2019). As manobras e políticas empregadas pelo Partido dos Trabalhadores mostram os limites de reforma dentro da ordem conservadora no Brasil, e ainda expõe que ao reproduzir o mesmo padrão de ação da ordem, mesmo com aspirações de executar transformações estruturais, o Partido dos Trabalhadores foi absorvido pela ordem que jurou reformar.

Em seu primeiro mandato, Lula deu continuidade as políticas econômicas do governo de Fernando Henrique Cardoso, seu antecessor, que se pautava por uma linha neoliberal em favor da abertura econômica para o mercado internacional (TEIXEIRA; PINTO, 2012). No entanto, Lula acrescentou uma camada social a essa diretriz, aplicando políticas sociais para o fomento do mercado interno do Brasil, que fez a taxa de desemprego entrar em queda e a renda média da população aumentar consideravelmente. Além disso, o cenário internacional demonstrava-se favorável para o governo, com o alto preços das commodities, que possuía parte significativa do PIB nacional, e a evolução da reputação internacional do Brasil como um Estado relevante para a região e no contexto global de ascensão de países emergentes.

Em 2010, as políticas sociais de Lula e seu cenário internacional favorável fez o Brasil figurar a 6ª posição de maiores economias do mundo (BBC BRASIL, 2011). Em seu segundo mandato, Lula dispensou as políticas de viés neoliberal anterior e adotou um viés neodesenvolvimentistas na prática. Aplicou um conjunto de políticas de juros subsidiados,



crédito baixo, desvalorização da moeda, e tornou o Estado brasileiro um investidor ativo em obras públicas e de larga infraestrutura (SANTOS, 2018). Além disso, havia se criado altas expectativas com a descoberta do Pré-Sal, os vastos campos de petróleo na camada de pré-sal do território brasileiro, com possibilidades de exploração à baixo risco e retorno para investimentos sociais no Brasil (SAUER; RODRIGUES, 2016).

Em 2011, com a presidência de Dilma Roussef, o Brasil passou por uma nova mudança em suas políticas econômicas. Dilma aplicou políticas de redução de taxa de juros e incentivou o investimento público estratégico para estimular o setor privado (BARBOSA FILHO, 2017). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi utilizado para auxiliar as indústrias alimentícias, químicas e petroquímicas, com a finalidade de inserir uma maior quantidade de produtos manufaturados na cadeia de produção e consumo brasileira (BATISTA; RODRIGUES, 2011). Durante seu primeiro mandato, suas políticas adotadas refletiram no desagrado de certos grupos sociais do país, havendo descontentamento da indústria devido a priorização dos produtos agrários, e do mercado financeiro e bancos com a redução da taxa de juros (MAGALHÃES, 2021).

Em 2014, a economia brasileira entrou em desaceleração, havendo a queda na produção industrial, do poder de compra dos salários e do PIB nacional (G1, 2013a). No seu segundo mandato, Dilma teve que acatar políticas de ajuste fiscal para mostrar fidelidade ao mercado financeiro, centrar-se nos superávits primários, e tornar o Brasil uma plataforma próspera para os investidores internacionais (SANTOS, 2018). Seguindo diretrizes neoliberais, Dilma aplicou medidas de austeridade para conter os gastos do governo, e em conjunto com a restrição de crédito aos bancos públicos, o Brasil afundou-se na recessão econômica com aumento do desemprego, queda nos investimentos, arrecadação tributária e PIB, além do aumento do déficit e a dívida pública (ANDERSON, 2016).

Em 2016, cercada por uma crise política acentuada pela crise econômica, uma situação internacional desfavorável, com a queda no preço das commodities no mercado internacional, e turbulências nas ruas onde a população exigia seu afastamento de cargo, Dilma sofreu um impeachment e teve que se retirar do cargo (CASTRO; ZAMPIERI; LEAL, 2015; AGÊNCIA SENADO, 2016). Dilma já havia perdido todo seu apoio popular quando a população foi afetada gravemente pela recessão econômica do país, mas a agitação política e as manifestações sociais forneceram o impulso necessário para que seu impeachment ocorresse. A presidência foi repassada para Michel Temer, do PMDB, partido aliado de seu concorrente na sua segunda

eleição, Aécio Neves, que contestava a validade da eleição devido a porcentagem mínima de 3% de diferença entre os votos totais dos candidatos (BENITES; BORGES, 2016).

Em junho de 2013, devido ao aumento da passagem de ônibus em São Paulo, uma manifestação popular foi organizada através das redes sociais para evidenciar demandas sociais sobre investimento público e justiça social (SOUZA, 2018). No entanto, as manifestações saíram de seu propósito inicial e passaram a englobar todos os problemas na sociedade brasileira, como a extrema violência, a ausência de investimento em saúde e educação, a falta de políticas de inclusão social, a corrupção da alta política brasileira, e a necessidade por uma mudança na sociedade brasileira, mesmo sem evidenciar qual mudança seria necessária ser feita. Estas manifestações afloraram todas as rachaduras sociais que já existiam na sociedade brasileira, e provocou a cisão política entre a população brasileira.

Os adversários políticos de Dilma observaram nas manifestações uma oportunidade de provocar pressões ao governo do Partido dos Trabalhadores, utilizando a insatisfação popular como um meio para conseguir colocar-se em evidência e readquirir o poder político que havia sido perdido nas últimas três eleições (MAGALHÃES, 2021). Aécio Neves, do PSDB, quando sua derrota foi confirmada nas urnas diante da eleição de Dilma Rousseff, passou a defender publicamente o impeachment da presidente, um caso sério de desrespeito das regras do jogo democrático defendido pelo seu partido (AGOSTINE, 2015).

Pegando o mesmo embalo, novos grupos de direita eram formados nas redes sociais, estimulando a população a integrar as manifestações de oposição ao governo, abusando de um discurso anticorrupção e associando a imagem do Partido dos Trabalhadores como o responsável pela ineficiência do governo e desvios de investimentos públicos (CASIMIRO, 2018). As manifestações populares foram transmitidas e endossadas pela mídia tradicional brasileira, que indicava as atividades violentas e hostis da população como reflexo do descaso do governo para com país. Em certos momentos, os integrantes dos protestos pronunciavam discursos de ódio, apologia à volta à ditadura militar, e realizavam atos hostis contra representações simbólicas de Dilma e Lula (MAGALHÃES, 2021). A narrativa construída pela onda de manifestações de Julho de 2013 enunciava que o Partido dos Trabalhadores era a raiz do mal que assolava o país, e obteve boa recepção à população, considerando que a taxa de aprovação do governo de Dilma caiu de 54% para 30% (G1, 2015).

Em paralelo as manifestações, dava-se início em 2014 na cidade de Curitiba, a Operação Lava-Jato, que tinha como objetivo investigar esquemas de corrupção entre a Petrobras,

empreiteiras nacionais e os partidos políticos centrais da ordem nacional. O juiz federal Sérgio Moro foi o líder das investigações, e baseando-se na operação anticorrupção Mani Pulite<sup>4</sup>, utilizou táticas de delação premiada para extorquir os indivíduos envolvidos nas investigações, além de abusar de recursos duvidosos que violavam a ordem jurídica nacional para o prosseguimento da operação (FERNANDES, 2020a). A operação realizou diversas acusações ao governo federal do país, que provocaram ainda mais instabilidades na estrutura institucional, considerando que o Partido dos Trabalhadores era a principal entidade comandante dos esquemas de corrupção e que Lula e Dilma teriam consciência de tais esquemas, porém as acusações ainda carecem de provas concretas.

A opinião pública comprou a narrativa de anticorrupção da Operação Lava-Jato, levando a reprodução do aumento na polarização do país e o compartilhamento mútuo do sentimento antipolítico, ou seja, a descrença da população nos políticos e nas instituições democráticas do país (MAGALHÃES, 2021). A mídia reforçou o discurso anticorrupção da operação, e muitos veículos tradicionais passaram a apoiar a operação, considerando que era necessário realizar uma mudança na estrutura política brasileira para conter as práticas de corrupção (MASCARO, 2018). Além disso, a mídia transformou a Operação Lava-Jato em um grande espetáculo nacional, estabelecendo Sérgio Moro como o herói da nação e Lula e Dilma como párias que deveriam ser derrotados para que a ordem voltasse a reinar sobre a nação (BOITO JR, 2017). Da mesma forma, o discurso e a narrativa da Operação Lava-Jato legitimaram e intensificaram as revoltas nas ruas iniciadas pelas Jornadas de Junho de 2013, impactando diretamente nas demandas e exigências das manifestações populares que sempre emanava palavras de ordem ambíguas relacionadas a anticorrupção, mudança na estrutura política e resgate da grandeza do país.

Em meio a revolta social, a recessão econômica, a pressão política, e um cenário internacional desfavorável, o impeachment de Dilma iniciou seu processo em 2015. Apesar de em seu processo de impeachment listar que a Presidenta estava sendo acusada de crime de responsabilidade fiscal pelas pedaladas fiscais, isto é, adiar o repasse aos bancos públicos para cobrir o déficit orçamental. O sentimento geral do processo, e o reproduzido pela opinião pública, era o de que Dilma estava envolvida em esquemas de corrupção em colaboração com

---

<sup>4</sup> A Operação Mani Pulite foi uma operação judicial italiana realizada nos anos de 1990 que investigou casos de corrupção envolvendo partidos políticos e empresas de renome na Itália. A operação levou a mudanças bruscas no desenho político do país, com o desaparecimento de partidos políticos, crescimento no quadro de foragidos e o suicídio de empresários industriais e figuras políticas que estavam envolvidas nos escândalos de corrupção.

o Partido dos Trabalhadores, e por isso, necessitava ser afastada de seu cargo para as investigações ocorrerem (MAGALHÃES, 2021). Apesar das acusações de pedadas fiscais, seu processo carecia de provas concretas, além de que anteriormente, as pedadas fiscais eram consideradas como uma tática normal do governo para fechar seu orçamento final, sendo praticada durante os governos anteriores de Fernando Henrique Cardoso e de Lula.

Nessa conjuntura, envolvendo o impeachment de Dilma e a situação nacional do país, as instituições políticas democráticas começaram a ser desmoralizadas pela sociedade brasileira, havendo a descrença da política como meio de promoção de melhorias para a sociedade. Com o impeachment em votação no Congresso Nacional, os discursos dos parlamentares eram regados ao moralismo civil e a protestos anticorrupção, havendo a argumentação que seu voto, para deposição de Dilma Roussef, era em nome de “Deus”, da “família tradicional brasileira”, “pelo Brasil” e “contra a corrupção” (PRANDI; CARNEIRO, 2017). Os discursos durante a votação ecoavam que o Brasil havia sido dominado por uma gangue criminosa, no caso, o Partido dos Trabalhadores, e haveria a necessidade de purificar a imagem do país seguindo preceitos morais, civis e religiosos.

Após a deposição de Dilma Roussef, seu vice-presidente, Michel Temer do PMDB, assumiu o cargo de chefe de Estado do país e provocou uma mudança radical com o paradigma anterior estabelecido pelo Partido dos Trabalhadores. Seu governo foi sustentado por uma diretriz neoliberal, focada em conter os gastos do Estado com políticas de austeridade consideradas as mais extremas do mundo, medidas de benefício para o mercado financeiro e internacional, projetos de privatização massiva e liberalização de empresas nacionais, reformas trabalhistas e da previdência que diminuíram as garantias sociais, e a venda completa do recém descoberto Pré-Sal para as empresas multinacionais (G1, 2016a; MAGALHÃES, 2021; MOURA, 2018; NOZAKI, 2019; PHILLIPS, 2016). Posteriormente, em outra seção, as mudanças promovidas por Temer serão mais aprofundadas, apresentando as mudanças de paradigma que ele promoveu com seu novo governo e os benefícios aplicados à agentes exteriores que já tinham interesse no Brasil, seja pela sua riqueza em recursos naturais ou por ameaça como competidor internacional.

Nas próximas seções iremos abordar de forma detalhada as políticas econômicas promovidas por cada governo petista, assim como a sua postura em matéria geopolítica internacional. O objetivo das próximas seções é evidenciar as razões da ascensão do Brasil como uma potência regional e internacional, que levaram os interesses estrangeiros e a ordem regional entrar em cheque devido a insurgência deste novo ator, que ainda pacífico e não

contestador, causava turbulência na ordem ao exigir maior autonomia. Da mesma forma, iremos explorar os motivos que levaram os Estados Unidos a ter interesse econômico no território brasileiro e as considerações que mudaram sua percepção do Brasil no cenário internacional, julgando-o como um novo pária para seus interesses estratégicos e desafiador de sua ordem regional.

### **3.1 Esfera Econômica: Neodesenvolvimentismo, crescimento econômico e novo estado de bem-estar social brasileiro**

Seguindo a “Carta ao Povo Brasileiro”, em seu primeiro mandato, Lula deu continuidade as políticas econômicas de diretrizes neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, seguindo a visão de estabilidade econômica a curto prazo. Entre suas medidas estavam o sistema de metas de inflação, a prioridade por superávits primários, e o câmbio flutuante (TEIXEIRA; PINTO, 2012). A adoção dessas políticas serviu para que Lula conquistasse a confiança do mercado financeiro, honrando sua promessa de manter o país estável seguindo os ajustes fiscais, o pagamento da dívida pública e mantendo a expectativa dos atores financeiros no Brasil.

Na visão de Santos (2017), Lula instituiu reformas antissociais que eram contraditórias com sua imagem de líder sindical, como a Lei de Falências (Lei nº 11.101), que colocou os empregadores no mesmo patamar que os trabalhadores; a Reforma da Previdência, que inseriu o sistema de previdência privada; e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que amarra as capacidades do Estado em cumprir com sua função social em prol da população e que posteriormente foi utilizado como argumento no impeachment de sua sucessora, Dilma Roussef. No seguinte trecho, o autor cita as políticas adotadas de Lula que se enquadram nas diretrizes neoliberais do governo anterior:

O governo petista comprometeu-se com todos os aspectos do ajuste neoliberal consolidado nas gestões anteriores: processos de liberalização, desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes de direitos adquiridos, entre outros (SANTOS, 2017).

Segundo Paulani (2009), o Brasil ainda era cercado pelos demônios do “estado de emergência econômica”, onde as política ortodoxas de matriz neoliberal eram vistas como obrigatória para evitar a fuga de capital estrangeiro, as crises cambiais e a volta da inflação, da qual a população e o mercado ainda sentia arrepios quando era citada. No entanto, devido a adoção de política de prioridade do ajuste de contas públicas, o Estado brasileiro ficou amarrado

aos interesses de ordem financeira, e Lula não conseguiu implantar investimentos públicos que desejava aplicar no país.

Em seu segundo mandato, Lula reorientou seu programa de políticas macroeconômicas e definiu que o Estado deveria ser ativo e ativo em garantir o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira. Dessa, foram adotadas políticas que honravam o lado social exposto na sua “Carta ao Povo Brasileiro”, como a implementação de políticas que visavam a inclusão social, o fortalecimento do mercado interno, a transferência de renda e demais políticas centradas na expansão de vagas de emprego. Entre suas aplicações, Lula aprovou políticas de juros subsidiados, crédito barato, desvalorizou a moeda nacional, e impulsionou obras públicas e de larga infraestrutura, fazendo do Estado brasileiro um investidor no desenvolvimento do país (CARVALALHO, 2018).

Segundo Santos (2018), Lula alinhou-se a visão do neodesenvolvimentismo, onde tentava-se conciliar as ideias do neoliberalismo, pautado em agradar o mercado internacional, constranger investimentos do Estado e manter a competitividade internacional, e as ideias do velho desenvolvimentismo, que salientava a importância da industrialização, crescimento econômico pela liderança do Estado e ações baseadas na sensibilidade social (SAMPAIO JR., 2012).

Na visão de Teixeira e Pinto (2012), Lula flexibilizou sua política econômica e conseguiu por em prática seus anseios de incluir as classes baixas à sociedade brasileira e impulsionar o crescimento econômico tornando seu mercado interno fortalecido. Na visão dos autores, os anseios sociais de Lula se consolidam pelas políticas:

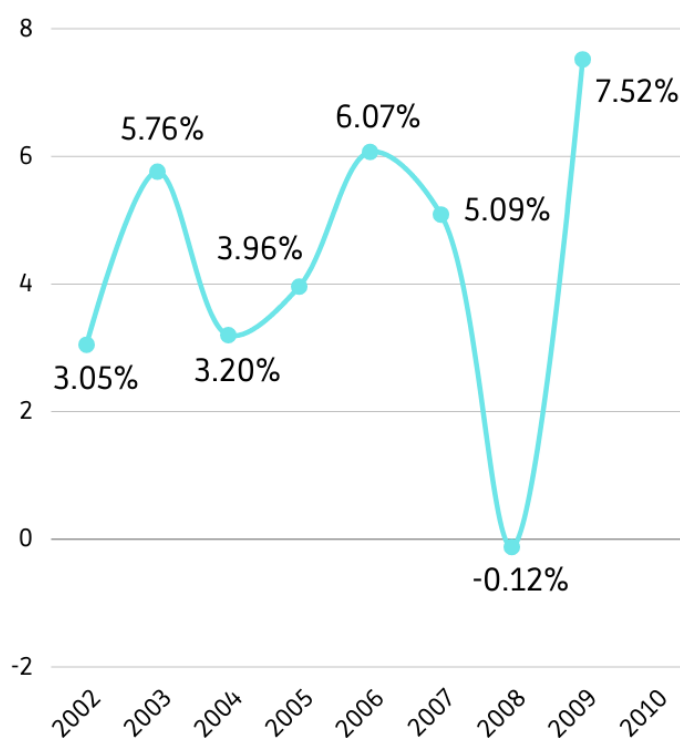
(i) da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, (ii) do aumento real no salário mínimo, (iii) da adoção de programas de transferência de renda direta, (iv) da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado e (v) das medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009 (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Em seus dois mandatos Lula teve retornos macroeconômicos excelentes, ultrapassando os dados do governo anterior. Os números crescentes do setor externo, nível de atividade econômica, equilíbrio da inflação, alta no emprego e na renda e a estabilidade das finanças públicas, permitiu que o país alcançasse a posição de 6ª maior economia do mundo, desbancando a Inglaterra (BBC BRASIL, 2011). Durante seus dois mandatos, entre 2003 e 2010, o Brasil teve o maior crescimento econômico desde a redemocratização do país, com o PIB nacional crescendo à 4,1% ao ano, tendo um crescimento total de 32,62%, e um

crescimento de 23,05% na renda per capita, com média de 2,8% ao ano (WORLD BANK, 2010).

Ressalta-se que Lula recebeu o país em 2003 com uma taxa de desemprego de 10,5%, e em 2010, ano de seu último mandato, a taxa seguia uma queda constante, chegando em 5,3% da população economicamente ativa (IBGE, 2010). De mesmo modo, o salário mínimo teve um crescimento real de 5,9% ao ano, efetivando as políticas de distribuição de renda e de demanda agregada para as classes baixas permitindo seu acesso aos bens de consumo do mercado e considerassem incluídos na sociedade brasileira (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO, 2010). As contas externas do governo possuíram saldo positivo em superávits, o que fez com que o governo conseguisse saldar suas dívidas com o Fundo Monetário Internacional, diminuir seu endividamento e acumular reservas de capitais (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Crescimento do PIB Anual - Brasil (2002 - 2010)



(Gráfico 1) Crescimento do PIB Anual - Brasil (2002 - 2010). Fonte: WORD BANK, 2010.

O contexto internacional favorável impulsionou as políticas macroeconômicas praticadas por Lula, devido a conjuntura que emanava crescimento mundial, até a crise de 2008, a ampla liquidez dos mercados financeiros, o crescimento no valor das commodities (produtos

agrícolas), e a queda no preço das manufaturas produzidas no continente asiático (BARBOSA; SOUZA, 2010). Nesse cenário internacional favorável, entre 2003 e 2006, o governo conseguiu obter grandes superávits comerciais, que cobriram os déficits estruturais públicos, e entre 2007 e 2010, os superávits financeiros e de capitais conseguiram impulsionar positivamente as contas públicas (TEIXEIRA; PINTO, 2012). O Brasil conseguiu recuperar-se rapidamente da crise internacional de 2008, devido ao saldo positivo das contas externas brasileiras e dos fluxos líquidos de capitais, e dessa forma, uma densa massa de capital-dinheiro de investidores internacionais abrigou-se no Brasil visando a fuga da crise econômica internacional que ainda assolava os outros Estados (LIMA; DEUS, 2013).

Na visão de Teixeira e Pinto (2012), as dinâmicas macroeconômica dos dois mandatos de Lula se divergem em alguns pontos. Em seu primeiro mandato, o crescimento econômico do país foi impulsionado externamente pelo aumento das exportações, e internamente pela elevação de investimento dos setores exportadores. Durante este período, o crescimento do PIB brasileiro esteve associado ao grande boom no preço das commodities (produtos agrícolas) no cenário internacional, aumentando o grau de exportação dos produtos nacionais, e a contenção da economia manufatureira internacional, que diminuiu o preço dos produtos manufaturados importados pelo país (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Em contra partida, os autores consideram que no segundo mandato de Lula, além da dinâmica externa favorável, a expansão do mercado interno através das políticas sociais do governo estabilizou o nível macroeconômico do país, tornando-o menos vulnerável a crise internacional. As políticas de distribuição de renda, que aumentou o consumo das famílias com média de 10,5%, as políticas de investimento em infraestrutura e setores estratégicos, além das políticas de expansão de crédito para os bancos públicos e as famílias como meio de combate à crise internacional, fortaleceu o mercado nacional ao adquirir maior resistência as volatilidades do mercado internacional, que no momento, estava em crise e afetava gravemente as economias dos países centrais do sistema internacional (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Em seu último ano de mandato, Lula obteve 87% de aprovação geral da população (GANTOIS, 2010). Isso lhe fornecia grande legitimidade política, e lhe permitia a indicação de um sucessor de seu partido para o cargo de chefe de Estado do Brasil. Lula indicou Dilma Roussef para lhe suceder, e mesmo com restrições, Roussef aceitou a convocação e conseguiu ser eleita com 56% dos votos válidos contra seu adversário José Serra, do PSDB.



Em seu primeiro mandato, Dilma propôs uma nova matriz econômica seguindo as linhas do neodesenvolvimentismo já aplicado por Lula. Dilma adotou uma política macroeconômica de redução da taxa de juros, concedendo subsídios para o desenvolvimento do setor privado e aumentando os investimentos públicos nos setores de infraestrutura, afim de adequar o país aos megaeventos dos próximos anos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (BARBOSA FILHO, 2017; PECEQUILO, 2014). O foco de seu governo mantinha-se em garantir a estabilidade econômica do país, o crescimento exponencial do PIB, inclusão das classes baixas à sociedade civil e a redução das vulnerabilidades externas do país.

Dilma estava dedicada a seguir o neodesenvolvimentismo, e perseguindo seu interesse realizou reformas no setor de infraestrutura de maneira com que o setor privado começasse a participar de investimentos em conjunto do governo. Suas reformas diminuíram as taxas da concessão pública de serviços de transporte (como portos, rodovias, ferrovias e aeroportos) e reduziram as tarifas de energia elétrica em 20% (PINTO; PINTO, 2016). Além disso, o governo modificou sua política cambial, buscando desvalorizar o real e reduzindo as taxas de juros e spread bancário com a finalidade de incentivar a competitividade no setor industrial (BOITO; BERRINGER, 2013; PINTO; PINTO, 2016).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi instrumentalizado para incentivar a participação de capital de empréstimo, e beneficiou diretamente empresas alimentícias, químicas e petroquímicas (BATISTA; RODRIGUES, 2011). No campo social, seguindo o mesmo viés de Lula, Dilma empregou políticas de diminuição das desigualdades sociais e de inclusão social, como as políticas de moradia do Minha casa, Minha vida, programa Fome Zero, Farmácia Popular e Bolsa Família, que forneceram um maior auxílio as classes baixas e lhes deram a oportunidade de vivenciar os direitos instituídos pela Constituição de 1988 (PECEQUILO, 2014).

O governo de Dilma visava os programas sociais como possibilidade em instituir a cooperação técnicas entre os setores da sociedade e converter os ganhos dos programas em poder brando para a governabilidade de Dilma (SANTOS, 2018). A classe média contentou-se com o aumento de seu poder de compra durante o período do primeiro mandato de Dilma, contudo, no momento em que realizaram que estavam dividindo os mesmos ambientes que as classes baixas, que estavam em ascendência devido as políticas sociais do Partido dos Trabalhadores, começaram a nutrir um desgosto inicial pelo governo de Dilma, que posteriormente foi convertido em ódio político e social (SANTOS, 2017).

No entanto, as políticas macroeconômicas de Dilma Roussef não foram o suficiente para aumentar o dinamismo industrial do país, apesar de assegurarem durante certo período a estabilidade social (emprego e renda) da sociedade civil. Diferente do mandato de Lula, Dilma enfrentava um cenário internacional desfavorável para a economia brasileira, onde as commodities estavam com seu preço em queda no mercado internacional. Devido à baixa complexidade industrial do país, que vazava a maior parte de sua renda para o exterior, o setor industrial não conseguiu acompanhar a elevação do consumo das famílias brasileiras, e por isso a economia brasileira entrou em processo de desindustrialização, reprimarizando o setor exportador ao concentrar-se somente na exportação de produtos de menor valor agregado, ou seja, as commodities, e reduzindo a complexidade da estrutura produtiva brasileira e sua participação no PIB nacional (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

A consolidação de segmentos do agronegócio no setor exportador nacional diminui a possibilidade do Estado brasileiro transferir a renda das commodities para setores industriais de produtos de valor agregado, que poderiam inserir maior complexidade tecnológica na cadeia produtiva nacional (PINTO; PINTO, 2016) Com o aumento dos produtos manufaturados importados e o baixo investimento industrial, os efeitos das políticas sociais de distribuição de renda e de aumento do poder do salário vão desaparecendo, com repasses governamentais cada vez mais baixos (PINTO; PINTO, 2016).

O baixo dinamismo da economia pode ser explicado pelo cenário internacional desfavorável e da ineficácia dos investimentos privados e públicos em complexificar a cadeia de produção brasileira. Pinto e Pinto (2016) ilustram no seguinte trecho as causas do baixo dinamismo da economia brasileira:

Tal circunstância é ilustrada pelo baixo crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo, de 0,7% em média entre 2013 e 2014, em virtude da contínua elevação da taxa de juros Selic a partir de 2013 (que saltou de 7,25% em abril de 2013 para 11% em agosto de 2014), da própria desaceleração econômica (que gerou queda do nível de utilização e da taxa de rentabilidade sobre o capital), das reformas do setor elétrico e das concessões (que inibiram o investimento em energia e em infraestrutura, dois dos maiores segmentos em termos de investimento), e da desaceleração dos investimentos da Petrobras desde 2011 (em decorrência de seus problemas financeiros, da operação lava jato e da queda do preço do petróleo no mercado internacional) (PINTO; PINTO, 2016).

Em consequência dessa conjuntura, se instaura a desaceleração econômica do Brasil. A indústria e o setor privado não conseguem contribuir para o crescimento do PIB, o poder de compra dos salários começa a cair, e o país mantém-se em recessão técnica (G1, 2015; TEIXEIRA; PINTO, 2012). A desaceleração econômica provocou a queda em quase todos os setores da economia brasileira, no entanto, apenas o setor bancário e financeiro conseguiu

manter sua estabilidade (TEIXEIRA; PINTO, 2012). A queda na rentabilidade nos setores cruciais da economia brasileira provocou um grave questionamento nas elites político-econômicas sobre a viabilidade da continuação do projeto neodesenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores (SANTOS, 2017). Dessa forma, Dilma foi obrigada a expandir as desonerações e crédito subsidiado para o setor industrial, visando acalmar os ânimos da elite e conquistar estabilidade política em meio a recessão (PINTO; PINTO, 2016). Entretanto, em clima de crise econômica, pressões sociais vinda das ruas, e a desconfiança política instaurada pela Operação Lava-Jato na competência do Partido dos Trabalhadores, já insurgia no horizonte o fim do pacto social-conciliatório instituído por Lula. A conjuntura não apresentava mais as bases necessárias para a sustentabilidade das diretrizes neodesenvolvimentistas e da conciliação entre as classes da sociedade brasileira.

Em 2014, Dilma consegue se reeleger com dificuldades. Vence seu adversário político, Aécio Neves do PSDB, por apenas uma margem de 3% dos votos válidos (BENITES; BORGES, 2016). No entanto, o Congresso Nacional é dominado pela ala conservadora e opositora do Partido dos Trabalhadores, o que impede Dilma de ter governabilidade o suficiente para passar suas agendas políticas para aprovação. Como forma de recuperar seu prestígio político e tentar acalmar os ânimos do Congresso, Dilma delega Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda e Nelson Barbosa para o Ministério do Planejamento. Ambos os ministérios modificam a política econômica do governo, direcionando-a para uma linha ortodoxa com base no neoliberalismo, visando agradar o mercado internacional e financeiro através da adoção de políticas de ajuste fiscal, elevação da taxa Selic, foco na produção de superávits primários, estabilidade das dívidas públicas, cortes em gastos públicos, eliminação da agenda social e a dedicação para a atração de investimentos internacional (MAGALHÃES, 2021; PINTO; PINTO, 2016).

A nova linha macroeconômica em meio a desaceleração econômica, redução no gasto das famílias e contenção do crédito dos bancos públicos fizeram o país entrar na marcha da recessão econômica. A taxa de desemprego disparou, o poder de compra dos salários decaiu, os investimentos tiveram uma queda de -12,7% em 2015, e conseqüentemente o PIB nacional teve uma grave queda de -3,2% em 2015, havendo também o aumento das dívidas e do déficit público (ANDERSON, 2016; PINTO; PINTO, 2016). A situação de Dilma degradou-se ainda mais com o anúncio de um novo pacote de austeridade que constrangeu os gastos do governo na sociedade civil e com o cerco político sendo fortalecido pelo sucesso das investigações

anticorrupção da Lava-Jato, que prendeu peças políticas chaves do governo de Dilma (PINTO; PINTO, 2016).

As condições de conjuntura não favoreceram o governo de Dilma, perdendo seu apoio popular no momento em que o preço das commodities, base da economia brasileira, decaiu no mercado internacional (MAGALHÃES, 2021). As medidas adotadas pelo governo não foram o suficiente para fornecer à economia brasileira capacidade de autonomia através da complexificação tecnológica de sua cadeia de produção, logo o Brasil estava dependente de seus produtos agrícolas para sustentar o modelo neodesenvolvimentista que necessitava de maior rentabilidade do governo para funcionar com eficiência (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Em seguida, o governo federal cortou seus investimentos públicos e gastos sociais, fazendo as famílias diminuírem seu consumo. Em razão da queda do poder de compra de seu salário, a população ocupou as ruas em atos contra o governo federal exigindo melhoras na sociedade civil e a deposição do partido no poder (SANTOS, 2017). Os adversários políticos de Dilma observaram a situação como propícia para provocar a queda de Dilma, e impulsionados pela Operação Lava-Jato, passaram a contestar a legitimidade governo federal e a incitar a revolta civil, direcionado seu ódio político ao Partido dos Trabalhadores e promovendo a divisão social da sociedade brasileira.

Em agosto de 2016, o processo de impeachment de Dilma foi aprovado nas câmaras do Congresso Nacional e a Presidente foi afastada de seu cargo. Quem lhe sucedeu foi seu vice, Michel Temer de seu partido adversário PMDB, que conspirou junto com a elite política e econômica brasileira para a queda do governo de Dilma. No fim, foi a crise econômica que gerou a crise política no Brasil, que resultou o impeachment de Dilma e na ascensão de um novo governo que mudou completamente o paradigma político e econômico do Estado brasileiro.

Na próxima seção iremos explorar os principais motivos e objetivos que os Estados Unidos avistou no Brasil para a contemplação de seus interesses estratégicos e de seus agentes político-econômicos.

### **3.1.1 Vigilância Econômica Estadunidense: os interesses econômicos estadunidenses no território brasileiro**

Em 2007, além do clima positivo na economia brasileira, foi descoberto o Pré-Sal, um largo campo de petróleo na camada de pré-sal brasileira, com imenso potencial para ser uma

das maiores reservas de petróleo do mundo (NUNES, 2020). A descoberta do Pré-Sal aumentou as expectativas do governo com seu projeto neodesenvolvimentista, que visualizava nessa oportunidade a possibilidade de explorar os novos campos de petróleo com um risco quase zero, além de poder traduzir a renda gerada na exploração em fortificações para os pilares do mercado nacional e impulsionar suas políticas de distribuição de renda.

Seguindo essa perspectiva, o Partido dos Trabalhadores decidiu mudar a regulamentação sobre a exploração do petróleo no Brasil de maneira que a sociedade civil fosse incluída nos ganhos petrolíferos (MAGALHÃES, 2021). Lula aprovou a Lei nº 12.351/2010 permitindo que as receitas da exploração do Pré-Sal fossem traduzidas em investimentos na sociedade civil, principalmente na saúde e educação, contribuindo para as suas diretrizes de distribuição de renda, diminuição das desigualdades sociais e desenvolvimento de setores estratégicos produtivos (SAUER; RODRIGUES, 2016). Além disso, o novo regime de exploração forneceu a Petrobrás maior participação nas explorações de petróleo, mantendo o Pré-Sal quase exclusivo da estatal e garantindo maiores ganhos para o governo e a nação. No entanto, como o regime anterior permitia a maior penetração de empresas privadas estrangeiras e nacionais no mercado petrolífero brasileiro, garantindo-as a maior parte da arrecadação da produção de petróleo, o novo regime de exclusividade à Petrobras gerou desavenças desses setores com o governo, devido a limitação imposta a esses setores ao conhecimento geral de que o Pré-Sal garantiria o acesso a uma grande quantidade de recursos petrolíferos (SAUER; RODRIGUES, 2016).

Segundo Pecequillo (2014), os Estados Unidos possuem interesse em explorar a camada de Pré-Sal brasileira devido a sua grande riqueza em petróleo, recurso energético essencial para o funcionamento da sociedade estadunidense, e seu fácil acesso para a exploração, devido o Brasil ser considerado uma “nação amiga”. Dessa maneira, caso conseguissem acesso ao Pré-Sal, suas atividades em outros tabuleiros geopolíticos como o Oriente Médio, Ásia Central, e África poderiam ser reduzidas, pois estes ambientes são considerados ambientes hostis e exigem uma alta movimentação de recursos militares e estratégicos. Além disso, ao obter controle da reserva energética do Pré-Sal, seria possível dissuadir a atuação de seus adversários econômicos, como a China que despertou interesse em contribuir na exploração dos campos. Em viagem ao Brasil, em Junho de 2014, o então vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ressaltou que seu país estava veemente interessado em formar uma parceria estratégica para a exploração dos recursos energéticos do Pré-Sal.

As empresas norte-americanas de petróleo têm sido ativas no setor de petróleo e gás em águas profundas no Brasil há muitos anos e a Petrobras tem um histórico de operações em águas profundas nos EUA. Essa é uma área que cada país pode contribuir com expertise e pode se beneficiar de engajamento bilateral técnico e comercial. O que temos aprendido com a parceria no SED é que empresas norte-americanas de serviços estão ávidas para explorar as oportunidades de parceria para o desenvolvimento de reservas de petróleo e gás no Brasil, incluindo as não-convencionais (LOPES, 2014).

Em 2013, ocorreu o leilão do Campo Libra, parte do Pré-Sal, sendo obtido pelo consórcio formado pela Petrobrás, Shell (Holanda), Total (França), CNPC e CNOOC (China), garantindo para o Brasil uma parcela na exploração do campo em conjunto de um bônus dos outros contribuintes do consórcio (PECEQUILO, 2014). Não houve a participação de empresas de origem inglesas ou estadunidense, devido as tensões com o governo brasileiro sobre o caso de espionagem divulgado por Edward Snowden, que evidenciava esquemas de espionagem estadunidense na Petrobras e outras empresas nacionais do setor energético, e também devido o desinteresse das empresas de exploração energética no tipo de partilha proposto pelo Brasil (TRINKUNAS, 2013). O interesse das empresas multinacionais no Pré-Sal não diminuiu, o petróleo continua sendo a base da matriz energética estadunidense, apenas ainda não era considerada a hora e o momento certo de investir para a abertura de exploração de todos os campos do Pré-Sal para o mercado internacional, como foi posteriormente promovido por Michel Temer.

Para além do Pré-Sal, os Estados Unidos concentram seu interesse econômico em obter acesso na “Amazônia Azul”, ou seja, na área marítima brasileira sobre o oceano Atlântico (PECEQUILO, 2012). Além de abrigar o petróleo nacional, a área possui alta relevância econômica, política e estratégica, devido as suas rotas de navegação para outros continentes, que são de suma importância para a dinâmica da economia nacional. As rotas da Amazônia Azul dão acesso à África Ocidental, com destaque para a rota do Cabo, que fornece uma rede estratégica de conexão entre a Ásia e África com o Hemisfério Norte (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012). Ademais, a parte do cabo de São Roque ao rio Oiapoque fornece uma importante plataforma de projeção econômica para o Brasil que permite seu acesso ao norte da África, Europa Ocidental, e América Central e Norte (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012). Permitir que outro ator internacional se aproprie da Amazônia Azul isolaria o país de suas conexões marítimas, reduziria sua capacidade de projeção e neutralizaria sua soberania nacional.

Visando seus interesses no Pré-Sal brasileiro, devido a sua abundância em recursos energéticos, e na Amazônia Azul, em razão do seu acesso a rotas marítimas de projeção

internacional, os Estados Unidos reativou a Quarta Frota do Atlântico Sul, com a finalidade de supervisionar seus interesses e manter o reconhecimento do território almejado (PECEQUILO, 2014). A reativação da Quarta Frota também corresponde a penetração chinesa e indiana na América Latina, além da aproximação entre Venezuela e adversários estadunidenses, como Rússia e Irã (PECEQUILO, 2014). Ademais, os Estados Unidos também inserem em 2008 um novo mecanismo de projeção para o Oceano Pacífico, com o estabelecimento do Comando Africano. A área de atuação do Comando Africano sobrepõe-se ao Atlântico Sul e ocupa as áreas correspondentes do Comando Sul, tendo seu objetivo direcionado em neutralizar as parcerias entre China e Brasil e os avanços da Índia no continente africano (PECEQUILO, 2012).

Em nossa próxima seção, iremos explorar as atividades e o plano de ação dos governos brasileiros no sistema internacional que fizeram a imagem do Brasil ascender em plano regional e internacional. Além disso, iremos elencar as principais razões que fizeram despertar nos Estados Unidos um sinal de alerta em meio a emergência do Estado brasileiro, considerando que sua ordem regional estava sendo ameaçada e que a existência de um rival regional, mesmo de caráter reformista, poderia desestabilizar a região e interferir na realização de seus interesses estratégicos.

### **3.2. Esfera geopolítica: Autonomia pela Diversificação, Cooperação Sul-Sul e Brasil como Potência Regional e Global**

Compreendendo que as relações internacionais do início do século XXI estavam mudando sua perspectiva para uma conjuntura multilateral global, Lula direcionou sua política externa para seguir essa transformação no cenário internacional, incorporando uma identidade terceiro-mundista, firmando parcerias múltiplas entre o eixo Sul-Sul e Norte-Sul, havendo preferência no primeiro eixo, e associando-se a instituições multilaterais para fazer das mesmas seu palco de projeção internacional (PECEQUILO, 2010). Lula escolheu Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores, e Samuel Pinheiro Guimarães como Secretário Geral das Relações Exteriores, orientando a política externa brasileira em retornar a sua tradição multilateral global, reivindicando a excelência de seu corpo diplomático para assegurar os interesses nacionais em manter a agenda social do governo de Lula e expandir a autonomia nacional do país (CERVO, 2018). Devido a redução das relações bilaterais, e o anseio de Lula em realizar alianças de escala internacional multinível, a política externa de seu mandato ficou marcada pela diretiva de “autonomia pela diversificação”.

Para potencializar sua política externa, Lula converteu seu carisma em prestígio político, e dessa forma, tornou-se o representante do Terceiro Mundo através da Diplomacia Presidencial, que lhe permitiu ter um relacionamento mais íntimo, direto e pessoal com suas alianças internacionais dos dois eixos, norte e sul (PECEQUILO, 2010). A agenda externa de Lula era complementada pela agenda interna do governo, pois se acreditava que a diplomacia poderia ser uma forte ferramenta para a promoção do desenvolvimento social e econômico, podendo diminuir as desigualdades sociais, reunir maiores recursos para a segurança, saúde e educação do país, promover obras públicas para o progresso civil, e o estabelecimento de laços econômicos para a conquista de mais mercados para os produtos brasileiros (VIZENTINI, 2008).

A política externa do Brasil também passou a ser mais assertiva, com o país afirmando seu papel como líder regional da América do Sul e líder das novas potências emergentes (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). As preferências da política externa brasileira mantiveram-se no eixo Sul-Sul, o que fez surgir novas alianças com os países emergentes, como a Índia, China, Rússia e África do Sul e outros países menos desenvolvidos. Desde o redirecionamento de sua política externa, o Brasil empenhou-se em formar parcerias estratégicas de multinível de matéria política e econômica, como: o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS); o G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão, para a reforma do CSONU ampliando seus assentos permanentes); G20 comercial e financeiro; BRICS (associação entre os países emergentes do século 21 vistos como pilares da nova ordem internacional multipolar, compostos pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); e participação ativa na ONU, como por exemplo na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) (PECEQUILO, 2010).

Sua posição de ator relevante em meio ao eixo Sul-Sul aumentou seu prestígio internacional e poder político nas instituições internacionais multilaterais e na sua relação com os países desenvolvidos do norte global, lhe concedendo maior capacidade de barganha em negociações internacionais (CERVO, 2018). A multiplicidade de parcerias econômicas internacionais firmadas fez com que o Brasil diversificasse seus mercados sendo um ator econômico ativo nos mercados emergentes (PECEQUILO, 2010). Dessa maneira, o Brasil conseguiu criar fortes contrapesos e barreiras que lhe tornou resistente ao impacto da crise econômica de 2008.

Por ser um dos países menos afetados pela crise econômica mundial, seu peso internacional cresceu, mostrando posições contundentes nas Reuniões do G20 entre 2008-2009 com a proposta de reformar as instituições econômicas a fim de evitar que novas crises abalem



o sistema econômico internacional (PECEQUILO, 2010). Brasil conseguiu destaque nos seguintes encontros da Organização Mundial do Comércio e da Rodada de Doha, sendo protagonista nas negociações (CERVO, 2018). O Brasil também hospedou A Cúpula América do Sul e Países Árabes (ASPA) e a Cúpula Sul-Americana da África (ASA), que permitiu que novas parcerias fossem firmadas e suas opções fossem ampliadas. Em 2007, o Brasil despontou junto com a Rússia, Índia, China e África do Sul o grupo do BRICS, que era visto como a promessa da nova ordem regional protagonizadas por nações emergentes (HIRST, 2011).

A integração regional sempre foi um dos pontos centrais na política externa de Lula, que observava a região como uma oportunidade de expandir o poder político e econômico do país, assim como uma plataforma para sua projeção internacional em outras regiões do globo. Quando eleito, Lula ressaltou diversas vezes a importância do Mercosul como um ator estratégico para autonomia e união regional dos países da América do Sul:

Estamos profundamente empenhados na integração da América do Sul. [...] Acreditamos em um amplo processo de aproximação política, social e cultural entre os países da região, processo no qual o Mercosul tem papel de destaque. [...] O Mercosul é um projeto estratégico e para seu aprofundamento existe vontade política de todas as nações que o integram (SILVA, 2005).

Por possuir uma percepção negativa das propostas dos Estados Unidos para a integração latino-americana, que eram protagonizadas pela Iniciativa para as Américas (IA) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que possuíam o principal objetivo de ampliar a penetração econômica estadunidense na região. Lula incentivou o aprofundamento dos processos de integração sul-americanos a fim de tornar a região autônoma para o desenvolvimento regional e resistente perante os interesses externos (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). No início do século XXI, os Estados Unidos estava focado em suas campanhas de guerra ao terror, com a invasão do Afeganistão e Iraque, e por isso, abriu-se uma lacuna de oportunidade para que os países da América do Sul, longe da visão vigilante estadunidense, propusessem e construíssem seus processos de integração autônomos (PECEQUILO, 2010).

O processo de integração do Mercosul foi fortalecido através da semelhança e anseio dos governos sul-americanos em aprofundar a integração da região, buscando também por novos parceiros regionais do globo para ampliar seu leque de projeção e adquirir autonomia em sua agenda político-econômica. Dessa forma, foram firmadas novas negociações internacionais com a União Europeia, Israel, a União Aduaneira da África Austral (SACU) e Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC) (SANTOS, 2018). Além disso, o Brasil foi líder

na formação de uma nova instituição regional, a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que fora instituída justamente devido ao alinhamento político semelhante entre os países da região, e tinha como objetivo de ampliar o intercâmbio cultural, social e econômico e as bases democráticas dos países da América do Sul (CERVO, 2018).

O governo de Lula apresentou o projeto de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como uma forte componente para a consumação da autonomia sul-americana, estreitando os laços político-econômicos entre as nações da região e possibilitando a internacionalização de empresas brasileiras ao adentrarem em mais mercados (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). O projeto da IIRSA contou com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e do próprio governo brasileiro como um grande investidor de obras públicas.

Um dos objetivos mais aspirados por Lula era a conquista de um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para tanto, suas contribuições na MINUSTAH no pior pico da crise foi essencial para demonstrar a comunidade internacional que o Brasil possuía capacidade e as habilidades necessárias para lidar com momentos de crise no cenário internacional, sendo mais um ponto em seu currículo para ingressar como membro permanente do CSONU (PECEQUILO, 2010). Além disso, o Brasil teve destaque nas negociações nucleares com o Irã, demonstrando excelência diplomática para lidar com questões internacionais sensíveis, levando em conta a harmonia entre nações (CERVO, 2018). Possuindo consciência de seu peso internacional, o Brasil também instaurou planos para recuperar seu programa nuclear e a incrementar recursos tecnológicos e de defesa para o desenvolvimento para suas forças armadas, planejando novas ferramentas de defesa para o Brasil, como o projeto do submarino nuclear brasileiro (BORELLI; ALCIDES, 2016).

Sob a liderança de Lula, o Brasil passa a ser visto como uma potência regional e global, sendo capaz de influenciar a comunidade internacional através de sua excelência diplomática, formação de alianças de eixo variável e do perfil de liderança de Lula. A posição ativa e ativa internacional do país, em conjunto com seu perfil assertivo, mas não contestador, foi essencial para impor seus interesses na arena internacional, sendo a diplomacia tradicional e presidencial uma forma de substituir a projeção internacional através da força militar, capacidade da qual o Brasil ainda carece. A tradição histórica da diplomacia brasileira foi continuada por Lula, onde o mesmo utilizou-a como ferramenta para o desenvolvimento econômico e social do país, expandindo sua autonomia nacional. A conquista de prestígio político do Brasil por Lula partiu-

se de sua defesa de temas universais, de sua agenda multilateral e de seu perfil competente para tornar o sistema internacional mais justo, solidário e equilibrado entre o eixo norte-sul.

Quando Dilma assume a presidência, a atividade internacional do país perde sua força ao adotar um perfil reativo aos fenômenos internacionais, que diverge da postura ativa e ativa que a política externa de Lula possuía. Dilma voltou-se a se preocupar somente com a política interna do país, muito devido as turbulências internacionais que eram marcadas pela crise econômica e a instabilidade política, que restringia o campo de atuação do Brasil (PECEQUILO, 2014). A política externa de Dilma estava focada em lidar com situações mais práticas, sem envolver muito esforço, traçando projetos subjetivos que tinham pouco impacto na realidade. Entre seus exemplos estavam a instituição do novo conceito de responsabilidade de proteger e o marco civil multilateral de controle da internet (CERVO, 2018).

Diferente de Lula, Dilma não abusou na mesma intensidade da diplomacia presidencial e fez poucas viagens internacionais, o que limitou a projeção internacional do país. Dilma priorizou viagens em países vizinhos que participavam do Mercosul, como a Argentina, Venezuela e Paraguai, realizando poucas viagens para a Europa, Estados Unidos e participantes do Brics (CORNETET, 2014). Diminuindo ainda mais o campo de ação do Brasil, não houve ampliamto nas vagas no Ministério das Relações Exteriores, e conseqüentemente, menos parcerias estratégicas foram firmadas (CERVO, 2018). Cornetet (2014) compara as atividades internacionais dos dois governos e subtrai que Dilma teve uma ação internacional tímida em relação à Lula:

Descobriu-se que, comparando-o com o governo de Lula, durante o governo de Dilma, houve menos viagens presidenciais – cerca de 30% a menos se compararmos com o primeiro mandato de Lula, cerca de 50% a menos se compararmos com o segundo –, as iniciativas de política externa foram menos numerosas e mais tímidas, a formação de novos diplomatas caiu – para cerca da metade da do primeiro mandato de Lula e cerca de um quarto da do segundo –, e desacelerou-se o estabelecimento de novos postos diplomáticos (CORNETET, 2014).

O principal episódio internacional protagonizado pelo Brasil durante o governo de Dilma foi a crise de Snowden, onde o Edward Snowden, ex-administrador de sistemas da CIA, publicou em conjunto com o jornalista Glen Greenwald, denúncias de esquemas de espionagem estadunidenses praticadas pela National Security Agency, que monitorava países aliados como o Brasil e Dilma (incluindo a Presidente Dilma e a chanceler Angela Merkel) e empresas estratégicas como a Petrobrás e demais empresas do setor energético (PECEQUILO, 2014). Dessa forma, o Brasil e a Alemanha assumiram um papel de liderança para regular os meios digitais a fim de evitar que tais práticas aconteçam (CORNETET, 2014). Dilma, em seu

discurso de Abertura da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, fez fortes críticas aos Estados Unidos e incentivou a ação internacional para fortalecer os princípios de autonomia e de soberania nacional:

No Brasil, a situação foi ainda mais grave, pois aparecemos como alvo dessa intrusão. Dados pessoais de cidadãos foram indiscriminadamente objeto de interceptação. Informações empresariais – muitas vezes, de alto valor econômico e mesmo estratégico - estiveram na mira da espionagem. Também representações diplomáticas brasileiras, entre elas a Missão Permanente junto às Nações Unidas e a própria Presidência da República tiveram suas comunicações interceptadas. Imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo, entre nações amigas. Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos e civis fundamentais dos cidadãos de outro país (ROUSSEF, 2013)

As iniciativas do Brasil e da Alemanha resultaram na aprovação pela Assembleia Geral em Dezembro da resolução do “Direito à Privacidade na Era Digital” (PECEQUILO, 2014). Este capítulo virou destaque na trajetória da política externa de Dilma, pois até o momento, suas atividades não haviam mostrado autenticidade em relação as políticas de Lula, tendo uma postura assertiva diante da potência internacional dos Estados Unidos, um dos principais parceiros econômicos do Brasil (SARAIVA, 2014).

Em síntese, a política externa de Dilma seguiu os mesmos preceitos e diretrizes da política externa de Lula, contudo, Dilma mostrou-se com um interesse menor na projeção internacional do país e voltou-se a resolver os problemas internos que despontavam no Brasil. Dilma ainda estava comprometida com a autonomia do país e o desenvolvimento através da diplomacia presidencial, no entanto, agia como uma menor intensidade que Lula, considerando em seus cálculos para o recuo a crise econômica que assolava o cenário internacional e as insurgências civis em certas regiões do globo, como a Primavera Árabe. O perfil externo do Brasil durante o governo de Dilma seguiu uma diretriz reativa, procurando solucionar problemas que afetavam a estabilidade do país, e focado em mudanças a longo prazo, como o direito à privacidade digital e a instauração do conceito de responsabilidade de proteger.

Em nossa próxima seção iremos explorar as principais ações que levaram os Estados Unidos a despertar um sinal de alerta em relação a conquista de autonomia política internacional do Brasil. Investigaremos seu histórico e de que forma a percepção estadunidense sobre o Brasil mudou ao decorrer dos mandatos do Partido dos Trabalhadores.

### **3.2.1 Vigilância Geopolítica Estadunidense: os interesses geopolíticos na contenção do Brasil como potência regional e global**

Evidências históricas mostram que o Brasil já possuiu períodos em que confrontou os interesses estratégicos dos Estados Unidos. Em 1950, Getúlio impulsiona o processo de industrialização brasileiro como projeto de Estado, e passa a exigir auxílio internacional para a instalação de um complexo siderúrgico em Volta-Redonda (BANDEIRA, 2013). Os Estados Unidos possuem respaldos no apoio ao processo de industrialização devido a possibilidade de perda de mercado para seus produtos manufaturados, e as divergências bilaterais aumentam com o estabelecimento do monopólio estatal brasileiro do petróleo em 1953 e a exigência de compensações em transferência de tecnologia militar (BANDEIRA, 2014). Getúlio afasta-se do alinhamento com a potência internacional estadunidense ao realizar o Pacto ABC e a negativa em enviar soldados brasileiros para a Guerra da Coreia. O afastamento brasileiro é consolidado com Kubitschek, que realiza a Operação Pan-Americana, e rompe com o FMI, afim de aumentar suas relações comerciais com a URSS (BANDEIRA, 2013).

Os atritos com os Estados Unidos aumentaram com Quadros, que amadurece e cria a consciência de que o Brasil, em certos momentos, deveria distanciar-se dos interesses estadunidenses para valer o próprio sentimento nacional de desenvolver-se enquanto potência industrial (CERVO; BUENO, 2002). A visão contrária do Brasil em relação à invasão de Cuba praticada pelos Estados Unidos contra o regime de Fidel Castro já havia colocado ressalvas na imagem do Brasil, mas com a eleição de João Goulart, que estava vinculado ao campo da esquerda e ao movimento sindical, e a atitude do mesmo de conceder a Che Guevara a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, uma insígnia de alto reconhecimento da nação brasileira, deixou o Departamento de Estado americano abismados (BANDEIRA, 2013). Logo fora disseminado pelo Brasil lendas urbanas sobre a ameaça comunista que assombrava o país, os perigos da guerra revolucionária pela sociedade e a decadência civil em meio comunista. Com o anticomunismo eclipsado no Brasil, as Forças Armadas ouviram o pedido de socorro dos moinhos de vento ao horizonte e aplicaram o golpe de Estado de 1964.

Na visão de Bandeira (2013), o Brasil e os Estados Unidos são países que compartilham de estruturas territoriais, sociais, econômicas e políticas muito semelhantes. Em questão territorial, ambos compartilham um grande território, rico em recursos naturais e solo fértil para o plantio de produtos agrícolas. Em nível social, ambas as sociedades são multiculturais, compartilhando matriz europeia e africana em suas bases sociais. Em economia, os dois países possuem uma cadeia produtiva de produtos agrícolas bem sofisticada, e bases industriais

grandes, apesar dos Estados Unidos conseguir integrar melhor seus produtos manufaturados na cadeia global e atualmente o Brasil estar em processo de desindustrialização. Por fim, as bases políticas do Brasil e Estados Unidos são as mesmas, compartilhando princípios liberais e a democracia liberal-cristã, partilhando sua origem ocidental (BANDEIRA, 2013).

Portanto, é natural que os EUA tenha sentido aversão ao posicionamento do Brasil em validar sua autonomia política internacional com Getúlio, pensando em que os mesmos possuem uma autoimagem de excepcionalismo que resplandece sobre os outros países e detém a vontade de preservar sua ordem regional nas Américas (BANDEIRA, 2013; PECEQUILO, 2012). Da mesma forma, é natural que o Brasil tenha vontade em superar suas próprias vulnerabilidades internas e externas, mesmo que tenha que tomar posição contrária a hegemonia estadunidense (BANDEIRA, 2013). Os Estados Unidos possuíam, e a ainda detém, o desejo que o Brasil, e outros países emergentes, busquem o seu desenvolvimento pelo resultado natural das forças de mercado, mesmo que os próprios não tenham adotado essa prática para alcançar seu desenvolvimento econômico (CHANG, 2004). Quando o Brasil avança em procurar seu desenvolvimento econômico de forma autônoma, potencializando seu mercado interno e tornando o Estado um investidor público, os Estados Unidos percebem que seria prejudicial a existência de outra potência regional forte nas Américas, e por isso tenta dissuadir o Brasil de empregar sua estratégia autônoma (BANDEIRA, 2013).

No século XXI, a importância dos Estados Unidos como parceiro econômico do Brasil diminuiu em grande escala, não havendo mais laços possíveis para os Departamento de Estado americano sufocar economicamente e politicamente o Brasil, como realizou pela Lei da Informática, em 1987, ou pelas patentes farmacêuticas (BANDEIRA, 2013). Lula recuperou a autonomia política e econômica do país, reduzindo sua vulnerabilidade interna e externa ao investir em obras públicas e um mercado interno fortalecido, incluindo as massas na sociedade através da expansão de consumo e expandindo a projeção econômica do país ao realizar alianças estratégicas de eixos multiníveis para a maior penetração do mercado brasileiro a nível internacional (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

O Brasil conseguiu estabilizar suas contas públicas e saldar sua dívida com o FMI, tornando-se credor da instituição e guardou reservas de mais de \$300 bilhões (BOITO; BERRINGER, 2013). Dessa maneira, não há como a instituição intervir no país e obriga-lo a adotar práticas neoliberais em sua economia para o estrangulamento fiscal da crescente potência do Brasil, esfacelando seu mercado interno e o consumo de suas famílias. Portanto, se faz necessário a adoção de novas táticas para mudar seu paradigma político-econômico e validar

os interesses estratégicos dos Estados Unidos em eliminar possíveis candidatos a potência regional e global, como a crescente do Brasil.

Segundo Korybko (2018), o objetivo dos Estados Unidos no século XXI se restringe a Dominação em Espectro Total, consolidando sua hegemonia regional e internacional, estabelecendo os Estados Unidos como a única superpotência global e retornando a unipolaridade do sistema internacional do Pós-Guerra Fria. O novo século americano consiste na conquista de localizações estratégicas para obter acesso a novos mercados e recursos naturais, utilizando de mecanismos indiretos para criar um conflito híbrido que ocasione na mudança de paradigma político do Estado-alvo (RODRIGUES, 2020).

Quando Obama elegeu-se presidente dos Estados Unidos, houve uma reformulação na política externa estadunidense a fim de inserir contramedidas econômicas para a contenção do Brasil e da China e a preservação de sua zona de influência hemisférica, impedindo a penetração de outras potências internacionais nas Américas (como, no caso, a China) (PECEQUILO, 2013). Os Estados Unidos compreendem que qualquer vácuo na América Latina pode ser ocupado por uma força estrangeira e constringer os interesses estratégicos estadunidense, e por isso, é de extrema importância que os Estados Unidos reforcem a instituição de sua ordem regional durante o século XXI (KELLY, 1997).

Seguindo a mesma lógica de preservação de sua hegemonia regional, os Estados Unidos atuam de maneira a dissuadir a ascensão de países regionais, com o perigo dos mesmos irem para além da linha de consentimento e comecem a contestar ativamente a ordem estadunidense. Os Estados Unidos se veem no direito à resposta da ascensão de países emergentes que aspiram a ser potência no momento em que seus interesses estratégicos começam a se chocar na dimensão político-econômica mesmo que os emergentes não possuam caráter confrontacionista, pois para os Estados Unidos, qualquer candidato é possível ascender como um adversário internacional (BRUCKMANN, 2011; PECEQUILO, 2013; RODRIGUES, 2020)

Na visão de Rodrigues (2020), “Quanto maior for a margem de hegemonia desses e outros Estados [da América do Sul], mais elevadas as chances de choque de interesses com a hegemonia estadunidense”. Como forma de conter a ascensão de potências regionais, os Estados Unidos busca preservar sua presença militar e diminuir a capacidade das forças militares da região; estabelecer parcerias econômicas baseadas nos princípios de liberalização, possuindo maior margem de penetração no mercado regional; expurgar a presença chinesa na

região, considerando esta uma tarefa para a conservação de sua segurança hemisférica; e a contenção da projeção regional do Brasil, sabotando seus projetos de projeção, como o Mercosul, Unasul e sua aliança com o BRICS (RODRIGUES, 2020). Segundo Pecequilo (2021), a ascensão do Brasil, seu nível de projeção regional crescente e o interesse estratégico nos recursos naturais nacionais foram as razões que levaram os Estados Unidos a reativar suas ferramentas de projeção para a América do Sul:

A elevação do prestígio brasileiro e as questões energéticas (as reservas do pré-sal brasileiro e no Atlântico Sul) levam à reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul, a continuidade do Plano Colômbia e as pressões sobre a Tríplice Fronteira. A reativação da Quarta Frota responde aos avanços chineses e indianos na América Latina, e ao incremento da cooperação militar entre Venezuela e Rússia (e da aproximação da Venezuela com o Irã). Mais adiante, a constituição do Conselho de Segurança da UNASUL (CDS) torna-se fonte de preocupação para os norte-americanos.

O Brasil foi protagonista no aprofundamento dos processos regionais da América do Sul durante os governos de Lula, ampliando a capacidade política e econômica do Mercosul com a firmação de novas parcerias globais (como UE, Israel, e Brics), a criação da Unasul como um fórum de discussão sul-americano, e o progresso nos tratados envolvendo a CELAC (PECEQUILO, 2010). A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano pela Unasul fez despertar sinais preocupantes para os Estados Unidos, que levou a reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul (FERNANDES, 2020b). A suspensão do afastamento de Cuba na OEA após 47 anos, o projeto IIRSA de integração da infraestrutura regional por vias autônomas, e o Brasil como protagonista regional para alianças extra regionais, como o BRICS, foram outras variáveis que fizeram os Estados Unidos considerar que sua ordem regional e seus interesses estratégicos estavam sendo contestados indiretamente pelo Brasil (FERNANDES, 2020b; PECEQUILO, 2010).

Como os Estados Unidos estavam priorizando sua guerra ao terror, com a invasão do Afeganistão e do Iraque, os projetos políticos progressistas que Lula compartilhava com os outros Estados sul-americanos ganharam força e projeção para a região, criando assim visões alternativas de integração regional, como a Alternativa Bolivariana para as Américas (PECEQUILO, 2010). Além disso, os Estados Unidos percebem as instituições regionais sul-americanas como contraposição de seus projetos de integração para a região, como a Iniciativa para as Américas (IA) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que possibilitariam a maior penetração econômica estadunidense através da instituição de uma área de livre comércio para o escoamento de seus produtos manufaturados para a região (PECEQUILO, 2013). Thomas Shannon, embaixador estadunidense no Brasil, afirmou em entrevistas que a expansão da Odebrecht e países como Venezuela e Cuba prejudicavam a realização do projeto



da ALCA, sendo um contratempo para os Estados Unidos (FERNANDES, 2020b). Além disso, o embaixador afirmou que o Brasil tinha um claro objetivo de criar uma união forte na América Latina, que tinha a mesma ambição intelectual e ideológica do Foro de São Paulo (FERNANDES, 2020b).

Desse modo, se fez necessário afligir o protagonismo regional e internacional do Brasil, desestruturando seu complexo econômico baseado na infraestrutura e extração de recursos energéticos (empreiteiras e a Petrobrás), e o alinhamento direto do país aos interesses estratégicos estadunidenses (RODRIGUES, 2020). Em anos posteriores, pode-se observar que com a aplicação da Operação Lava-Jato, as empreiteiras brasileiras envolvidas nos projetos de integração regional finalizaram suas atividades, e seus projetos de infraestrutura foram ocupados por grandes conglomerados internacionais, em sua maioria estadunidenses (SANTOS, 2018)

Em 2002, as eleições brasileiras foram vistas com forte aversão pelos Estados Unidos devido o favoritismo de Lula da Silva na corrida presidencial, um líder sindicalista com forte viés de esquerda. Os grupos neoconservadores dos Estados Unidos estavam preocupados com a “virada a esquerda” que a América Latina vivenciava com a eleição de Hugo Chávez, que possuía um viés contestador anti-hegemônico dos Estados Unidos (PECEQUILO, 2010). A eleição de Lula era vista como mais uma contribuição para a formação do “eixo latino do mal”, semelhante ao “eixo do mal” composto pelos inimigos internacionais estadunidenses, como Irã, Iraque e Coreia do Norte, eixos estes que preocupavam a segurança nacional dos Estados Unidos e a estabilidade global (PECEQUILO, 2010).

No entanto, Lula tratou de acalmar os ânimos dos Estados Unidos quando se elegeu, propondo um diálogo pragmático com a potência de forma que ambos os interesses nacionais sejam realizados de maneira conjunta.

Quando fui eleito para a Presidência, várias pessoas anteciparam a deterioração das relações Brasil-EUA. Eles estavam completamente errados. Muito pelo contrário, as nossas relações vivem hoje um dos seus melhores momentos. As relações econômicas e comerciais foram alargadas e o nosso diálogo político atingiu um nível elevado. Nós dois entendemos, os EUA e o Brasil, nossa importância política e econômica e as responsabilidades que daí advêm [...] um diálogo estratégico privilegiado. Nesse marco [...] as relações EUA-Brasil são significativas e seu aprimoramento é um legado para os que se apresentarem (SILVA, 2005).

Devido as suas conquistas a nível internacional, retomando a autonomia e prestígio político para o Brasil, Lula foi visto pelos Estados Unidos como um “líder responsável” da esquerda, sendo acompanhado da Presidente Michelle Bachelet no Chile (PECEQUILO, 2010).

Condoleezza Rice, Secretária de Estado de Obama, inseriu o Brasil no mesmo lado de China, Índia, Rússia e África do Sul como Estados relevantes da nova ordem internacional. Além disso, Rice estabeleceu o Brasil como novo líder regional e parceiro global dos Estados Unidos, elogiando sua agenda universal pautada em princípios sociais que refletia em progresso social para seu país (RICE, 2005, 2008). No entanto, os Estados Unidos interpretam seus interesses estratégicos como um objeto sagrado, e ultrapassam até mesmo as parcerias mais próximas se estiverem na frente da realização de seus objetivos políticos e econômicos. Thomas Shannon observa que, com a ascensão do Brasil em escala regional e global, era tempo até que seus interesses entrassem em choque. Em suas palavras “os EUA precisam se acostumar de que, a partir de agora, vão encontrar com o Brasil em lugares onde antes não esperavam” (VIEIRA, 2010).

Em 2013, as denúncias de Edward Snowden, ex-administrador de dados da CIA, publicadas pelo jornalista Greenwald, abalaram as relações entre o Brasil e os Estados Unidos e evidenciou o real interesse estadunidense no território brasileiro. As denúncias indicavam que a National Security Agency (NSA) praticava espionagem nos próprios cidadãos estadunidenses, recolhendo seus dados pessoais a fim de fiscalizar se os mesmo estavam envolvidos com atividades terroristas (PECEQUILO, 2014). No entanto, a NSA também espionava países inimigos e aliados dos Estados Unidos, e as denúncias comprovavam que não apenas o Brasil, mas como a Presidente Dilma Roussef estava sendo espionada e empresas estratégicas nacionais do setor energético, como a Petrobras (TRINKUNAS, 2013). As denúncias de Snowden confirmam que os Estados Unidos possuía interesse em obter acesso e controlar os campos petrolíferos brasileiros, com o fim de sustentar sua base energética nacional e afastar a penetração de outras potências globais no Brasil.

As relações bilaterais entre os Estados Unidos entre 2011 e 2014 tiveram inflexões, em razão da aspiração dos Estados Unidos em preservar seu poder regional e global a fim de retornar o sistema internacional a ser unipolar, tendo os Estados Unidos como a potência hegemônica internacional (PECEQUILO, 2012). A percepção estadunidense sobre o Brasil mudou no momento em que o país alcançou autonomia política e econômica em suas relações multilaterais, não havendo a necessidade de manter-se exclusivo aos Estados Unidos. Dessa forma, os Estados Unidos viu o Brasil como uma ameaça, pois seu protagonismo regional poderia vir a interferir na realização de seus interesses estratégicos para a região da América do Sul.

Boito Jr e Berringer (2013) citam outras atividades do Brasil em campo internacional que valem menção para evidenciar a desaprovação dos Estados Unidos com o país e sua insegurança com a possibilidade do Brasil tornar-se uma potência regional. Em 2003, o Brasil desaprovou a invasão ao Iraque, reivindicando o direito de autodeterminação dos povos e da falta de recursos para tornar a invasão válida internacionalmente. Em 2009, em meio ao golpe político em Honduras, o Brasil recebeu em sua embaixada o Presidente Manuel Zelaya deposto de seu cargo pelas forças militares – tanto os Estados Unidos como a Europa condenavam seu regime e catalogava-o como comunista e populista. O Brasil também adotou uma posição divergente dos Estados Unidos enquanto as negociações da produção de urânio no Irã, que ensaiavam em tornar o país autônomo, e sobre a instalação de bases militares estadunidenses na Colômbia, que buscavam expandir a presença militar estadunidense sobre a América do Sul (BOITO; BERRINGER, 2013). Além disso, deve-se lembrar a aproximação do Brasil com a Rússia e a China através dos BRICS, com a China se tornando o principal parceiro econômico do país a partir de 2009 (METAPOLITICA, 2021).

No século XXI, o objetivo dos Estados Unidos centraliza-se em desestimular projetos nacionais autônomos que ambicionem alcançar o patamar de potência, ou qualquer atividade que circunde uma crítica ou contestação da ordem internacional. Para neutralizar seus adversários políticos, os Estados Unidos utiliza de táticas de guerra híbrida com a finalidade de implodir seu alvo internamente, provocando divisões sociais e caos político, acarretando em uma mudança de regime que beneficie os seus interesses estratégicos no território ou região. Seus anseios centram-se em retornar o sistema internacional para o nível unipolar, tornando-se a única potência hegemônica global e contemplando todos os seus interesses estratégicos.

Em relação ao Brasil, os Estados Unidos observou o Estado brasileiro como uma potencial ameaça para sua ordem regional e global e para seus interesses estratégicos, em razão do posicionamento do Brasil como uma potência em ascensão, dotada de autonomia política e econômica para provocar reformas em âmbito regional e internacional que debilite o planejamento estadunidense para o novo século. Apesar de ser um contestador tolerante da ordem internacional, propondo políticas de solidariedade internacional, o Brasil despertou um sinal de ameaça em potencial para os Estados Unidos devido ao seu prestígio adquirido e uma agenda de uma ordem internacional alternativa, pautada em novos atores emergentes.

As principais razões dos Estados Unidos considerar o Brasil um ator desestabilizador de sua ordem e um empecilho para a realização de seus interesses se deve: (I) pelo protagonismo regional do Brasil em formar instituições regionais autônomas para o processo de integração da

América do Sul; (II) pelo protagonismo global em intitular-se como líder das potências emergentes e pela crescente agenda de cooperação sul-sul; (III) pela aliança firmada através do BRICS, direcionando a ordem internacional para as potências emergentes, e sua aproximação com a Rússia e a China; (IV) por garantir que através de uma política externa autônoma e soberana uma nação pode projetar-se internacionalmente e garantir seus interesses nacionais e seu desenvolvimento pleno; (V) pelo seu choque de interesses políticos, na formação de uma ordem multipolar, e interesses econômicos, onde os Estados Unidos clamava pelo acesso ao Pré-Sal.

Desse modo, esclarece-se que os Estados Unidos possuía interesse em conter a ascensão do Brasil como potência para validar os seus interesses estratégicos na região e cumprir com seu objetivo de instauração de uma ordem internacional unipolar. Como forma de dissuadir o Brasil, os Estados Unidos abusou da nova tática de conflito do século XXI, as guerras híbridas, aplicando instrumentos indiretos no país como maneira de provocar uma mudança de regime que mudasse o paradigma político autônomo do país e alinhasse as diretrizes nacionais com os interesses estadunidenses.

### **3.3 Conclusão do Capítulo**

Em 2002, Lula da Silva assume a presidência e começa a reformular a política interna e externa do país. Internamente, apesar de vestígios da ordem conservadora anterior que frisa a importância da estabilidade das contas públicas, Lula investe em fortalecer seu mercado interno, aplicando investimentos públicos em obras de infraestrutura e incluindo as classes baixas na sociedade através de políticas de distribuição de renda. A conjuntura externa se mostrava favorável para a exportação das commodities brasileiras, gerando superávits comerciais e financeiros para o país e ao expandir e fortalecer o mercado interno, Lula consegue tornar o mercado interno resistente à crise econômica mundial. A política macroeconômica de Lula pautada no neodesenvolvimentismo, colocando o Estado como um ator essencial para o desenvolvimento econômico e social da nação, possibilita o país a ter picos de crescimento do PIB nacional de até 7%, que se converte em um grande bem-estar social para a população brasileira e gera prestígio político para Lula.

Em matéria internacional, Lula direcionou sua política externa através da “autonomia pela diversificação” que priorizou alianças do eixo Sul-Sul, aprofundou a integração sul-americana e teve uma posição internacional assertiva, pautada pela autonomia, soberania e desenvolvimento econômico e social da nação. O Brasil torna-se uma potência em ascensão

em cenário regional e global, ganhando prestígio político pela excelência de seu corpo diplomático e pela diplomacia presidencial de Lula da Silva.

Dilma Roussef foi a sucessora de Lula da Silva, e possuía o desejo de continuar com o plano neodesenvolvimentista de Lula, mantendo o Estado como um investidor público, ator para a distribuição de renda e facilitador da dignidade de vida da população. No entanto, Dilma teve que lidar com um cenário internacional desfavorável para o Brasil, que fez toda a base econômica do Brasil se desestruturar e entrar em processo de desindustrialização. Em meio a desaceleração econômica e a adoção de medidas ortodoxas que constrangeram o poder do Estado brasileiro em investir no país, a economia brasileira entra em recessão e o PIB nacional sofre uma grave queda. Dilma começa a ser cercada pela pressão social das ruas, que demandava por melhorias gerais na sociedade brasileira, pressão política, de seus adversários políticos e da operação anticorrupção Lava-Jato que envolvia seus aliados políticos, e pela pressão internacional, que cada vez torna seu mandato mais difícil. A crise econômica do país leva a uma crise política, e Dilma sofre impeachment em 2016, antes de finalizar seu segundo mandato.

Diferente de Lula, Dilma não teve uma política externa ativa. Sua prioridade estava na política interna do país, que necessitava de sua atenção para ser estabilizada. Dilma estava comprometida com os mesmos ideais de autonomia e desenvolvimento através da diplomacia instituídos por Lula, contudo, o cenário internacional turbulento não trouxe oportunidades favoráveis para a inserção do Brasil, e Dilma optou por seguir uma política externa reativa aos fenômenos internacionais.

Em contrapartida a ascensão do Brasil, os Estados Unidos começa a observar o país como uma potencial ameaça para a sua ordem regional, realização de seus interesses estratégicos e a consumação da volta a ordem unipolar ansiada. As principais razões dos Estados Unidos ter essa percepção do Brasil pauta-se devido a forte autonomia política internacional do país, a sua projeção regional e global, as alianças multilaterais firmadas com os novos países emergentes e adversários políticos dos Estados Unidos, e sua postura de contestador assertivo, porém tolerante da ordem mundial. Além disso, os interesses econômicos entre os Estados Unidos e o Brasil começam a entrar em choque. Os Estados Unidos centra no Brasil o interesse em obter controle e acesso ao Pré-Sal e seus vastos campos petrolíferos que trariam ganhos significativos para a base energética estadunidense. De outra maneira, há também o desejo de controlar a Amazônia Azul, tanto devido a sua riqueza em recursos

energéticos como devido ao acesso as rotas comerciais, que permitiriam a dissuasão de outras potências internacionais, como a China e a Índia.

Devido a estas explicações, esclarece-se que ao ver o Brasil como uma potencial ameaça devido a sua ascensão internacional, os Estados Unidos aplicam táticas de guerra híbrida no Brasil, utilizando meios indiretos para causar o caos social e político com a finalidade de viabilizar uma troca de regime que mude o paradigma político do país para alinhar-se com os interesses estratégicos dos Estados Unidos e contribuir para a volta de um sistema internacional unipolar.

#### 4. A Guerra Híbrida em Curso no Brasil

Nesse capítulo iremos analisar e identificar os principais eventos políticos que possuem ligação com a aplicação da guerra híbrida no Brasil. Dessa forma, iremos utilizar a perspectiva de Korybko (2018) e Zanin (2019) para identificar características de revolução colorida e lawfare nos fenômenos políticos do Brasil conhecidos como Jornadas de Junho de 2013, sendo um evento que movimentou a população a voltar-se contra o governo do Partido dos Trabalhadores, e a Operação Lava-Jato, que utilizou o campo jurídico para endossar o discurso de anticorrupção e respaldar suas investigações de esquemas de corrupção entre os principais aliados do governo. Ao mesmo tempo, também iremos pontuar o envolvimento de agentes estrangeiros dos Estados Unidos nesses eventos políticos. O objetivo desse capítulo é esclarecer a conjuntura política e social que formou a configuração necessária para a execução da guerra híbrida no Brasil, e analisar a guerra híbrida em curso no Brasil que provocou uma troca de regime que transfigurou os paradigmas políticos do país.

Como apresentado no primeiro capítulo, a guerra híbrida é a nova forma de conflito do Século XXI, onde unidades estatais e não estatais utilizam-se de ferramentas diretas e indiretas para provocar uma troca de regime que favoreça a realização dos interesses da unidade que emprega o conflito híbrido. As guerras híbridas possuem características íntegras ao seu método de emprego, sendo um conflito complexo, assimétrico e ambíguo, envolvendo todas as dimensões da sociedade para subverter a vontade de outro ator de forma indireta. Seu objetivo constitui-se de causar a implosão do Estado-alvo, ou seja, provocar a instabilidade política e social interna por meios indiretos, de modo que as próprias forças do Estado-alvo provoquem uma troca de regime que mude o paradigma político do Estado para prevalecer os interesses estratégicos da unidade que emprega a guerra híbrida.

No século XXI, os Estados possuem maior disponibilidade em aplicar as táticas de guerra híbrida devido a difusão de tecnologias provocada pela globalização, que permite que operações psicológicas e guerras de informação sejam empregadas com maior eficiência. A guerra híbrida possui um leque de vantagens benéficas para o Estado agressor, pois exige um menor remanejamento de recursos para causar a instabilidade no Estado-alvo e o conflito híbrido indireto permite que o Estado agressor se camufle pela névoa da guerra, de modo que preserve sua imagem internacional positiva. Além disso, a guerra híbrida ainda é carregada de fatores que envolvem a imprevisibilidade, adaptabilidade e ambiguidade, que permite que o Estado agressor tenha ímpeto estratégico para surpreender o Estado-alvo e garantir a realização de seus interesses fundados na troca de regime almejada.

Segundo Korybko (2018), os Estados Unidos adotam as guerras híbridas como a sua tática para o século XXI, buscando provocar instabilidades em espaços estratégicos para a realização de seus interesses políticos e econômicos pautados pela busca de novos mercados, recursos naturais e expansão de seu império. As táticas de guerra híbrida adotadas pelos Estados Unidos pode ser evidenciada com o seu “Manual para Guerras Não Convencionais das Forças Especiais dos Estados Unidos”. Seu objetivo maior centraliza-se na estratégia de Dominação em Espectro Total, retornando o sistema internacional a unipolaridade, fazendo dos Estados Unidos a única potência internacional e a preservação de sua ordem regional e global. Para realizar seus objetivos, os Estados Unidos considera que qualquer potência contra hegemônica, ou que possua um perfil de contestador de sua ordem, deve ser neutralizada o quanto antes, em razão de preservar a estrutura internacional atual que favorece a realização de seus interesses estratégicos e conservar a sua ordem regional através da prevenção de penetração de potências estrangeiras adversárias e de governos que aspirem a autonomia política.

No Brasil, o fenômeno da guerra híbrida em plano nacional começou a ser verificada em 2016, por Pepe Escobar, que ressaltou que uma revolução colorida estava em curso no Brasil e possuía objetivos claros em depor a Presidente Dilma Rousseff de seu cargo de chefe de Estado. Escobar (2016), salienta que características de cooptação da população através de manifestações populares dissimuladas contra o governo, sem objetivo claro, estavam sendo apresentadas através das ondas de revolta iniciadas pelas Jornadas de Junho de 2013, e o movimento possuía respaldo político através das investigações da Operação Lava-Jato que deslegitimava o governo do Partido dos Trabalhadores. Em conjunto com Escobar, Souza (2018) também considera que o Brasil fora alvo da tática de revolução colorida para a mudança de regime, instituindo um novo governo com interesses divergentes do anterior.

De outra maneira, Leiner (2020b) fornece outra visão sobre o fenômeno da guerra híbrida no Brasil, e considera que o país fora alvo de conflito híbrido através de sua ala militar, que almejava expandir sua influência no Poder Executivo ao colocar um dos aliados das instituições militares como chefe de Estado do Brasil – sendo isso realizado com a eleição de Bolsonaro. Zanin, Marins e Valim (2019), destacam que autoridades jurídicas brasileiras utilizaram do lawfare, protagonizado pela Operação Lava-Jato para influenciar no campo político e colaborar com a guerra híbrida em curso para realizar a deposição da Presidente Dilma. Engdahl (2016) define o afastamento de Dilma como tática marcada pela aliança entre as autoridades jurídicas e políticas, uma nova forma de revolução colorida que contribui para o sucesso da guerra híbrida. Já Magalhães (2021), observa a Operação Lava-Jato e as



manifestações sociais da Jornada de Junho como táticas conjuntas das elites nacionais para a realização de seus objetivos políticos em específico.

Em outra perspectiva paralela, a literatura militar brasileira evidenciada pelo portal Defesa.net, interpreta o conceito de guerras híbridas de outra maneira, e considera que o Brasil sofreu de investidas híbridas de movimentos sociais e da aliança entre Rússia e China, que têm como objetivo a deposição do Presidente Bolsonaro (DEFESANET, 2019; NINIO, 2019). No entanto, não há evidências concretas que esses atores tenham adotado estratégias híbridas para imobilizar o Brasil, não havendo documentos que relatem os interesses Chineses e Russos no Brasil, considerando que os mesmos estão mais interessados em suas áreas regionais, e havendo a carência de objetivos internacionais que envolvam o Brasil. Sobre a questão dos movimentos sociais, os mesmos não possuem as ferramentas e os recursos necessário para provocar um conflito híbrido no Brasil, considerando ainda que há extrema repressão policial e discursos de criminalização destes movimentos, que impede os mesmos de praticar qualquer tática de instabilidade contra o governo.

Para examinarmos e compreendermos os últimos fenômenos políticos do país, iremos utilizar a concepção de guerras híbridas cristalizada por Korybko (2018). Considera-se esta a visão mais consistente da guerra híbrida devido a incorporação de teorias geopolíticas e militares para a sua explicação, considerando eventos políticos recentes em outras regiões para a estruturação da teoria, e sua exposição das ferramentas indiretas aplicadas para garantir o sucesso da guerra híbrida. As ferramentas da guerra híbrida trabalhada por Korybko, como a revolução colorida a guerra não convencional, nos ajudam a reconhecer com precisão o fenômeno de troca de regime através da intervenção indireta. Em conjunto com a visão de Korybko, iremos também analisar o recorrente exercício do lawfare para consumação da troca de regime, que é visto como uma das ferramentas da guerra híbrida por Zanin, Marins e Valim (2019) que possibilita a legitimidade do conflito híbrido e seu curso constante.

Além disso, percebe-se que os Estados Unidos possui interesses estratégicos em conter a ascensão do Brasil em perspectiva regional e global. Seus interesses são evidenciados através das (I) declarações de suas autoridades políticas, como embaixador Thomas Shannon e Ex-vice presidente Joe Biden, em obter acesso e explorar o Pré-Sal brasileiro; (II) a percepção do Brasil como ameaça econômica e política ao reativação da Quarta Frota Americana no Atlântico Sul e outros conjuntos para a projeção militar dos Estados Unidos na América do Sul; e (III) objetivos traçados através do plano “Novo Século Americano” em neutralizar potências emergentes para retornar a unipolaridade ao sistema internacional. As últimas atividades

estadunidenses para a América do Sul confirmar seu receio na ascensão de uma nova potência regional que conteste a sua ordem regional e global e entre em conflito com seus interesses estratégicos, tanto políticos como econômicos. Desse lugar, parte-se a necessidade dos Estados Unidos em praticar táticas de guerra híbrida, evidenciada pela estratégia de “Dominação em Espectro Total”, para neutralizar a ascensão de um país autônomo e soberano que domine seu quintal, a América do Sul, e viole sua zona de influência e sua segurança hemisférica.

Nas seções seguintes, iremos explorar a fundo os eventos das Jornadas de Junho de 2013 e da Operação Lava-Jato, identificando características que possuem compatibilidade com a teoria da guerra híbrida e de suas ferramentas de aplicação, a revolução colorida e o lawfare. Ao estudar estes eventos, poderemos ter um panorama claro sobre os fenômenos que influenciaram a mudança de regime no Brasil e a modificação do paradigma político do país que passou a ser alinhado com os interesses estratégicos dos Estados Unidos.

#### **4.1 Revolução Colorida no Brasil: As Jornadas de Junho de 2013 e as ondas de manifestações sociais consequentes**

Em retrospecto, lembramos que a revolução colorida é um conjunto de táticas de operação psicológica e guerra de informação que possui a finalidade de cooptar a população-alvo a voltar-se contra o seu governo e possibilitar a mudança de regime que favoreça os interesses do ator agressor do conflito híbrido. A revolução colorida funciona como uma das ferramentas da guerra híbrida, que captura a cognição social do alvo e garante o elemento de imprevisibilidade que surpreende o alvo ao perceber que sua própria população está contra seu governo eleito, sem haver tempo de resposta. No século XXI, a revolução colorida pode ser amplamente propagada devido a difusão das tecnologias, causada pela globalização. Dessa maneira, o Estado agressor pode bombardear a população alvo através de propagandas tendenciosas e notícias sensacionalistas para provocar a divisão social e o caos político, deslegitimando o governo eleito e incentivando a população a tomar atitudes devido a ineficiência de seu governo – no caso, ocasionando na troca de regime almejada pela guerra híbrida.

Anterior as Jornadas de Junho de 2013, é necessário apresentar a conjuntura nacional e as razões do descontentamento da população e da elite com o Partido dos Trabalhadores, que levou a camada civil da sociedade tornar-se vulnerável e servir para os propósitos da guerra híbrida, aplicando a tática de revolução colorida para a queda da autoridade eleita.

#### **4.1.1 Desarticulação do Pacto-Social Conciliatório: A Origem da Vulnerabilidade Social do Brasil**

Analisando os mandatos de Dilma Rousseff, observa-se que a Presidente não conseguiu manter o pacto social-conciliatório estabelecido por Lula da Silva. Segundo Magalhães (2021), em seu primeiro mandato, Dilma desagradou a camada bancária ao baixar os juros e spread bancário. No seu segundo mandato, a adoção de políticas de ajuste fiscal, austeridade pública e contenção de gastos, afetou severamente a camada industrial. Em conjunto, com a política externa voltada para sustentabilidade e com viés ambiental, destacando a preservação da Amazônia e a demarcação de terras indígenas, o setor do agronegócio criou aversão a imagem do governo do Partido dos Trabalhadores.

A prioridade ao setor primário causou discórdia entre o setor industrial, que levou a declarações públicas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em visão contrária a agenda de exportação de commodities, a redução da participação industrial no PIB nacional e a priorização de produtos importados sobre a produção nacional (SKAF; HENRIQUE; SILVA, 2011). Posteriormente, a FIESP financiou manifestações populares contra o governo e pressionou o Congresso nacional a afastar Dilma de seu cargo (MAGALHÃES, 2021 *apud* MARTIN, 2016).

A elite política estava em conflito com Dilma, devido a apreensão com as mudanças sociais do Brasil e o caráter de esquerda do Partido dos Trabalhadores, e a eleição de um Congresso de base conservadora no segundo mandato de Dilma findou qualquer capacidade de governabilidade que o governo possuía através de suas alianças de coalizão (SANTOS, 2017). No momento em que Dilma ganhou as eleições de seu segundo mandato, a ala conservadora da elite política brasileira já contestou seu resultado, e depois da recontagem dos votos, o adversário político de Dilma, Aécio Neves, começou a defender publicamente seu impeachment (BENITES; BORGES, 2016).

A mídia tradicional brasileira desde os tempos do regime militar estava alinhada com a ala conservadora da elite política, e depois de Dilma desagradar setores cruciais da sociedade brasileira e ainda promover a pulverização de seu orçamento publicitário, seus ataques foram constantes para degradar a imagem da Presidente. Na visão de Bastos (2017), a mídia contribuiu para a defesa de um novo paradigma político para o Brasil que seguisse a diretriz neoliberal, priorizando o ajuste fiscal, reformas sociais pró-mercado, e a implantação de pacotes de austeridade para o crescimento do país. Dessa maneira, a mídia conduziu a narrativa de

perseguição do Partido dos Trabalhadores, alimentando o repúdio das elites políticas e econômicas do Brasil além de cobrir e apoiar integralmente as investigações da Lava-Jato, que estavam direcionadas para fabricar provas para a deposição de Dilma.

A ala militar brasileira também afastou-se do Partido dos Trabalhadores devido a ampliação do debate da Comissão Nacional da Verdade, de 2011, que possuía como finalidade investigar casos de violência contra os direitos humanos ocorridas durante o regime militar, procurando responsabilizar os agentes envolvidos ao invalidar a Lei de Anistia (ARRUDA, 2014). Na visão de Leiner (2020b), no momento em que os militares se sentiram pressionados pelo governo de Dilma, começaram a promover a imagem de Bolsonaro como resposta a ineficiência do governo e a apreensão de ficarem encurralados pela sociedade civil.

A instituição do marco regulatório para a exploração do Pré-Sal igualmente a prejudicou a imagem do Brasil para o setor privado de petróleo ao garantir exclusividade na exploração dos campos petrolíferas para a empresa estatal da Petrobras (MAGALHÃES, 2021). Documentos vazados do Wikileaks relatam que Dennis W. Hearne contactou empresas de exploração de recursos energéticas estadunidenses (como Chevron e Exxon) para articular uma união para findar a regulamentação da exploração do Pré-Sal (HEARNE, 2009). Membros da ala de direita do congresso, como José Serra, relatam que iriam realizar pressões políticas para o antigo modelo de exploração, onde haveria maior participação do setor privado.

Em âmbito da sociedade civil, apesar das políticas de distribuição de renda terem incluído as classes baixas na sociedade, a classe média brasileira sentiu-se ultrajada no momento em que teve que competir na ocupação de espaços que antes eram exclusivos para si, devido a ascensão social das classes baixas. A classe média viu-se em meio ao encarecimento de serviços, o crescimento da competitividade no mercado de trabalho, acesso ao ensino superior universalizado “retirando” suas vagas, e a destituição de privilégios fúteis, como a exclusividade dos aeroportos, de hospitais privados e bens de luxo (SOUZA, 2018). Desse modo, a única forma da classe média expressar esse ódio acumulado pela disputa de espaço com a ascensão das classes baixas foi a ocupação das ruas através de manifestações populares que possuíam um perfil elitista e discurso moralista sobre “mudar o Brasil para melhor”.

Além de seu cenário internacional desfavorável, da recessão econômica do país, e da ausência de governabilidade no Congresso Nacional para aprovar sua agenda presidencial, Dilma se viu cercada pela rejeição de setores decisivos da sociedade brasileira. A rejeição destes setores centrava-se na ineficiência do governo do Partido dos Trabalhadores em lidar com suas

demandas, que eram divergentes das políticas adotadas por Dilma. Nota-se que essa rejeição também é fruto do próprio pacto social-conciliatório estabelecido pelo PT, que por ser contraditório na ordem social e econômica do Brasil, não haveria maneiras de sustentar infinitamente esse projeto.

Ao não trabalhar em questões estruturais e mudanças sistêmicas na sociedade brasileira, limitando-se apenas a questões superficiais como o acesso ao consumo, o Partido dos Trabalhadores afastou-se de sua base social. Aplicando medidas de diretriz neoliberal em seu segundo mandato, Dilma descontentou as classes baixas e os movimentos sociais que ainda eram aliados do Partido dos Trabalhadores. No entanto, suas novas medidas macroeconômicas não conseguiram estabilizar a situação econômica, e conseqüentemente não recuperou o apoio da elite econômica.

Em meio a estes fatores, a perda de apoio de sua base eleitoral e pressão política, Dilma sucumbe na visão pública e a sociedade brasileira fica desestabilizada, provocando divisões sociais e a implosão do caos civil generalizado. A Jornada de Junho de 2013 foi o abalo inicial que deu seqüência a uma série de ondas de manifestações civis que provocam pressão social sobre o governo do Partido dos Trabalhadores, que em conjunto com a pressão política e a legitimidade fabricada pela Lava-Jato, subvertido para a implantação de um novo projeto de governo de diretriz neoliberal apoiado pela elite política e econômica do país, e que consuma a guerra híbrida no país.

#### **4.1.2 A Cooptação das Jornadas de Junho de 2013 para a Revolução Colorida**

Em junho de 2013, devido ao aumento do valor da passagem do transporte público, despertaram-se uma série de pequenas revoltas nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, que disseminaram-se sobre todo o território nacional (G1, 2013b). As denominadas Jornadas de Junho de 2013 foram protagonizadas por movimentos sociais que reivindicavam preço acessível ao transporte público e concentração maior de investimentos em infraestrutura, saúde e educação (EXAME, 2013). Após as manifestações serem rechaçadas pela polícia brasileira, elas obtiveram maior intensidade, e sua agenda de reivindicação expandiu-se para incorporar discursos anticorrupção, repulsa das obras para a Copa do Mundo, e o desejo de um “Brasil melhor”. A partir deste momento as reivindicações das manifestações começaram a ficar confusas e abstratas, não havendo um objetivo claro no horizonte, permitindo assim, que a narrativa das manifestações fosse comprada e conduzida por outros atores políticos e sociais.

A base da fundação das revoluções coloridas está no princípio de cooptar manifestações espontâneas para conduzi-las a provocar uma mudança de regime que favoreça os interesses de um terceiro ator. As formas de consumir o objetivo das revoluções coloridas está em impulsionar o movimento e causar a instabilidade social e política no Estado-alvo, impossibilitando o mesmo de reagir ao conflito ou mesmo de perceber que está inserido em um conflito híbrido. Essas características encontram-se nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil no momento em que as reivindicações sociais perdem sua voz, e o discurso de anticorrupção e a repulsa sobre as obras da Copa do Mundo ganham espaço (SANTOS, 2017). A mudança dessa narrativa permite a introdução de um novo perfil nas manifestações, caracterizado pela classe média brasileira que deseja recuperar seus privilégios perdidos devido a recessão econômica e a ampliação das políticas sociais do Partido dos Trabalhadores (SOUZA, 2020). De mesma maneira, a mídia começa a se interessar nas manifestações ao ver seus interesses contemplados no movimento, desejando igualmente uma resposta direta aos problemas de corrupção na estrutura política do Brasil e a retomada do crescimento econômico brasileiro, que havia sido desgastado devido a ressonância da crise econômica nos anos seguintes.

Segundo Korybko (2018), para que a revolução colorida obtenha sucesso, é necessário reivindicar o controle da narrativa através da propaganda, conseguindo dessa forma imobilizar o inimigo e ter vantagem sobre suas ações antecipadas. No Brasil, criou-se uma narrativa coesa envolta do combate à corrupção (MAGALHÃES, 2021). Em seu artigo de análise da Operação Mani Pulite, que foi usada como base para a Operação Lava-Jato, Sérgio Moro, líder da operação, reitera que é essencial que a mídia acompanhe as revelações da investigação para o sucesso da operação, gerando apreensão e medo nos indivíduos investigados (MORO, 2004). Engolida pela cobertura das manifestações, a mídia brasileira observou a Operação Lava-Jato como uma maneira de impulsionar o movimento e construir uma narrativa coesa sobre a história das manifestações. Dessa maneira, a população sentiu suas reivindicações validadas pelo respaldo midiático, o que aprofundou as divisões sociais e gerou a instabilidade social e política do país.

Segundo Rodrigues (2017), que realizou um estudo sobre a construção de história midiática por trás da Operação Lava-Jato, a imagem de Sérgio Moro foi canonizada como herói nacional na luta contra a corrupção, enquanto que o ex-Presidente Lula da Silva, que era acusado de participar de esquemas de corrupção, era projetado como o vilão e chefe de gangue, que trabalhava propriamente para levar o país ao precipício político. Deste modo, a mídia concedeu legitimidade e autoridade para a Operação Lava-Jato salvar o país do eclipse político

total, além de autorizar a população a praticar pressões sociais nas instituições democráticas para se obter uma resposta diante da ineficiência do governo federal, que beneficiaria diretamente o ator empregador da guerra híbrida.

A canonização da Operação Lava-Jato na mídia afetou diretamente a percepção da população sobre a gestão de Dilma Roussef, que devido a maior intensidade na cobertura da investigação sobre os casos de corrupção, teve uma queda vertiginosa em sua popularidade (G1, 2013a). Em consequência, a população revoltou-se com a situação do governo federal, e decidiu ocupar as ruas para exaltar sua revolta com a estagnação no país em um mar de corrupção. A pressão social organizada nas ruas forneceu o elemento necessário para o processo de impeachment de Dilma começar a ser debatido no Congresso Nacional.

Em perspectiva desses eventos, é possível observar que os eventos marcados pela Jornada de Junho possuem intrinsecamente em si elementos de operações psicológicas introduzidos através da mídia tradicional brasileira, que fazem parte da tática das revoluções coloridas. A incorporação do discurso anticorrupção na narrativa da Operação Lava-Jato potencializou as manifestações populares, que começaram a se tornar ambíguas e generalistas, sem haver reivindicação clara sobre como o país poderia alcançar o nível de satisfação popular. Sobre a pressão da mídia, das ruas, e da esfera política, a revolução colorida conseguiu emplacar seu desejo de troca de regime conduzido indiretamente, sendo realizado pelas próprias forças nacionais que posteriormente mudaram seu paradigma político para beneficiar o ato empregador do conflito híbrido.

Em outubro de 2015 foi aberto o processo de impeachment de Dilma Roussef, que foi instaurado somente em novembro do mesmo ano pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, após o Partido dos Trabalhadores ameaçar a sua posição política (CARTA CAPITAL, 2015). Com a divulgação da delação premiada de Delcídio de Amaral pela Lava-Jato em março de 2016, na qual o mesmo declara que Dilma e Lula teriam agido conjuntamente para travar as investigações da operação, organizou-se o maior protesto político contra o Partido dos Trabalhadores no mesmo mês, sendo protagonizado por movimentos de direita regados à símbolos e fantasias que remetiam o orgulho nacional do Brasil que estava sendo ferido com a corrupção da alta política e a ausência de punição para Dilma e Lula.

Na visão de Engdahl (2009), as revoluções coloridas seguem as táticas de protesto não violento de Gene Sharp para validar suas demandas, e abusam de símbolos e identidades nacionais para legitimar seus atos como uma “defesa” da integridade do país. Constata-se que

no Brasil, as mesmas características se fizeram presente com a “carvanalização” das manifestações populares (MAGALHÃES, 2021). Como forma de expressar sua revolta, a população que integrou as manifestações de 2016 produziu-se a caráter da bandeira nacional, pintando-se de verde e amarelo, vestindo a camiseta da seleção brasileira, e tornando a própria bandeira nacional em um símbolo da anticorrupção e associada ao espectro política da direita – situação que ascendeu a apolítica no Brasil. Além disso, as manifestações eram vistas como festas nacionais para salvar o país da corrupção, havendo a distribuição de camisetas com a escrita “Fora Dilma, Fora PT”, shows ao vivo, convidados famosos, shows de luz e fumaça, e bonecos infláveis gigantes de Lula e Dilma de imagem negativa, associando-os como personagens criminosos e mentirosos (SENRA, 2016).



(Figura 5) Bonecos infláveis gigantes de Lula e Dilma, em caricaturas irônicas.

As manifestações de 2015 para frente foram protagonizadas e organizadas por movimentos do espectro de direita que se formaram a partir das eleições de 2004, ganhando espaço ao atuarem no campo virtual para disseminar suas ideias. Entre os principais movimentos de direita destaca-se o “Vem pra Rua”, o “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “Revoltados On-line” (ROL). A união destes movimentos foi originada pelo discurso de combate à corrupção e aversão ao Partido dos Trabalhadores, não havendo o compartilhamento de um projeto de governo ou reivindicações sociais claras, sendo considerados como grupos organizados para realizar contraposição a ineficiência do governo federal em gerir a máquina pública

Analisando a atuação destes grupos de direita na internet observa-se que seu discurso central era pautado no antipetismo, conservadorismo moral, e uma visão liberal de mundo, validando a meritocracia, corte de políticas sociais, privatização e saudações a regulação automática do mercado (PENTEADO; LERNER, 2018). Os elementos que compõe conservadorismo moral brasileiro podem ser interpretados como os Cinco Anéis do indivíduo,



como explorado no primeiro capítulo com a Teoria dos Anéis. Dessa forma, pode-se considerar os componentes dos anéis do indivíduo brasileiro pertencente a classe média: a família (como o anel central do indivíduo); sendo seguido da religião ou igreja; a pátria; segurança civil; e suas relações de trabalho.



(Figura 6) Cinco Anéis da Classe Média Brasileira.

Considera-se a família como o aspecto vital para o indivíduo da classe média brasileira, sendo o anel mais próximo e aquele pelo qual o indivíduo zela pelo seu bem-estar. É na família que se concentra o objetivo final de vida do indivíduo, onde se cria um sentido para viver, e por isso, é considerado como o aspecto mais importante e onde há a necessidade assegurar sua segurança e integridade contra ameaças externas de seu entorno familiar. Em seguida, a matriz religiosa, geralmente atrelada a fé cristã, condensa os valores morais e o senso comum da sociedade, além de fornecer orientação para suas práticas sociais e a visão de aprovação geral. Da mesma forma que a família, o indivíduo compreende que ataques a sua matriz religiosa é um ataque a sua forma de ordenação social, e considera qualquer agente externo de sua ordenação social uma potencial ameaça para a sua integridade real. Para além da família e da religião, há uma concepção muito forte sobre a pátria e o território onde o indivíduo habita, havendo um dever do indivíduo com a sua bandeira que representa sua existência em sua totalidade. Quando há evidências de um sentimento nacional exaltado, é possível que o indivíduo tenha visões deturpadas dos adversários que estão por atacar sua pátria, e desse modo, adote discursos e práticas violentas para manter a estabilidade de sua nação.

A segurança civil também é um aspecto importante para o indivíduo devido ao seu interesse em manter o seu bem-estar social e de seus próximos, e por isso há a necessidade em manter seu bairro e sua comunidade em ordem, impedindo que agentes malévolos venham a

afetar o seu cotidiano e convívio social. Por último, há o anel das relações de trabalho, onde centralizam-se a importância depositada pelo indivíduo em suas práticas laborais, havendo repulsa sobre outros indivíduos que desprezam suas relações de trabalho ou visem afetar sua condição laboral. Deste modo, aqueles agentes que visam afetar a integridade de seu ordenamento social organizado pelos anéis, também são considerados como agentes que não se importam com as relações de trabalho ou até mesmo se opõe as práticas laborais. Em contexto geral, como explicado anteriormente no capítulo 1, os Cinco Anéis que compõe os indivíduos da classe média brasileira são os aspectos que constituem a sua integridade social, e por estarem atrelados a sua forma de comportamento e orientação na sociedade, são expressados de forma exaltada quando os indivíduos notam que os níveis que compõe seus cinco anéis estão em perigo, assim como seu próprio ordenamento social individual. Dessa maneira, há a necessidade de reação direta, a fim de combater o agente ou a unidade que está por colocar a existência do ordenamento da classe média brasileira em ameaça – no caso brasileiro, o Partido dos Trabalhadores e suas figuras políticas.

A narrativa principal dos grupos da nova direita brasileira seguia a ligação entre o Partido dos Trabalhadores e os esquemas de corrupção, aguçando, dessa forma, o antipetismo para seus seguidores, onde ocorria a associação automática da corrupção com as imagens de Dilma e Lula (PENTEADO; LERNER, 2018). Além disso, os grupos possuíam um perfil juvenil, alertando a juventude brasileira que era necessário tomarem atitudes para vivermos em uma nação melhor, em maior sentido ambíguo. Em consequência, estes grupos de direita conseguiram aplicar a vontade da guerra híbrida através dos novos sistemas de informação da internet, direcionando seu público, a população brasileira, a gladiar contra as autoridades políticas do país a fim de retornar a ordem a nação, ou seja, da implantação de um novo governo que instaure a ordem.

A presença da ala militar nas manifestações contra o governo federal também foi relevante para a legitimidade do movimento. Segundo Villas Bôas (CASTRO, 2021), a insatisfação da ala militar com o Partido dos Trabalhadores era expressa devido as evidências de corrupção e a recessão econômica do país, além da Comissão da Verdade, que poderia colocar a instituição em maus lençóis. Nas palavras do general, o vice-presidente Temer possuía o apoio e a legitimidade dos militares para assumir a presidência do país após o impeachment de Dilma, evidenciando o anseio do setor em retirar o Partido dos Trabalhadores da presidência pela mudança de regime. Com presença militar, a força policial brasileira não reprimiu as manifestações, e em certas avenidas, podia-se ver a população tirando fotos com os policiais que

supervisionavam as manifestações, mostrando a inclinação política de seu corpo (SOUZA, 2018).

Se sentindo encurralada por todos setores e pela sociedade civil nas ruas, Dilma indica Lula para o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência da República (G1, 2016b). Seu objetivo com essa manobra seria impedir que seu impeachment ocorresse através da mediação de Lula, que já havia se provada como um estadista pragmático que tinha a habilidade de conciliar os diferentes setores da sociedade brasileira. No entanto, Moro havia grampeado ilegalmente o telefone de Dilma, e conseguiu gravar uma ligação da Presidente com Lula, onde tirada de contexto, havia espaço para interpretação que tal manobra estava sendo realizada para interromper as investigações da Operação Lava-Jato sobre o ex-Presidente (CASTRO, NUNES e NETTO, 2016). No mesmo dia em que Dilma indicou Lula, a gravação foi transmitida por todos os veículos da mídia tradicional Brasil, o que levou a população brasileira a organizar as maiores manifestações contra o governo federal. Este evento pode ser considerado a faísca das ondas de manifestações posteriores das Jornadas de Junho de 2013, que intensificou o desejo da população civil para a deposição da Presidente Dilma. Havendo apoio popular e Dilma encurralada, o Senado Nacional aprova a abertura do processo de impeachment de Dilma, afastando-a da presidência com seu vice-presidente, Michel Temer, assumindo interinamente (G1, 2016c).

O impeachment de Dilma foi aprovado em 31 de agosto de 2016, sendo a presidente afastada de forma definitiva de seu cargo ao alegar que a mesma teria cometido crime de responsabilidade ao cometer as “pedaladas fiscais”, ou seja, retardar o pagamento dos bancos públicos para equilibrar o orçamento governamental. Tais práticas já haviam sido utilizadas e normalizadas pelos dois presidentes anteriores, sem que houvesse nenhuma penalização pelos seus atos (MEDONÇA e PUFF, 2015). A imagem subjetiva formada pela revolução colorida de que Dilma e o Partido dos Trabalhadores estavam ligados intrinsecamente aos esquemas de corrupção da alta política teve peso essencial no processo de impeachment, não havendo nenhuma consideração por parte da população civil sobre o ato das “pedaladas fiscais”.

Os adversários políticos do Partido dos Trabalhadores que estavam envolvidos no processo consideraram que o impeachment foi um “juízo político” (MEDONÇA e PUFF, 2015). Posteriormente, Temer afirmou em gafe histórica que “nunca apoiou ou se comprometeu com o golpe político” (MAGALHÃES, 2021). Com o impeachment consumado, após um mês no poder, os adversários políticos que provocaram o processo culpabilizando Dilma pelas

“pedaladas fiscais” aprovaram uma série de leis para disfarçar o orçamento público, possuindo o mesmo efeito das pedaladas fiscais (GUROVITZ, 2018).

A exposição dessa conjuntura política e social demonstra a ampla aplicação de operações psicológicas e guerras de informação para controlar a população alvo do Brasil e guia-la para aplicar a troca de regime. Nota-se que, inicialmente protagonizada pelos movimentos sociais, as Jornadas de Junho de 2013 mudaram seu perfil ao serem ocupadas pela classe média, que desencadeou uma onda de novas manifestações populares que reivindicavam a deposição do Partido dos Trabalhadores do poder, necessitando a volta da “ordem” ao país com um governo sobre nova direção. Em perspectiva, nos últimos eventos políticos do Brasil identifica-se elementos de revolução colorida como (I) forte oposição política ao Poder Executivo; (II) coerção midiática ao projetar uma imagem negativa do governo federal; (III) organização de manifestações populares realizadas por grupos de oposição de direita, seguindo características assimétricas com reivindicações abstratas; (IV) campanhas e operações multidimensionais massivas para deslegitimar o governo; e (V) apoio externo a grupos de oposição do governo.

Considera-se que a revolução colorida no Brasil obteve sucesso ao depor o regime vigente e instalar um novo regime, que mudou drasticamente o paradigma político do país e o alinhou com o interesse de potências estrangeiras. A revolução colorida no Brasil serviu para causar a instabilidade política e social no país, aprofundando as divisões da sociedade e afetando diretamente a esfera político, tornando o país suscetível para uma troca de regime que beneficiasse a elite política e econômica brasileira e favorecesse os interesses de um terceiro ator no sistema internacional. Na próxima seção iremos esclarecer os vínculos da revolução colorida no Brasil com agentes estrangeiros, que já possuíam interesse no Brasil, observaram as ondas de manifestação antigoverno como uma oportunidade para neutralizar o papel crescente do Brasil em plano regional e internacional. Depois, iremos analisar como o lawfare foi praticado pela Operação Lava-Jato, que teve um papel central para fabricar evidências e legitimidade para o processo de deposição e queda do Partido dos Trabalhadores.

#### **4.1.3 A Interferência Externa nas Ondas Precedentes das Jornadas de Junho**

Em junho de 2015, a Agência Pública divulgou um relatório de suas investigações sobre a origem da organização Movimento Brasil Livre (MBL). Neste relatório, destaca-se que a organização e suas atividades possuem vínculo intrínseco com organizações dos Irmãos Koch, altos empresários de petróleo e gás dos Estados Unidos (AMARAL, 2015). Através de arquivos,

documentos e entrevista, o relatório evidencia que o MBL foi criado pela organização liberal de direita Estudantes Pela Liberdade (EPL), versão brasileira da organização estadunidense Students for Liberty, e expõe as conexões íntimas do MBL com a Rede Atlas e organizações dos Irmãos Koch (MAGALHÃES, 2021). Em entrevista, o diretor da organização Estudantes Pela Liberdade explicou que o MBL fora criado com a pretensão de desvincular a imagem da organização de seus financiadores estadunidenses, a Atlas Network e o Studenst For Liberty. Dessa forma, o MBL seria uma máscara do EPL, com a finalidade de dissuadir pensamentos suspeitos que as autoridades políticas e a sociedade civil teriam ao perceber o apoio de agentes estrangeiros as manifestações que exigiam a troca de um governo que favorecesse seus interesses.

Outros grupos de direita também atuaram nas manifestações populares no Brasil com a finalidade de incentivar o caos social e a instabilidade política, como o Instituto Milenium, Instituto Misses, Instituto Liberdade e Estudantes pela Liberdade. Todos são vinculados a rede Atlas Network, que sustenta uma rede de organizações não governamentais e think tanks estadunidenses que visam a capacitação, financiamento, e disseminação de ideias conservadoras de forte teor neoliberal, visando a ampliação da penetração de agentes políticos e econômicos estadunidenses ao redor do globo (PENIDO; STÉDILE, 2021). Além da Atlas Network, as organizações liberais brasileiras que se apresentam como parte da “nova direita” igualmente recebem apoio financeiro e técnico do Cato Institute e demais organizações patrocinadas pelos Irmãos Koch, que espalha suas teias de organizações ao redor do globo com a finalidade de prevalecer seus interesses sobre o setor petrolífero e energético (SCHIAVON; BRAGHINI, 2020).

Em 2015, a Atlas Network publicou uma matéria elogiando as atividades do EPL nas manifestações populares do Brasil, considerando a formação e programa fornecidas a organização um tremendo sucesso, por estarem pondo em prática o conhecimento ministrado sobre como subverter seu governo local perante as visões ideológicas do neoliberalismo e a conquista da ‘liberdade’ (ATLAS NETWORK, 2015). A investigação de Lee Fang nos revela que a Atlas Network é financiada por empresas gigantes do petróleo, como os Irmãos Koch, citados anteriormente, e a ExxonMobil, que já demonstraram interesse na exploração e acesso ao Pré-Sal brasileiro (FANG, 2017). A revista Mother Jones (2005) também evidenciou o apoio financeiro da ExxonMobil para a Atlas. Nos relatórios financeiros anuais da Atlas Network, a Fundação Charles Koch e o Instituto Charles Koch são listados como financiadores nos relatório de 2016, 2017 e 2018 (MAGALHÃES, 2021).

Dessa forma, nota-se o envolvimento de agentes estrangeiros estadunidenses nos prosseguimentos das manifestações precedentes da Jornada de Junho de 2016. Considera-se que o movimento iniciado pelas Jornadas de Junho foi cooptado por grupos intitulados como “nova direita”, que possuíam treinamento, financiamento e conexões íntimas com agentes estrangeiros. Manipulando os grupos da “nova direita” para realizar seus interesses, agentes externos estadunidenses como a Atlas Network, Irmãos Koch e ExxonMobil, conseguiram conduzir o movimento da revolução colorida para provocar a deposição do atual governo que impedia a sua penetração no território nacional. No momento em que o governo vigente desmorona e forma-se outro governo aliado aos interesses neoliberais promovidos pelos grupos da “nova direita”, os agentes externos que colaboraram com a revolução colorida possuem seus interesses econômicos e validados através da concessão de acesso e exploração do Pré-Sal brasileiro, realizando a manutenção da base energética estadunidense e a ampliação do seu alcance de penetração na América do Sul, região rica em recursos naturais e energéticos.

#### **4.2 Lawfare no Brasil: A Operação Lava-Jato e a Fabricação de Legitimidade para a Guerra Híbrida**

Retornando ao conceito apresentado anteriormente no primeiro capítulo, o lawfare é compreendido como o ato de instrumentalizar o aparato jurídico para alcançar certo objetivo político ou militar. Em contexto de guerra híbrida, o lawfare é utilizado para legitimar o conflito híbrido, onde o Estado empregador do conflito híbrido abusa da lei e do direito para a realização de seus interesses estratégicos que provocam a troca de regime no Estado-alvo. De mesma maneira, o lawfare consegue esconder o Estado empregador do conflito híbrido através da névoa da guerra, e faz com que as linhas entre conflito e paz, adversário e aliado, e os interesses envolvidos, fiquem borrados e confusos, causando a instabilidade social e política no Estado-alvo. Nessa seção, iremos explorar se as características do lawfare podem ser identificadas nos eventos políticos recentes do Brasil, assim como analisar quais atores internos e externos estavam envolveram-se em operações anticorrupção que possuíam a finalidade de depor o atual governo vigente.

No Brasil, a esfera jurídica possui autonomia administrativa financeira, e seus juízes são considerados como a alta casta política da sociedade, possuindo um dos maiores salários do mundo e uma visão conservadora de desprezo por manifestações que se aliem com o espectro da esquerda (BOITO; SAAD-FILHO, 2016). Possuindo independência em suas atividades, o judiciário brasileiro é limitado em si mesmo, não havendo outros contrapesos para fazer oposição aos seus interesses (PAHNKE; MILAN, 2020). Na perspectiva de Mello e Rita (2019),

os privilégios de autonomia e independência da esfera jurídica brasileira permite que seus juízes sejam dotados de superioridade moral sobre os demais poderes, possuindo poder e influência para julgar assuntos de maior relevância para o país. A disseminação da apolítica pelos veículos de mídias tradicionais brasileiros igualmente fornece a esfera jurídica maior poder de influência sobre a opinião pública, que considera a lei sem questionar seus interesses e circunstâncias nas quais é aplicada (MAGALHÃES, 2021).

Em meio a essa configuração nacional, a prática de lawfare ganha espaço devido ao cenário favorável para a sua prática, havendo a contemplação da lei e do direito pela sociedade civil e instituições democráticas como divindades onipotentes. Apesar dessa diretiva, percebe-se que muitos dos direitos e objetivos estabelecidos pela Constituição de 88 não são cumpridos pelos administradores públicos, havendo, por então, uma arbitrariedade sobre como a lei é aplicada e quais interesses ela deseja garantir para a manutenção da ordem social e política no Brasil.

No momento em que denúncias de corrupção eclodem na sociedade a questão da ingerência da máquina pública e da obstrução da lei são levados como problemas de segurança nacional para a sociedade civil. Dessa forma, concede-se as operações anticorrupção a credibilidade e poder de sobrepassar direitos constitucionais fundamentais para retornar o Brasil à ordem (PRONER, 2019), mesmo que isso signifique a deposição do atual governo. Nesse sentido, nesta seção buscaremos analisar o papel da Operação Lava-Jato nos últimos eventos políticos centrais do Brasil, sendo a mesma responsável por empregar a narrativa da urgência em solucionar casos de corrupção no Estado brasileiro, a fabricação de evidências para a acusação do governo e a instrumentalização da lei para provocar a deposição do Partido dos Trabalhadores do poder.

#### **4.2.1 Operação Lava-Jato: Discurso Anticorrupção e Controle da Narrativa Política**

Em março de 2014, o Ministério Público Federal iniciou as investigações da Operação Lava-Jato, que possuía como finalidade apurar e punir práticas de corrupção e de lavagem de dinheiro que envolviam políticos de alto escalão, a Petrobras e as principais empreiteiras brasileiras, como a Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez. Como resultado, a operação conseguiu prender ex-presidentes, líderes políticos, ex-ministros e empresários de relevância na elite econômica nacional. Suas operações iniciaram-se em Curitiba, mas suas investigações expandiram-se e novas forças tarefas foram instituídas no Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Sua força tarefa central era localizada em Curitiba, que era liderada pelo procurador

Deltan Dallagnol. Da mesma forma, o ex-juíz da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, Sérgio Moro, virou a “cara” da Operação Lava-Jato por ser o juiz responsável pela condenação dos indivíduos investigados pela operação, e manteve-se íntimo de Dallagnol e do centro da operação desde o princípio.

As investigações da Operação Lava-Jato centravam-se em investigar esquemas de corrupção que envolvia a passagem de propina de grandes empreiteiras nacionais para executivos de empresas estatais, com a finalidade de facilitar a disputa por licitações de obras públicas. Seus contratos firmados eram super valorizados, e a propina era repassada através de operadoras financeiras que lavavam o dinheiro em paraísos fiscais no exterior (MAGALHÃES, 2021). Ademais, a Operação Lava-Jato seguia uma estratégia não convencional para emplacar suas investigações, abusando de delações premiadas, como meio de coerção psicológica contra os investigados, e do apoio da mídia convencional brasileira, para disseminar a urgência do combate à corrupção e ganhar o apoio da opinião pública –estratégias adaptadas por inspiração da Operação Mani Pulite (Mãos Limpas), da Itália.

Segundo a Assessoria de Comunicação do MPF (2019), a Operação possibilitou a recuperação de R\$4,06 bilhões para os cofres públicos. Em contra partida, um estudo do DIEESE (2021) apresenta que devido a operação a economia brasileira sofreu impactos negativos devido as investigações: R\$172 bilhões foram perdidos em investimentos e o mercado de trabalho perdeu 4,4 milhões de vagas de emprego. Em perspectiva, nota-se que o Brasil sofreu uma perda de recursos financeiros 40 vezes maior do que a Operação salienta ter recuperado (MAGALHÃES, 2021).

Conforme o estudo de Nozaki (2018), o autor salienta que a Operação Lava-Jato afetou consideravelmente setores estratégicos da economia brasileira, como o setor da infraestrutura, indústria do petróleo, e o programa nuclear brasileiro. As empreiteiras eram consideradas como o trunfo brasileiro pra a sua projeção regional, porém com as investigações criminais, demissão em massa, e a venda de ativos, os projetos brasileiros para a integração da infraestrutura sul-americano findaram-se, sendo posteriormente ocupados por companhias multinacionais (SANTOS, 2018). Além da contenção dos interesses regionais do Brasil, observa-se que os projetos e pilares da política autônoma para um Brasil soberana também foram desmantelados, como a partilha dos campos de petróleos com mega empresas multinacionais e o flagelo total do programa nuclear brasileiro. Essas condições sinalizam que a Operação Lava-Jato se direcionou atentamente a sabotar o projeto de desenvolvimento nacional brasileiro, favorecendo, dessa forma, o Estado empregador do conflito híbrido.



As descobertas das investigações da Operação Lava-Jato levaram a Petrobras e a Odebrecht a serem criminalizadas nos Estados Unidos pela lei Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), havendo a então necessidade do pagamento de uma multa de U\$2,6 bilhões pela Odebrecht, e a assinatura da Petrobrás de um acordo de não perseguição com o Departamento de Justiça estadunidense (DOJ, 2018; G1, 2017). Enquanto as empresas brasileiras afundaram-se financeiramente, economicamente e socialmente, Dallagnol e Sérgio Moro utilizaram da Operação Lava-Jato como uma plataforma para sua projeção pessoal. Durante a Operação, Dallagnol possuía planos de formar cursos de negócios e um circuito de palestras para retirar ganho financeiro da popularização de sua imagem com a Lava-Jato (FERREIRA, F.; AUDI; DEMORI, 2019). De outro lado, Moro havia falado de que nunca teria interesse em ingressar em carreira política, no entanto, em 2018, aceitou o convite de Bolsonaro para ser ministro do Ministério da Justiça (ALESSI; SABOYA, 2018)

Em conjuntura ampla, foi o próprio Partido dos Trabalhadores que permitiu que os agentes jurídicos do Estado brasileiro tivesse margem para agir contra o governo federal (MAGALHÃES, 2021). Após as Jornadas de Junho de 2013, Dilma outorgou a “Lei das Organizações Criminais” (Lei nº 12.850), que permitiu a regulação de instrumentos de investigação criminal conhecidos como delação premiada e prisão preventiva. Além disso, no mesmo ano houve a aprovação da “Lei Anticorrupção” (Lei nº 12.846/2013), que permitiu a utilização de acordos de leniência em investigações policiais e criminais (SOUZA, 2020). A aprovação dessas leis forneceu respaldo jurídico para a Operação Lava-Jato, que pôde iniciar suas operações e prosseguir com suas investigações andando sobre a tênue corda bamba que separa a ilegalidade e a legalidade.

A mídia tradicional brasileira apoiou abertamente a Operação Lava-Jato devido aos seus interesses convergentes de deposição do governo vigente para um novo regime que respaldasse seus interesses econômicos e políticos – aliando-se também os interesses estrangeiros de implantação de um novo regime para a possibilidade de penetração externa. A Operação Lava-Jato utilizou o apoio da mídia para projetar seus feitos para a população civil, alertando dos perigos do eclipse total brasileiro caso os esquemas de corrupção continuassem impunes e atraindo olhares de aprovação da sociedade civil perante seus feitos.

A legitimidade garantida com a população civil permitiu o prosseguimento de suas investigações, avançando a Operação para um nova fase, onde estabeleceu o Partido dos Trabalhadores, e especificamente Lula e Dilma, como o cerne dos esquemas de corrupção (FERNANDES, 2020a). Sérgio Moro vazou para mídia a conversa telefônica de Dilma e Lula,

onde, tirado de contexto, pode-se interpretar que havia a vontade de Dilma colocar Lula no Ministério da Casa Civil afim de interceptar as investigações (CASTRO; NUNES; NETTO, 2016). Entretanto, a vontade de Dilma era colocar Lula dentro de seu governo para dissuadir o impeachment, e o próprio Lula foi relutante em aceitar sua convocação, tendo aceito apenas depois de conversar com Michel Temer e outros líderes da oposição. Com o lançamento do áudio para a mídia, a população revoltou-se e ocupou as ruas, causando a maior manifestação antigoverno (G1, 2016c).

Em 4 de Março de 2016, Lula foi conduzido coercitivamente para prestar depoimento para a Operação Lava-Jato, havendo participação ativa da mídia para tornar o evento em um espetáculo a sociedade brasileira, expondo que a Operação estava dando resultados frutíferos para o país. Posteriormente, dois anos após a condução coercitiva, o Supremo Tribunal Federal julgou a ação de Moro como inaceitável dentro do Estado democrático de direito (MENDES, 2018). Em 14 de Setembro de 2016, a MPF convocou uma coletiva de imprensa para a denúncia pública de Lula da Silva. Dallagnol realizou uma apresentação de slides para o público, e sem provas concretas, afirmou que havia “convicção” que o ex-presidente estava envolvido nos esquemas de corrupção da Petrobrás (DIONÍSIO; CAMARGO; VIANNA, 2016). Esses eventos contribuíram para a criar no subconsciente coletivo da população a imagem de Lula (e do Partido dos Trabalhadores) como a raiz dos problemas do país, sendo o culpado e o ‘comandante máximo’ dos esquemas de corrupção do alto escalão político.

Para Magalhães (2021), Sérgio Moro, líder da Operação Lava-Jato, utilizou abertamente táticas de lawfare para atingir seu objetivo político de neutralizar Lula da Silva como líder político. Entre suas táticas estão: a demonização de Lula através de sua acusação pública que é incompatível com o princípio jurídico nacional de presunção de inocência; a condução coercitiva de Lula que é incompatível com os direitos constitucionais; manobras para atrair Lula para ser ter seu processo jurídico realizado em Curitiba pelo Ministério Público; e a parcialidade de Sérgio Moro no julgamento de Lula da Silva (MAGALHÃES, 2021). Além disso, nota-se que Moro utilizou amplamente seu suporte midiático para legitimar suas manobras jurídicas, e aproveitou das manifestações sociais para projetar-se individualmente e incentivar o ódio político que levou a queda de Dilma Rousseff.

Em 2019, inicia-se pelo The Intercept Brasil a série de reportagens conhecida como “Vaza-Jato”, que revelam conversas íntimas entre os integrantes da Operação Lava-Jato no aplicativo de mensagens Telegram. As mensagens expõem a cooperação mútua entre juízes e procuradores na fabricação de provas e na condução pessoal do processo jurídico, evidenciando

a parcialidade da operação e suas aspirações de projeção pessoal, usando a operação como base para ganhos individuais. Ademais, as reportagens revelam que o próprio juiz Sérgio Moro iniciou as investigações contra o ex-presidente Lula da Silva, orientando o procurador público, Dallagnol, a abrir o inquérito contra Lula (FISCHMAN et al., 2019).

Moro também teve papel central na coordenação das atividades da operação em investir contra Lula, mantendo contato frequente com a mídia e indicando para que o Ministério Público pressionasse a defesa do ex-presidente. Em seguida, há a divulgação de que a Operação Lava-Jato violou dados fiscais privados de pessoas próximas ao ex-presidente Lula com o intuito de fabricar provas para a sua prisão (BIANCHI; DEMORI, 2019). Os próprios agentes da Lava-Jato consideravam as provas contra Lula insuficientes para comprovar suas acusações, devido a sua apreensão com a delação premiada de Léo Pinheiros, que havia mudado os fatos de seu depoimento após uma série de interrogatórios (BALTHAZAR et al., 2019). Em uma clara exposição da instrumentalização da lei para alcançar um fim político, foi revelado através das mensagens vazadas que os integrantes da Operação Lava-Jato intercederam para que Lula não concedesse entrevistas na prisão para não afetar o resultado das eleições de 2018, permitindo suas entrevistas a mídia somente em 2019 (GLOBO, 2019).

Analisando a atuação da Operação Lava-Jato, percebe-se que a operação abusou largamente de aparatos políticos para realizar objetivos políticos em específico, acusando Lula e o Partido dos Trabalhadores de estarem envolvidos em esquemas de corrupção e despertando o ódio civil para provocar a deposição de Dilma. As atividades da operação forneceram legitimidade as manifestações sociais protagonizadas pela classe média e grupos de direita, incentivando o discurso antipetista, a urgência de ações contra a prática de corrupção no alto escalão da política e a necessidade de depor o Partido dos Trabalhadores do Poder Executivo. Moro, ao acusar o ex-presidente Lula sem provas concretas e manipulando o processo jurídico de forma parcial, conseguiu conduzir a Operação Lava-Jato a influenciar diretamente no impeachment de Dilma e nas posteriores eleições de 2018. Estes elementos mostram em evidência a colaboração de práticas de lawfare na aplicação de guerra híbrida no Brasil, fundamentalizando a troca de regime que ocorre com a deposição de Dilma Rousseff de seu cargo de Presidente da República.

Na próxima seção, iremos explorar como os interesses estrangeiros estavam entrelaçados com os propósitos e discursos anticorrupção da Operação Lava-Jato, evidenciando que agentes jurídicos estadunidenses cooperaram com a Operação para validar seus interesses no território nacional.

#### 4.2.2 Interesse Estrangeiros Mesclados com a Operação Lava-Jato

Segundo um relatório do WikiLeaks de 2019, Moro participou do treinamento fornecido pela Bridges Project, programa ligada ao Departamento de Estado estadunidense, que possuía o objetivo de aumentar o intercâmbio jurídica e a cooperação bilateral entre os Estados Unidos e o Brasil (FERNANDES, 2020a). Além disso, em seu currículo, Moro destaca que foi participante ativo do Programa de Instrução para Advogados da Escola de Direito de Harvard e do International Visitors Program, ambos também vinculados ao Departamento de Estados dos Estados Unidos (PENIDO; STÉDILE, 2021)

Segundo Fernandes (2020b), a Operação Lava-Jato é fruto da formação de um regime internacional anticorrupção, fabricado pelos Estados Unidos, da trajetória interna nacional, que permite a autonomia de instituições jurídicas, como o Ministério Público. A formação do regime internacional anticorrupção estrutura-se através da criação do Foreign Corruption Practice Act (FCP) dos Estados Unidos de 1977, que criminalizou o pagamento de propina no exterior feito por qualquer empresa estadunidense ou qualquer empresa exterior que negociasse no mercado estadunidense (FERNANDES, 2020b). Esse regime internacional promovido pelos Estados Unidos refletiu-se no Brasil, e permitiu a regulamentação de leis como a de “delação premiada”, “acordo de leniência” e “responsabilização da pessoa jurídica” em território nacional, sendo consideradas como as melhores táticas para fomentar o combate à corrupção (TOURINHO, 2018). Através dessa base que a estruturação da Operação Lava-Jato foi possível, tendo permissão para abusar de práticas conflitantes com a legalidade para realizar as investigações dos esquemas de corrupção e perseguir seus interesses políticos individuais da operação.

Em investigações da colaboração entre a Agência Pública e o The Intercept Brasil (2020), através da série de mensagens vazadas pelo The Intercept Brasil sobre a Operação Lava-Jato, revelou-se que os integrantes da Lava-Jato possuíam contato íntimo com o FBI, expondo a interferência externa sobre o processo jurídico da Lava-Jato. A cooperação entre a Lava-Jato e o FBI ocorria de maneira informal, sem ser reportada para as autoridades nacionais. Seus objetivos eram traçados como auxílio técnico em questões envolvendo o combate à corrupção da Lava-Jato e apoio nacional nas investigações realizadas pelas autoridades estadunidenses em plano do FCPA, que levaram o firmamento de acordos de leniência bilionários entre a Odebrecht e Petrobrás com o Departamento de Justiça estadunidense (FERNANDES, 2020b). Além disso, as conversas entre os procuradores explanam que a Lava-Jato cooperava com o

FBI ao realizar processos de extradição sem a passagem formal pelas autoridades adequadas, facilitando o processo de julgamento para os estadunidenses (VIANA; NEVES, 2020).

Antes da Operação Lava-Jato já havia outros indícios de que não apenas o FBI, mas advogados e escritórios de advocacia internacionais atuavam em outros países em crimes envolvendo a área de colarinho branco e na área de compliance (FERNANDES, 2020b). Procuradores ressaltam do DOJ que o compartilhamento de provas (informações) é essencial para as investigações internacionais se adaptarem rapidamente (VASCONCELLOS, 2018). Em um debate entre funcionário e ex-funcionários do FBI e do DOJ, organizado pelo escritório internacional do CKR Law, George “Ren” McEachen, um dos líderes do combate à corrupção do FBI, expõe que o FBI realiza tratados com outros países para a troca de informações jurídicas:

A troca de informações e dados é feita o tempo inteiro entre investigadores. Só quando essas informações precisam ser usadas em um processo é preciso validá-las, com um ‘MLAT’ (tratado entre países para troca de informações) (VASCONCELLOS, 2018).

Robert Apleton, ex-procurador do DOJ, afirma em entrevista que as autoridades dos Estados Unidos estavam presentes desde o princípio da Operação Lava-Jato em 2014 (CANÁRIO, 2018), sendo o convite realizado pela própria Polícia Federal. O ex-procurador do DOJ afirma que todo o compartilhamento de provas e evidências entre a Operação e o FBI é realizado de maneira informal, não havendo a fiscalização de nenhuma autoridade sobre a cooperação jurídica internacional, sendo uma prática que surgiu através de conversas de corredor em uma reunião da OCDE (CANÁRIO, 2018). Prosseguindo, ele afirma que o Brasil é o país com maiores laços de cooperação jurídica no mundo com os Estados Unidos, e confirma que o FBI envia agentes para o Brasil todo mês para colaborarem em casos de investigação de esquemas de corrupção.

Na palestra “Lições do Brasil: Crise, corrupção e cooperação global”, realizada em 2017 pelo think thank Atlantic Council, Kenneth A. Blanc, atual Procurador-geral da Divisão Criminal do DOJ, realiza uma exposição com muito entusiasmo que cita o processo do ex-presidente Lula, e a atuação conjunta do DOJ e as autoridades brasileiras:

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos mantém o compromisso de aplicar a Lei Anticorrupção Americana (FCPA) e de processar fraudes e a corrupção de forma mais geral. Para ser bem sucedido nesse compromisso, vamos sempre buscar, quando apropriado, promover nossas investigações através de cooperação com países como o Brasil. Um país que compartilha do nosso compromisso de acabar com a corrupção em todos os níveis. A cooperação entre o Departamento de Justiça e o Brasil tem tido resultados extraordinários. Apenas no ano passado, por exemplo, a Divisão Criminal e Setor de Fraudes e a Força Tarefa da Lava Jato têm cooperado e coordenado resoluções em quatro casos da FCPA. Embraer, Rolls Royce, Braskem e Odebrecht.

(...) De fato, na semana passada os promotores no Brasil ganharam um processo contra o ex-presidente Lula da Silva, que foi acusado de receber propina da empresa de engenharia OAS em troca de ajuda para ganhar contratos com a petrolífera estatal, Petrobras. É um caso que nesse momento colocou o Brasil a frente da luta contra a corrupção, tanto interna, como no exterior. (TEIXEIRA MARTINS ADVOGADOS, 2017).

Em novos vazamentos do The Intercept Brasil, é divulgado que em 2015, 17 procuradores estadunidenses estiveram na sede do MPF em Curitiba sem o conhecimento do Ministério da Justiça (VIANA; FISHMAN; SALEH, 2020). Entre eles estavam agentes do FBI, procuradores do DOJ, e o próprio Patrick Stokes, chefe da divisão de corrupção internacional do Departamento de Justiça estadunidense. Segundo as mensagens dos integrantes da Lava-Jato, as autoridades estavam presentes para receberem informações das delações premiadas de Alberto Youssef e Nestor Cerveró. A mesma divisão de Patrick Stokes, posteriormente foi responsável por investigar, punir e aplicar as multas bilionários à Petrobrás e a Odebrecht (FERNANDES, 2020a).

Havendo a exposição da interferência de agentes jurídicos estadunidenses no processo da Operação Lava-Jato, confirma-se a estratégia de neutralização do Brasil e a instrumentalização de ferramentas indiretas para provocar uma mudança no regime político do país. A penetração de agentes jurídicos estadunidenses no cerne da maior operação de combate à corrupção no país mostra como as autoridades brasileiras foram conduzidas a realizar de forma indireta os interesses estadunidenses. Dessa forma, é exposto explicitamente os interesses dos Estados Unidos em conter a ascensão do Brasil em escala regional e global, procurando, em colaboração com as autoridades nacionais, instaurar um estado de instabilidade social e política no país e sabotar as estratégias de projeção regional do Brasil e suas políticas de integração da América do Sul, retirando o poder de ação das empreiteiras e empresas de infraestrutura brasileiras.

#### **4.3 A Consumação da Troca de Regime no Brasil: A Ocupação de Temer no Poder e a Caçada dos Direitos Políticos do Ex-Presidente Lula da Silva**

Após a deposição da Presidente Dilma, sendo provocada pelas pressões sociais das ondas posteriores as Jornadas de Junho e a instabilidade política fabricada pela Lava-Jato, seu vice-presidente, Michel Temer, assume a presidência do país e modifica completamente o paradigma político do governo brasileiro. Temer segue a linha neoliberal de seu partido, o PMDB, procurando agradar a elite política e econômica do país, assim como o mercado internacional, que possuía uma visão negativa do Brasil após o escândalo de corrupção sistêmica no antigo governo do Partido dos Trabalhadores.

Seu primeiro ato como Presidente foi modificar a regulação da exploração do Pré-Sal, através da Lei nº 13.365/2016, que destituiu a exclusividade da a Petrobras na exploração dos campo de petróleo nacionais e abriu espaço para a penetração externa de empresas estrangeiras e multinacionais (MAGALHÃES, 2021). A aplicação dessa nova regulação substituiu a Lei nº 12.351 anterior, outorgado por Lula da Silva, que direcionava a renda retirada da exploração de recursos energéticos nacionais em investimentos públicos nos setores sociais, de saúde e educação. Dessa forma, com a nova regulação, as rendas da exploração do Pré-Sal ficaram majoritariamente concentradas em empresas multinacionais, que não possuem interesse em desenvolver o país socialmente e economicamente.

O autor do projeto da nova regulamentação foi o novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Serra, que já havia participado em lobby's com representantes de grandes petrolíferas e garantiu que no momento oportuno iria agir em conjunto com ala direita da elite política brasileira para abrir o processo de exploração do Pré-Sal para o mercado internacional (HEARNE, 2009). Como resultado da nova regulamentação, a ausência de investimentos públicos afetou consideravelmente a situação social da sociedade brasileira, havendo um menor poder de compra em sua renda e números negativos em porcentagem de desemprego (SANTOS, 2018).

Ainda comentando sobre a Petrobrás, Michel Temer indicou Pedro Parente como novo presidente da Petrobrás, que aplicou uma mudança na precificação dos combustíveis da estatal, passando agora a ser pautada pela variação do dólar e do preço volátil do barril de petróleo no mercado internacional. Anteriormente, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, o preço dos combustíveis eram calculados em custos da produção em moeda nacional, e sua variação era controlada pelo governo para não afetar negativamente a sociedade civil (MOURA, 2018). Como a Petrobrás é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na bolsa de valores, ao atrelar o preço dos combustíveis a volatilidade internacional, o lucro dos seus acionistas cresce exponencialmente (MAGALHÃES, 2021). Com a nova política de preços, o combustível nacional começou a sofrer reajustes diários, elevando o preço pago pelo consumidor brasileiro. No fim, a Petrobrás que era um símbolo nacional para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, assim como um exemplo de suas autonomia e soberania, fora ocupada por empresas multinacionais que leiloaram as riquezas naturais nacionais, deixando a população brasileira às traças.

A referência para o novo governo de Michel Temer era o projeto 'Uma Ponte para o Futuro', da Fundação Ulysses de Guimarães de seu partido, o PMDB. O projeto havia sido

apresentado no ano de 2015 como uma alternativa para o governo de Dilma, que foi negado pela Presidente. Fora por meio deste projeto, durante o novo governo de Temer, que a estrutura política e econômica brasileira sofreu uma transformação completa, mudando suas diretrizes e seguindo um caminho contrário dos projetos de crescimento bem sucedidos endossados pelo Partido dos Trabalhadores. O projeto ‘Uma Ponte para o Futuro’ instituía a necessidade do ajuste fiscal no país e estabilidade de suas dívidas; a prioridade da iniciativa privada sobre a dignidade da população para o crescimento nacional; a abertura do mercado nacional para a penetração externa e a privatização de empresas estratégicas (como energia, infraestrutura, e de extração de recursos naturais) para redes multinacionais; precarização das condições de trabalho da população em prol do lucro dos empregadores; reformas no mercado interno, em questão da previdência social e das relações de trabalho, com a finalidade de manter a população refém da volatilidade e da violência do mercado; e por fim, a contenção do orçamento público da união, diminuindo as políticas públicas e impossibilitando que o Estado brasileiro atenda as demandas básicas da população por trabalho, segurança, saúde e educação (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015).

O projeto ‘Uma Ponte para o Futuro’ foi a base política e econômica de Michel Temer, e posteriormente, Temer confessou em um discurso em Nova York, na sede da American Society, que devido a rejeição de Dilma em frente ao projeto ‘Uma Ponte para o Futuro’, articulou-se o prosseguimento de seu processo de impeachment, amplamente apoiado e incentivado pelo partido de Temer, o PMDB, um dos partidos com maior influência no Congresso Nacional. Nas palavras de Michel Temer:

Há muitíssimos meses atrás, nós lançamos um documento chamado ‘Ponte para o Futuro’ porque verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo e até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento [...] Como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como presidente da República (CAPITAL, 2016).

A mudança radical nas políticas macroeconômicas do país são reflexo direto do projeto ‘Uma Ponte para o Futuro’, onde o aspecto social é abnegado para a instituição de novas diretrizes neoliberais na economia como forma de agradar o mercado internacional e as elites políticas e econômicas medidas. Uma de suas medidas neoliberais foi a aprovação da Emenda Constitucional 95, que estabelece um teto para os gastos públicos durante 20 anos. Dessa forma, não haverá investimentos públicos em setores essenciais, como saúde e educação, até 2036, que provocará novas instabilidades sociais ao a população perder o poder de compra de sua renda.



Trata-se do pacote de austeridade pública mais agressivo do mundo, segundo Philips (2016). O objetivo do teto de gastos segue a cartilha neoliberal, que prioriza o ajuste fiscal, a estabilidade da dívida pública e a imobilização do governo central, em cima das necessidades básicas da população civil. Em perspectiva de Mariano (2017), a Emenda Constitucional 95 aprofunda a recessão econômica no Brasil para satisfazer os interesses do mercado internacional, constringendo o desenvolvimento nacional e pressionando o país a ficar refém e dependente de fatores internacionais para sobreviver. Dois anos após a aplicação da nova medida, nota-se o avanço na pobreza e da extrema pobreza no país, além do país estar hoje batendo recordes de desemprego (IBGE, 2018).

Em sua política econômica, Temer priorizou projeto de privatização como medidas de desenvolvimento econômica que nunca expressaram números positivos. Temer criou o Programa de Parcerias de Investimento (PPI) com a finalidade de vender 175 ativos de setores estratégicos brasileiros, mas no entanto, os únicos ativos aprovados para a venda foram do setor do petróleo e energia (NOZAKI, 2019). Entre os ativos para a venda estavam a Eletrobrás (empresa estatal de energia), Casa da Moeda, aeroportos, ferrovias, rodovias e campos do Pré-Sal (ALVARENGA, 2018). Além disso Temer empregou reformas sociais pró mercado, como a reforma trabalhista, que extinguiu a obrigatoriedade de contribuição sindical, reduziu direitos trabalhista e flexibilizou o contrato para empregadores com a tercerização; e a reforma da previdência, que apenas foi aprovada durante o governo de Bolsonaro, mas possuía como objetivo inserir o modelo de previdência privada para o país (CARAM; CALGARO, 2017).

As reformas de Temer não surtiram efeito na economia do Brasil, e como o mesmo era visto como um governo ilegítimo pela população devido a conjuntura do impeachment de Dilma, Temer retirou-se de seu breve mandato com uma rejeição histórica de 82% da população brasileira (BRETAS, 2018). Lula manifestava-se concorrer nas eleições de 2018, prometendo o rompimento das políticas neoliberais do governo de Temer e a volta do desenvolvimento econômico e social brasileiro. Seis meses antes das eleições, as pesquisas apontavam seu favoritismo com 31% das intenções de voto, contra seu adversário político do momento, Bolsonaro, que contava com 15% das intenções.

Como relatado anteriormente, processos jurídicos contra Lula foram logo abertos em 2016, acusando-o de se envolver nos esquemas de corrupção da Petrobrás. A Operação Lava-Jato obteve a condenação judicial de Lula em dois casos, havendo sua prisão em somente um. Sérgio Moro condenou Lula pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, por 9 anos e 6 meses de reclusa, por “ato indeterminado de mandato” (MAGALHÃES, 2021). As

acusações alegam que Lula teria recebido propina do Grupo OAS, em forma de um triplex na cidade de Gaurujá, em troca de ter benefícios no contrato com a Petrobrás. Entretanto, não há provas claras nem evidências concretas que demonstrem a ligação entre Lula, Grupo OAS e a Petrobrás. Na percepção de Moro, Lula possuía controle sobre os diretores e o fechamento de contratos, o que bastaria para comprovar suas acusações.

Percebe-se que a Operação Lava-Jato agiu seguindo o calendário político do país, realizando a prisão de Lula no dia 7 de abril de 2018, e por consequência, caçando seus direitos políticos de candidatar-se a corrida presidencial. Por agir instintivamente com o calendário político, nota-se que havia interesse da Lava-Jato em afastar Lula da corrida presidencial a tempo de sua candidatura ser invalidada, o que retrata uma instrumentalização da lei para um fim político (MAGALHÃES, 2021). Com Lula afastado da eleição, Bolsonaro teve um caminho livre na corrida presidencial, não havendo outra entidade político que pudesse combater sua força adquirida das principais elites políticas, econômicas, sociais, religiosas e conservadoras do país. Seu governo segue aplicando reformas neoliberais, flertando com o autoritarismo e com pitadas de perversidade.

Ao visualizar esse panorama político, pode-se comprovar que a guerra híbrida no Brasil foi consumada com a deposição de Dilma e a estabilização de um novo governo por Michel Temer, que mudou radicalmente as bases estruturais sociais do governo do Partido dos Trabalhadores para implantar no país reformas neoliberais de agrado ao mercado internacional. Dessa forma, o projeto de desenvolvimento nacional do Brasil foi constrangido e eliminado, sendo substituído por um projeto de subversão aos interesses internacionais. Como as forças do passado ainda ecoavam sobre o presente, havendo o perigo de Lula se eleger novamente como Presidente do país e eliminar o novo projeto de governo, foi necessário removê-lo da corrida presidencial utilizando a lei como um instrumento político para direcionar as palavras de ordem de Lula para a prisão, onde a sociedade não poderia o ouvir, afastando, dessa forma, a ameaça da retomada ao passado. Deste modo, consagra-se em definitivo a guerra híbrida no Brasil

#### **4.4 Conclusão do Capítulo**

Em suma, ao aplicar o aparato de teórico das guerras híbridas nos eventos políticos recentes do Brasil, identifica-se que a procedência, a razão, e o modo como os eventos ocorreram possuem compatibilidade com práticas e técnicas de guerra híbrida, onde busca-se provocar uma troca de regime que resulta em uma mudança no paradigma político do país que, em consequência, favorece interesses estrangeiros no território nacional. No caso brasileiro,

nota-se a expressão de duas ferramentas de guerra híbrida, a revolução colorida, por meio das ondas de manifestações populares iniciadas pela Jornada de Junho de 2013, e o lawfare, por meio da Operação Lava-Jato que abusou da lei e do direito para interferir na esfera política.

As ondas de manifestações procedentes da Jornadas de Junho de 2013, podem ser identificadas como um caso de revolução colorida ao utilizar táticas de operações psicológicas e de sistemas de informação para cooptar a população para provocar a deposição do governo do Partido dos Trabalhadores. As manifestações eram vistas como assimétricas e possuíam demandas abstratas, validando-se pelo discurso de anticorrupção, moralismo social, dever com a pátria e a necessidade de “um Brasil melhor” – no sentido mais ambíguo possível.

Em nossa investigação verificamos que as ondas de manifestações que pressionaram o governo federal a partir de 2015 foram lideradas por grupos intitulados como a “nova direita”, que possuía uma divergência intrínseca com o Partido dos Trabalhadores no poder devido a sua defesa de medidas neoliberais para o país, considerando a austeridade pública, redução de gastos sociais, reformas pró-mercado e maior espaço de penetração externa na economia brasileira. Revela-se através das investigações da Agência Pública que os grupos da “nova direita” no Brasil foram financiados internacionalmente por think thanks estadunidenses que possuíam ligação íntima com grandes empresas petrolíferas, que já haviam declarado interesse na exploração do Pré-Sal brasileiro.

Em contrapartida, há também expressões do lawfare no caso brasileiro, onde a Operação Lava-Jato, uma operação fundada com o intuito de investigar esquemas de corrupção na alta política brasileira, instrumentalizou o aparato jurídico do Estado brasileiro para provocar a deposição de Dilma Rousseff, a demonização de Lula e do Partido dos Trabalhadores, e controlar a narrativa das eleições presidenciais de 2018. A Operação Lava-Jato funcionou como um ator legitimador das manifestações populares nas ruas ao validar o discurso de anticorrupção em sua retórica, e obteve apoio da mídia para divulgar evidências sigilosas de sua investigação, aumentando a instabilidade política e social do país ao potencializar as revoltas civis.

Em investigações posteriores, com a série de reportagens intitulada “Vaza-Jato” pelo The Intercept Brasil, confirmou-se que Sérgio Moro, juiz e líder da Operação Lava-Jato, estava agindo através da parcialidade jurídica e fabricando provas em conjunto com a operação para validar suas acusações infundadas sobre a relação entre Lula, o Partido dos Trabalhadores e os esquemas de corrupção. Além disso, nas reportagens é relatado que os componentes da Operação Lava-Jato estavam cooperando internacionalmente com os procuradores do

Departamento de Justiça estadunidense através de canais informais, isto é, sem a fiscalização de outra entidade pública sobre a decorrência da cooperação. Revela-se, por meio das reportagens, que os procuradores do DOJ possuíam interesse em adquirir provas e evidências para fundar suas acusações contra a Petrobrás e a Odebrecht, que receberam multas bilionárias em decorrência da violação da lei estadunidense de propinas em países exteriores (FCPA). A Petrobrás e a Odebrecht eram os principais motores para o projeto de desenvolvimento econômico e social brasileiro, além de serem uma das bases para o projeto de integração da infraestrutura sul-americana. Envolvidas nos esquemas de corrupção, as atividades de ambas empresas foi gravemente afetadas e o projeto nacional de soberania e autonomia política do Brasil foi desestruturado.

A aplicação de ambas as ferramentas híbridas e a pressão das elites político-econômicas do país cooperaram para a destituição de Dilma Roussef como Presidente do Brasil, sendo afastada através de um processo de impeachment de validade questionável, e substituída pelo seu vice-presidente, Michel Temer. Temer modificou radicalmente a estrutura governamental do Partido dos Trabalhadores, aplicando política econômica de matriz neoliberal, voltando a economia brasileira para o mercado internacional, findando o projeto anterior de desenvolvimento social e econômico e prejudicando ainda mais a vida da população brasileira ao impedir seu acesso ao mercado de consumo, emprego e dignidade de vida. A ocupação de Temer no poder, e a sua investida na mudança do paradigma político do governo brasileiro são evidências que demonstram que a guerra híbrida fora bem sucedida no Brasil.

Em conjunto com a substituição de regime realizada por Temer, a remoção de Lula como candidato viável nas eleições de 2018 consagra o fenômeno da guerra híbrida no território brasileiro. A eleição de Bolsonaro, que deu continuidade ao projeto neoliberal de Temer, é mais uma prova da consolidação da guerra híbrida no Brasil.

## 5. Conclusão

Em seu livro, *Da Guerra*, Clausewitz estabelece que a guerra é um fenômeno de alta adaptabilidade, realizando metamorfoses segundo o tempo e o espaço em que se é expressada. No século XXI, devido a globalização e o acesso a ferramentas para aplicação de táticas psicológicas e informacionais, a guerra alcança um novo patamar, podendo utilizar de ferramentas indiretas e múltiplas dimensões para fazer valer a sua vontade. As guerras híbridas são consideradas como o conflito do século XXI, que abusa de ferramentas convencionais e não convencionais para provocar uma substituição de regime por vias indiretas, favorecendo diretamente os interesses do Estado empregador do conflito. As características principais que compõe o conflito híbrido são a sua imprevisibilidade, complexidade e ambiguidade, conseguindo neutralizar seu inimigo surpreendendo-o através da investida por diferentes dimensões que o confunde e impede uma resposta rápida e eficiente – por muitas vezes o Estado-alvo nem percebe que está no meio de um conflito híbrido. Nessa perspectiva, o conflito híbrido passa a ser amplamente adotado pelos Estados devido ao seu baixo custo de emprego e por preservar a sua imagem internacional positiva, sendo o meio mais seguro de fazer valer suas vontades em um sistema internacional multipolar e do domínio amplo de armas de destruição em massa.

Entre as ferramentas da guerra híbrida estão a revolução colorida, considerada como o golpe brando da guerra híbrida, que aplica táticas de operações psicológicas e guerra informacional para cooptar a população do Estado-alvo para virar-se contra suas autoridades políticas e realizar a troca de regime por pressões sociais; e a guerra não convencional, considerado como o golpe rígido da guerra híbrida, que trata-se de um conflito desvinculado ao Estado onde forças militares não convencionais, como forças especiais, mercenários e organizações terroristas, são comandados para realizar a mudança de regime através de meios coercitivos físicos, envolvendo a violência e o terror. Além disso, no cenário latino-americano nota-se a presença do lawfare como uma ferramenta da guerra híbrida, que instrumentaliza os aparatos jurídicos com a finalidade de influenciar a esfera política, funcionando como um gerador de legitimidade para o conflito híbrido.

Para contemplar seus interesses no século XXI, os Estados Unidos da América busca aplicar táticas de guerra híbrida em espaços estratégicos com a finalidade de obter acesso a novos mercados e recursos naturais, convertendo os demais Estados do sistema internacional a realizarem os seus interesses políticos e econômicos. Seu grande objetivo se reside na Dominação em Espectro Total, onde os Estados Unidos busca consolidar e preservar a sua

hegemonia regional e internacional, buscando retornar o sistema internacional à unipolaridade do Pós-Guerra Fria, estabelecendo os Estados Unidos como única superpotência global. Desse modo, faz-se necessário a neutralização de atores contestadores ou críticos da ordem internacional vigente e conservação de sua influência regional e de sua segurança hemisférica, impedindo que outras potências ascendam ou penetrem o território das Américas.

Quando o Brasil ascende no plano internacional e regional, ensaiando políticas de autonomia política e reformas no sistema internacional, são disparados sinais de alerta nos Estados Unidos, compreendendo que o Brasil poderia ser uma potência emergente que poderia contestar a primazia estadunidense sobre a ordem regional e sobre a estrutura do sistema internacional. As principais razões para os Estados Unidos acreditar que o Brasil lhe sejam uma ameaça se deve: (I) pelo protagonismo regional do Brasil em formar instituições regionais autônomas para o processo de integração da América do Sul; (II) pelo protagonismo global em intitular-se como líder das potências emergentes e pela crescente agenda de cooperação sul-sul; (III) pela aliança firmada através do BRICS, direcionando a ordem internacional para as potências emergentes, e sua aproximação com a Rússia e a China; (IV) por garantir uma política externa autônoma e soberana, expandindo sua projeção internacional, e assegurando seus interesses nacionais e seu desenvolvimento pleno; (V) pelo choque de interesses políticos, na formação de uma ordem multipolar, e interesses econômicos, havendo interesse na exploração do Pré-Sal, para a extração de recursos energéticos, e controle da Amazônia Azul, para obter acesso as rotas comerciais marítimas e impedir a penetração de potências estrangeiras externas na região da América do Sul. Desse modo, esclarece-se que os Estados Unidos possuía interesse em conter a ascensão do Brasil como potência para validar os seus interesses estratégicos na região e cumprir com seu objetivo de instauração de uma ordem internacional unipolar.

Este trabalho verificou que os últimos eventos políticos no Brasil podem ser identificados como expressões da guerra híbrida em curso no país, havendo a presença de envolvimento dos Estados Unidos no percurso destes eventos.

As ondas de manifestações subsequentes as Jornadas de Junho de 2013 podem ser interpretadas como uma revolução colorida devido a prática de operações psicológica e guerra informacional em sua estratégia para deposição de Dilma Roussef como presidente do país e o incentivo a perseguição criminal e política do Partido dos Trabalhadores. As ondas de manifestações apresentaram características relacionadas a: (I) ambiguidade em seu discurso, exigindo de forma generalizada “um Brasil melhor”; (II) organização de manifestações pacíficas contrárias ao governo e exigindo a deposição de Dilma, o que remete as táticas

pacifistas de Gene Sharp; (III) utilização massiva de propaganda, através das redes sociais, da mídia tradicional e da carnavalização das manifestações com festivais, símbolos nacionais e celebridades; (IV) campanhas e operações multidimensionais massivas para deslegitimar o governo e clamando pela volta da “ordem nacional”; e (V) presença de apoio estrangeiro aos grupos de contestação ao governo federal.

Os grupos intitulados como “nova direita” foram os responsáveis por protagonizar as manifestações antigovernamentais, e utilizaram amplamente as mídias digitais para disseminar propaganda difamando o governo do Partido dos Trabalhadores, colocando-o como responsável para corrupção na sociedade brasileira. Seus discursos eram centrados no antipetismo, conservadorismo moral, e na diretriz econômica neoliberal, que considerava a desnacionalização de empresas brasileiras, corte de gastos sociais, e na necessidade do país em agradar o mercado internacional. Posteriormente, através de reportagens da Agência Pública, revela-se que os grupos da “nova direita” estavam sendo treinados e financiados por think tanks e organizações estadunidenses que possuíam ligações com grandes empresas petrolíferas multinacionais, que já haviam declarado interesse na exploração do Pré-Sal brasileiro. Nota-se que com a aplicação nacional da agenda neoliberal defendida pelos grupos da nova direita, seria possível que as multinacionais petrolíferas penetrassem no território nacional para obter acesso e controlar os vastos recursos energéticos abrigados pelo Brasil, além de conter o projeto de desenvolvimento nacional brasileiro.

Em outra perspectiva, nota-se que a Operação Lava-Jato se utilizou do aparato jurídico do Estado brasileiro para efetivar objetivos políticos e legitimar o conflito híbrido, categorizando suas ações com o instrumento do lawfare. Entre as características do processo estão: (I) acusações precoces e infundadas sobre Lula; (II) condução parcial do processo jurídico do Lula; (III) fabricação de provas para relacionar o Partido dos Trabalhadores e os esquemas de corrupção; (IV) estímulos as manifestações sociais no país para a deposição de Dilma Rousseff; (V) vazamentos de provas sigilosas para a mídia tradicional brasileira, com a finalidade de gerar aprovação popular e constranger os indivíduos envolvidos nas investigações; e (VI) disseminação da urgência em eliminar a corrupção sistêmica do governo federal.

Em revelações da série de reportagens da “Vaza-Jato”, é exposto que membros da Operação Lava-Jato estavam trabalhando conjuntamente com procuradores do Departamento de Justiça estadunidense, através de cooperação internacional informal, ou seja, não havendo supervisão de nenhuma autoridade sobre a decorrência da cooperação. As reportagens

revelam que os procurados do DOJ estavam trabalhando conjuntamente com a Lava-Jato para adquirir provas para incriminar a Petrobrás e a Odebrecht, que posteriormente, receberam multas em valores bilionários por violação da lei estadunidense de propinas em países exteriores (FCPA). Com as acusações, multas, e perda de prestígio social, a capacidade de trabalho das empresas decresceu gravemente. A Petrobrás e a Odebrecht eram os pivôs do projeto de desenvolvimento econômico e social brasileiro, sendo as bases do projeto da integração na infraestrutura sul-americana, entretanto, sem esta base, qualquer ensaio sobre soberania nacional e autonomia política que havia sido empregado pelos governos anteriores foi sugado pelo buraco negro da guerra híbrida.

Mediante a mudança de regime, que substituiu Dilma Roussef por Michel Temer, que modificou o paradigma político do país ao instaurar o neoliberalismo, e a prisão e cassação de direitos político de Lula, abrindo espaço para a eleição de Bolsonaro que continuou as diretrizes neoliberais, a guerra híbrida consagra-se no Brasil.

Nota-se que a estratégia de guerra híbrida foi empregada no Brasil com a colaboração de agentes nacionais, havendo uma convergência de interesses com os Estados Unidos em depor o regime do Partido dos Trabalhadores do poder e instaurar um novo regime, que atendesse as demandas da elite política e econômica ao direcionar o país para o mercado internacional, mantendo sua situação de dependência externa.

A consolidação da guerra híbrida no Brasil atende aos interesses estratégicos dos Estados Unidos, lhe permitindo pleno acesso à exploração e controle do Pré-Sal, impedindo que outras potências estrangeiras penetrem no hemisfério, e contendo a ascensão internacional e regional do Brasil, havendo um alinhamento direto dos próximos Presidentes da República com a política externa estadunidense. Dessa forma, os Estados Unidos consegue subverter a vontade do Brasil, de tornar-se potência, e emprega a sua própria vontade, em manter e preservar sua ordem regional e a primazia sobre a América do Sul.

Certas medidas podem ser utilizadas para a defesa das guerras híbridas como: reforçar medidas de cibersegurança, nacional, fiscalizar movimentos nas mídias sociais, fortalecer a capacidade de detectar guerras híbridas, combatê-las e respondê-las, e a criação de grupos de estudos sobre as guerras híbridas. Em panorama geral, é necessário fortalecer as instituições democráticas e políticas do país, sendo capazes de adaptar-se para repelir casos de guerra híbrida, além de incentivar o sentimento nacional através da inclusão social de toda a população dentro do Estado. Em âmbito regional, pode-se propor medidas de cooperação para identificar



e agir contra guerra híbridas, com cada Estado apoiando politicamente o contra-ataque a medidas de desestabilização que visem a deposição ilegal de autoridades políticas.

Para expandir o estudo, se faz necessário considerar as consequências da guerra híbrida, além de aprofundar-se sobre a ingerência de atores externos para a troca de regime em território nacional. Ademais, o estudo pode expandir-se para outros países da América do Sul, comparando seus casos de guerra híbrida e, dessa forma, elaborar medidas contraceptivas e de defesa para expelir ameaças híbridas.

O Brasil necessita superar a guerra híbrida para reerguer-se novamente. Precisa-se reconhecer os efeitos do fenômeno em sua estrutura política e social, mas também reconhecer as fragilidades estruturais já previstas na sociedade e nas instituições brasileiras que levaram a consumação do fenômeno. É fundamental que um novo Brasil seja construído, fundado sobre uma nova base social e política, que respeite seu passado, que compreenda seu presente, e honre seu futuro. É necessário ir para além da superfície, resolvendo os problemas acumulados nas raízes do país, e partir deste ponto, construir uma visão alternativa de Brasil. Um Brasil soberano, autônomo, independente e livre de amarras externas. Um Brasil solidário, igualitário e justo para todos os brasis que somem sua totalidade. Enfim, um belo Brasil.

## Referências Bibliográficas

ADVOGADOS, T. M. **Lessons from Brazil: Fighting Corruption Amid Political Turmoil.** Advogados, Teixeira Martins, 2017.

AGOSTINE, C. **Aécio defende impeachment de Dilma e diz que não é golpe.** Valor Econômico, 2015. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/12/02/aecio-defende-impeachment-de-dilma-e-diz-que-nao-e-golpe.ghtml>>. Acesso em: 02/07/2022.

ALESSI, G.; SABOYA, E. **Sérgio Moro aceita ser superministro da Justiça e Segurança Pública de Bolsonaro.** El País, 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541081900\\_911802.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541081900_911802.html)>. Acesso em: 02/02/2022.

ALVARENGA, D. **Pacote de privatizações do governo Temer prevê 75 projetos para 2018.** Globo, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/pacote-de-privatizacoes-do-governo-temer-preve-75-projetos-para-2018.ghtml>>. Acesso em: 01/02/2022.

AMARAL, M. **A nova roupa da direita.** Agência Pública, 2015.

ANDERSON, P. **Crisis in Brazil.** London Review of Books, 2016.

ARASLI, J. **States vs. Non-State Actors: Asymmetric Conflict of the 21st Century and Challenges to Military Transformation.** INGEMA, 2011.

ARMY, U. S. **Special forces unconventional warfare training manual.** 2010.

ARQUILLA, J.; RONFELDT, D. F. **The Advent of Netwar.** CA: RAND, 1996.

ARRUDA, R. **Comissão da Verdade: o relatório final.** Estadão, 2014.

BALTHAZAR, R. et al. **Lava Jato desconfiou de empreiteiro pivô da prisão de Lula, indicam mensagens.** Folha de São Paulo and The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/lava-jato-desconfiou-de-empreiteiro-pivo-da-prisao-de-lula-indicam-mensagens.>>. Acesso em: 03/02/2022.

BANDEIRA, L. A. M. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos.** 2ª Edição ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BANDEIRA, L. A. M. B. **Brasil-Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988).** 3ª Edição ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BANK, W. **GDP growth (annual %) - Brazil**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR>>. Acesso em: 03/02/2022.

BARBOSA FILHO, F. DE H. **A crise econômica de 2014/2017**. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, 2017.

BARBOSA, N. H. F.; SOUZA, J. A. P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição. In: **Brasil, entre passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.

BATISTA, H. G.; RODRIGUES, L. **BNDES triplica na era Lula e retoma ação de desenvolvimento**. O Globo, 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/bndes-triplica-na-era-lula-retoma-acao-de-desenvolvimento-2806488>>. Acesso em: 31/01/2022.

BENITES, A.; BORGES, R. **PMDB abandona Dilma e celebra mais um passo para “Temer presidente**. El País, 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459293666\\_164652.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459293666_164652.html)>. Acesso em: 30/01/2022.

BERNAYS, E. **Propaganda**. 1928.

BERNAYS, E. **The Engineering of Consent**. [s.l.] University of Oklahoma Press, 1955.

BIANCHI, P.; DEMORI, L. **Olhada informal**. The Intercept Brasil, 2019.

BLUM, W. **Killing Hope: U.S. Military and CIA Interventions Since World War II**. ME: Common Courage Press, 2004.

BOITO, A.; BERRINGER, T. **Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos lula e dilma**. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 47, p. 31–38, 2013.

BOITO, A.; SAAD-FILHO, A. **State, state institutions, and political power in Brazil**. Latin American Perspectives, v. 43, n. 2, p. 190–206, 2016.

BOITO JR, A. **Lava-Jato, Classe Média E Burocracia De Estado**. Revista Lumen - ISSN: 2447-8717, v. 2, n. 3, p. 29–34, 2017.

BONIN, R. **Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope**. G1 Notícias, 2010.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acesso em: 22/01/2022.

BORELLI, P. C.; ALCIDES, E. DOS R. P. **Forças armadas, estado e sociedade defesa e desenvolvimento no governo lula**. X ENABED, 2016.

BRASIL, B. **Brasil supera Grã-Bretanha e se torna 6ª maior economia, diz entidade**. BBC Brasil, 2011. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111226\\_grabretanhabrasil\\_ss](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111226_grabretanhabrasil_ss)>. Acesso em: 22/01/2022.

BRASIL, B. **De aprovação recorde ao impeachment: relembre os principais momentos do governo Dilma**. BBC Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258>>. Acesso em: 31/02/2022.

BRASILEIRO, P. DO M. D. **Uma Ponte para o Futuro**. Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

BRETAS, V. **Com 82% de rejeição, Temer se torna presidente mais impopular da história**. Exame, 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/com-82-de-rejeicao-temer-se-torna-presidente-mais-impopular-da-historia/>>. Acesso em: 05/02/2022.

BRUCKMANN, M. **Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana**. In: VIANA, A. R.; BARROS, P. S.; CALIXTRE, A. B. (ORG. . (Eds.). . Governança Global e a integração da América do Sul. Brasília: Ipea, 2011.

CANÁRIO, P. **“Lava jato” começou como papo de corredor que se tornou convite da PF ao FBI**. CONJUR, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mai-24/entrevista-robert-appleton-ex-procurador-doj-consultor>>. Acesso em: 02/02/2022

CAPITAL, C. **Em retaliação ao PT, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma**. Carta Capital, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-retaliacao-ao-pt-cunha-acolhe-pedido-de-impeachment-contradilma-5647/>>. Acesso em: 01/02/2022.

CAPITAL, C. **Temer: impeachment ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”**. Carta Capital, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/>>. Acesso em: 04/02/2022.

CARAM, B.; CALGARO, F. **Câmara aprova projeto que permite terceirização irrestrita**. G1, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/camara-aprova-texto-base-de>>

projeto-que-permite-terceirizacao-irrestrita.ghtml>. Acesso em: 01/02/2022.

CARVALALHO, L. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. *Todavia*, v. 148, p. 148–162, 2018.

CASIMIRO, F. H. C. **A Nova Direita**. *Expressão Popular*, 2018.

CASTRO, C. **General Villas Bôas: conversa com o comandante**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CASTRO, F.; NUNES, S.; NETTO, V. **Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma; ouça**. *O Globo*, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>>. Acesso em: 01/02/2022.

CASTRO, J.; ZAMPIERI, A. C.; LEAL, L. E. **Nova queda nos preços das commodities derruba bolsas e pressiona dólar**. *Valor Econômico*, 2015.

CERVO, A. L. **Inserção Internacional- formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 2ª Edição ed. [s.l.] Editora UNB, 2002.

CHANG, H. J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Unesp, 2004.

CHRISTOPHER, P.; MATTHEWS, M. **The Russian ‘Firehose of Falsehood’ Propaganda Model: Why It Might Work and Options to Counter It**. RAND Corporation, 2016.

COHEN, R. **Leading From Behind**. *The New York Times*, 2011.

CORNETET, J. M. C. **A Política Externa de Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade**. *Conjuntura Astral*, v. 5, n. 24, p. 111–150, 2014.

DARIE, M. **O que aconteceu no escândalo do Mensalão?** *Politize*, 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/mensalao-o-que-aconteceu/>>. Acesso em: 02/02/2022.

DEFESA, M. DA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Ministério da Defesa, 2012.

DEFESANET. **Cobertura especial – Guerra Híbrida**. 2019.

DIEESE. **Implicações econômicas intersetoriais da operação Lava Jato**. Central Única dos

- Trabalhadores e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2021.
- DIONÍSIO, B.; CAMARGO, I.; VIANNA, J. **Lula era o ‘comandante máximo’ do esquema da Lava Jato, diz MPF.** Globo, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/09/mpf-denuncia-lula-marisa-e-mais-seis-na-operacao-lava-jato.html>>. Acesso em: 29/01/2022.
- DOJ. **Agreement between United States Department of Justice and Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras.** Revista Consultor Jurídico, 2018.
- DUE-GUNDERSEN, N. **The Status of Private Military Companies: When Civilians and Mercenaries Blur.** Small Wars Journal, 2013.
- EMPREGO, M. DO T. E. **Salário Mínimo Nacional.** Ministério do Trabalho e Emprego, 2010.
- ENGDAHL, W. **Washington Tries to Break BRICS – Rape of Brazil Begins.** Journal New Eastern Outlook, 2016.
- ENGDAHL, W. **Manifest Destiny: democracy as cognitive dissonance.** Wiesbaden: Minebooks, 2018.
- ENGDAHL, W. F. **Full Spectrum Dominance: totalitarian democracy in the new world order.** Boxborough: Third Millennium Press, p. 31–72, 2009.
- ESCOBAR, P. **O Brasil no epicentro da guerra híbrida.** Outras Palavras, 2016.
- EXAME, R. **Conquistas no Congresso e no STF não diminuem protestos.** Exame, 2013. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/conquistas-no-congresso-e-no-stf-nao-diminuem-protestos/>>. Acesso em: 01/02/2022.
- FANG, L. **Sphere of influence: how american libertarians are remaking latin american politics.** The Intercept, 2017.
- FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** São Paulo: Global Editora, 2015.
- FERNANDES, F. A. **Geopolítica da intervenção: A verdadeira história da Lava Jato.** [s.l.] Geração Editorial, 2020a.
- FERNANDES, P. DE A. **O fim da onda rosa e a politização do combate à corrupção.** 44<sup>a</sup> Encontro Anual da ANPOCS, 2020b.

FERREIRA, F.; AUDI, A.; DEMORI, L. **Deltan montou plano para lucrar com fama da Lava Jato, apontam mensagens.** Folha de São Paulo e The Intercept Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/deltan-montou-plano-para-lucrar-com-fama-da-lava-jato-apontam-mensagens.shtml>>. Acesso em: 04/02/2022.

FISCHMAN, A. et al. **Breach of ethics.** The Intercept, 2019.

FREIER, N. **Hybrid Threats and Challenges: Describe... don't define.** Small Wars Journal, 2009.

FUKUYAMA, F. **O Fim da História e o Último Homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

G1. **Aprovação a gestão Dilma tem maior queda e vai a 30%, aponta Datafolha.** Globo, 2013a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/aprovacao-governo-dilma-cai-e-fica-em-30-aponta-datafolha.html>>. Acesso em: 02/02/2022.

G1. **Saiba mais sobre os protestos em SP contra aumento de ônibus e Metrô.** Globo, 2013b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/entenda-os-protestos-em-sp-contr-aumento-das-tarifas-do-transporte.html>>. Acesso em: 01/02/2022.

G1. **Brasil entrou em recessão a partir do 2º trimestre de 2014, diz FGV.** Globo, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/brasil-entrou-em-recessao-partir-do-2-trimestre-de-2014-diz-fgv.html>>. Acesso em: 30/02/2022.

G1. **Ministro defende projeto que tira exclusividade da Petrobras no pré-sal.** Globo, 2016a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/08/ministro-defende-projeto-que-tira-exclusividade-da-petrobras-no-pre-sal.html>>. Acesso em: 30/02/2022.

G1. **Planalto anuncia Lula como novo ministro da Casa Civil.** O Globo, 2016b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/planalto-anuncia-lula-como-novo-ministro-da-casa-civil.html>>. Acesso em: 02/02/2022.

G1. **Manifestantes fazem maior protesto nacional contra governo Dilma.** O Globo, 2016c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contr-a-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>>. Acesso em: 01/02/2022.

G1. **Após acordo com Justiça dos EUA, Odebrecht pagará multa de US\$ 2,6 bilhões em caso de corrupção.** Globo, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/juiz-dos-eua-aprova-multa-de-us-26-bi-para-odebrecht-em-caso-de-corrupcao.ghtml>>. Acesso em: 02/02/2022.

GANTOIS, G. **Lula encerra governo com aprovação recorde de 87% da população.** Record R7, 2010. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20110110065833/http://noticias.r7.com/brasil/noticias/lula-encerra-governo-com-aprovacao-de-83-4-da-populacao-20101229.html>>. Acesso em: 30/01/2022.

GLOBO, O. **Procuradores trocaram mensagens sobre autorização de entrevista de Lula pelo STF.** O Globo, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/procuradores-trocaram-mensagens-sobre-autorizacao-de-entrevista-de-lula-pelo-stf-diz-site-23728718>>. Acesso em: 02/02/2022.

GREENE, R. **OODA and You.** Power Education and War, 2007.

GUIMARÃES, L. G. F. O presidencialismo de coalizão: o pacto político entre Executivo e Legislativo. In: **O presidencialismo de coalizão no Brasil.** São Paulo: Edgard Blücher, 2020.

GUROVITZ, H. **As pedaladas fiscais de Temer.** G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/2018/01/08/as-pedaladas-fiscais-de-temer.ghtml>>. Acesso em: 30/02/2022.

HAGELSTAM, A. **Cooperating to counter hybrid threats.** NATO Review, 2018.

HEARNE, D. W. **Can the oil industry beat back the pre-salt law?** Wikileaks, 2009.

HIRST, M. E. S. **As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional:** evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, p. 1–13, 2011.

HOFFMAN, F. G. **Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars.** Potomac Institute for Policy Studies, v. 0, n. 9783319219356, 2007.

IBGE. **Desocupação fica em 5,3% em dezembro e fecha 2010 numa média de 6,7%.** IBGE, 2010.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** IBGE, 2018.

ISENBERG, D. **Private Military Contractors and U.S. Grand Strategy.** The Cato Institute, 2009.



JONES, M. **Put a tiger in your think tank.** Mother Jones, 2005.

KELLY, P. **Checkerboards and Shatterbelts: The geopolitics of South America.** University Of Texas Press, 1997.

KISSINGER, H. **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KORYBKO, A. **Guerras Híbridas - Das revoluções coloridas aos golpes.** 1ª Edição ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEIRNER, P. C. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida.** 1ª Edição ed. São Paulo: Alameda, 2020a.

LEIRNER, P. C. **Hybrid warfare in Brazil: The highest stage of the military insurgency.** HAU: Journal of Ethnographic Theory, v. 10, 2020b.

LIMA, T. D.; DEUS, L. N. **A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira.** Cadernos de Economia, UNOCHAPECÓ, v. 17, n. 32, 2013.

LIND, W. S. et al. **The changing face of war: Into the fourth generation.** Marine Corps Gazette, 1989.

LOPES, R. J. **Queremos reconstruir a confiança com o Brasil, diz vice dos EUA.** Folha de São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mundo/2014/06/1470975-queremos-reconstruir-a-confianca-com-o-brasil-diz-joe-biden.shtml>>. Acesso em: 01/02/2022.

MAGALHÃES, A. L. F. **Hybrid Warfare and Political Changes in Brazil.** Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt, 2021.

MANN, S. **Chaos Theory and Strategic Thought.** Parameters, 1992.

MARIANO, C. M. **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre?.** Revista de Investigações Constitucionais, v. 4, n. 1, 2017.

MARTIN, M. **Empresários redobram pressão contra governo Dilma e cobram apoio do Congresso.** El País, 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459289168\\_509972.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459289168_509972.html)>. Acesso em: 31/01/2022.

MASCARO, A. L. **Crise e Golpe.** São Paulo: Boi Tempo, 2018.

MEDONÇA, R.; PUFF, J. **Duas visões: juristas contra e a favor avaliam pedido de impeachment.** BBC Brasil, 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201\\_impeachment\\_2visoes\\_juristas\\_jp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_impeachment_2visoes_juristas_jp)>. Acesso em: 03/02/2022.

MELLO, P. S.; RITA, V. S. **A judicialização da política no Brasil:** os desafios, os limites na atuação do judiciários e a defesa dos princípios constitucionais. *Âmbito Jurídico*, v. 182, 2019.

MENDES, G. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 444.** Superior Tribunal Federal, 2018.

METAPOLITICA. **A China como principal parceiro comercial brasileiro.** Metapolitica, 2021. Disponível em: <<https://www.metapolitica.com.br/2021/07/09/a-china-como-principal-parceiro-comercial-brasileiro/#:~:text=Outro%20recorde%20quebrado%20foi%20o,dos%20produtos%20importa dos%20pelo%20Brasil.>> Acesso em: 01/02/2022.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no brasil: da constituição ao golpe de 2016.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MORO, S. F. **Considerações sobre a operação Mani Pulite.** *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, v. 26, 2004.

MOTTA, R. P. S. **Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar.** [s.l.] Zahar, 2021.

MOURA, R. **A cronologia da crise do diesel, do controle de preços de Dilma à greve dos caminhoneiros.** BBC Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44239437>>. Acesso em: 31/02/2022.

MPF, A. DE C. DO. **Valor devolvido pela Lava Jato já ultrapassa os R\$4 bilhões.** Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal no Paraná, 2019.

NETWORK, A. **Students for liberty plays strong role in free Brazil movement.** Atlas Network Newslettes, 2015. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/articles/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement>>. Acesso em: 31/01/2022.

NIKOLAEVICH, P. **Doctrine of General Gerasimov and Hybrid War.** Disponível em: <<http://www.infospecnaz.ru/en/2019/03/14/doctrine-of-general-gerasimov-and-hybrid-war/>>. Acesso em: 07/12/2021.

NINIO, M. **Em Pequim, Mourão critica Rússia por guerra híbrida e fala em diferenças marcantes dentro dos Brics.** O Globo, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/em-pequim-mourao-critica-russia-por-guerra-hibrida-fala-em-diferencas-marcantes-dentro-dos-brics-23690818>>. Acesso em: 31/01/2022.

NOZAKI, W. **Os impactos econômicas da Operação Lava Jato e o desmonte da Petrobras.** Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2018.

NOZAKI, W. **A privatização em “marcha forçada” nos governos Temer e Bolsonaro.** Le Monde Diplomatique Brasil, 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcada-nos-governos-temer-e-bolsonaro/>>. Acesso em: 01/02/2022.

NSNBC. **TC 18-01 Special Forces Unconventional Warfare.** 2010.

NUNES, F. **Produção de petróleo no Brasil cresce mais do que a média mundial, diz Inep.** Estadão, 2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,producao-de-petroleo-no-brasil-cresce-mais-do-que-a-media-mundial-diz-inep,70003466229>>. Acesso em: 29/01/2022.

PAHNKE, A. R.; MILAN, M. **The Brazilian crisis and the new authoritarianism.** Monthly Review, 2020.

PAULANI, L. M. **A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil.** Estudos Avançados, v. 23, p. 25–39, 2009.

PECEQUILO, C. S. **A new strategic dialogue: Brazil-US relations in Lula’s presidency (2003-2010).** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 53, p. 132–150, 2010.

PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o século XXI.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PECEQUILO, C. S. **A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China.** Carta Internacional, v. 8, n. 2, 2013.

PECEQUILO, C. S. **As Relações Bilaterais Brasil-Estados Unidos no Governo Dilma Rousseff, 2011-2014.** AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 3, n. 6, p. 11–36, 2014.

PENIDO, A.; STÉDILE, M. E. **Ninguém Regula a América.** 1ª Edição ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PENTEADO, C. L. C.; LERNER, C. **A direta na rede: mobilização online no impeachment**

de Dilma Rousseff. Em *Debate*, v. 10, p. 12–24, 2018.

PETIT, L. C. B. **Social Media and UW**. U.S Army John F. Kennedy Special Warfare Center and School, 2012.

PHILLIPS, D. **Brazil senate approves austerity package to freeze social spending for 20 years**. *The Guardian*, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/dec/13/brazil-approves-social-spending-freeze-austerity-package>>. Acesso em: 02/02/2022.

PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G. **A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise**. Instituto de Economia, UFRJ, v. 004, 2016.

PRANDI, R.; CARNEIRO, J. L. **Em nome do pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2017.

PRONER, C. **Guerres híbrides al Brasil i la guerra jurídica per derrocar la democràcia**. *Eines per a l'esquerra nacional*, v. 36, p. 98–109, 2019.

QUINN, B.; BALL, J. **US military studied how to influence Twitter users in Darpa-funded research**. *The Guardian*, 2014.

RICE, C. **Remarks at the Memorial Museum of Juscelino Kubitschek**. Secretaria do Estado Americano, 2005.

RICE, C. **Remarks with Brazilian Foreign Minister Celso Amorim**. Secretaria do Estado Americano, 2008.

RODRIGUES, B. S. **Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas**. v. 1, n. 1, p. 139–168, 2020.

ROUSSEF, D. **Discurso da Presidente da República Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas**. 2013.

SAMPAIO JR., P. A. **Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. *Serv. Soc. Soc.*, n. 112, 2012.

SANTOS, F. L. B. **Além do PT**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SANTOS, F. L. B. **Uma História da Onda Progressista Sul-Americana**. s: Editora Elefante, 2018.

SARAIVA, M. G. **Balço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?** *Relações Internacionais (R:I)*, n. 44, p. 25–35, 2014.

SAUER, I. L.; RODRIGUES, L. A. **Pré-sal e Petrobras além dos discursos e mitos: Disputas, riscos e desafios.** *Estudos Avançados*, v. 30, n. 88, p. 185–229, 2016.

SCALES, R. J. **Adaptive Enemies: Achieving Victory by Avoiding Defeat.** *Joint Force Quarterly*, 1999.

SCHERNER, C. **Revoluções Coloridas na Sérvia, Geórgia, Azerbaijão e Bielorrússia (2000-2006): Promoção à Democracia ou Mudança de Regime?** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

SCHIAVON, C. R. M.; BRAGHINI, K. **Os irmãos Koch miram a América Latina.** Brasil de Fato, 2020.

SENADO, A. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil.** Agência Senado, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 31/02/2022.

SENRA, R. **Público cresce e protesto em SP ganha abadás, área VIP e cover de Bon Jovi.** BBC Brasil, 2016. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160310\\_protestos\\_abadas\\_estrutura\\_rs](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160310_protestos_abadas_estrutura_rs)>. Acesso em: 30/02/2022.

SHANKER, T.; COOPER, H. **Pentagon Plans to Shrink Army to Pre-World War II Level.** *The New York Times*, 2014.

SHARP, G. **Dictatorship to Democracy: A Conceptual Framework for Liberation.** The Albert Einstein Institution, 2010.

SILVA, L. I. L. DA. **Declaração à imprensa do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente os EUA da América no Brasil.** Granja do Torto, 2005.

SKAF, P.; HENRIQUE, A.; SILVA, P. P. DA. **Um acordo pela indústria brasileira.** Folha de São Paulo, 2011.

SOUZA, J. DE. **A Guerra Contra o Brasil.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020. v. 0

SOUZA, M. M. DE. **Revoluções Coloridas e o golpe no Brasil em 2016**. Terra Livre, v. 51, n. 16:53, 2018.

SOUZA, N.; CARAM, B. **Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap**. Estadão, 2014.

SPUTNIK. **Russia's Defense Ministry Takes "Color Revolutions" in Their Sights**. Sputnik, 2015. Disponível em: <<https://sputniknews.com/20150624/1023776766.html>>. Acesso em: 06/08/2021.

SZAFRANSKI, R. **Neocortical Warfare? The Acme of Skill**. RAND Corporation, 1994.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. Economia e Sociedade, v. 21, n. spe, p. 909–941, 2012.

TIEFENBRUN, S. **Semiotic Definition of "Lawfare"**. Case Western Reserve Journal of International Law, v. 43, 2011.

TOURINHO, M. **Brazil in the global anticorruption regime**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 61, n. 1, 2018.

TRINKUNAS, H. **US-Brazil relations and NSA electronic surveillance**. Brookings, 2013.

TV-NOVOSTI, A. N.P. O. **Facebook mind control experiments linked to DoD research on civil unrest**. RT US News, 2014.

TZU, S. **A Arte da Guerra**. [s.l.] Jardim dos Livros, 2017.

VASCONCELLOS, M. DE. **FBI ampliou presença no Brasil em 2014, antes de operação "lava jato" ficar famosa**. CONJUR, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-07/fbi-ampliou-presenca-brasil-antes-lava-jato-ficar-famosa>>. Acesso em: 03/02/2022.

VIANA, N.; FISHMAN, A.; SALEH, M. **Como a Lava Jato escondeu do governo federal visita do FBI e procuradores americanos**. Agência Pública e The Intercept Brasil, 2020.

VIANA, N.; NEVES, R. **O FBI e a Lava Jato**. Agência Pública e The Intercept Brasil, 2020.

VIEIRA, M. L. I. **Entrevista com General Villas Bôas**. Interview in The Brazilian Economy, v. 2, n. 8, 2010.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da**

Autonomia pela Diversificação. Contexto Internacional, v. 29, n. 2, 2007.

VIZENTINI, P. **As Relações Internacionais do Brasil – de Vargas a Lula**. 3ª Edição ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

WARDEN, C. J. **The Enemy as a System**. Airpower Journal, 1995.

ZANIN, C., MARTINS, V. AND VALIM, R. **Lawfare: uma introdução**. 1ª Edição ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.